

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



BRASIL

**PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO
MAR E DO SISTEMA DE MOSAICOS DA MATA ATLÂNTICA**

(BR-L1241)

AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL DO PROGRAMA

(EIA - Evaluación de Impacto Ambiental)

13 de Outubro de 2009

ÍNDICE

I. BREVE DESCRIÇÃO DO PROJETO.....	6
A. ANTECEDENTES E CONTEXTO	6
B. OBJETIVOS E COMPONENTES DO PROGRAMA	9
1 <i>Componente 1: Investimentos Sociais no Parque Estadual da Serra do Mar....</i>	10
2 <i>Componente 2: Proteção das Unidades de Conservação.....</i>	10
3 <i>Componente 3: Fiscalização Costeira e das Unidades de Conservação do Mosaico.....</i>	12
C. RESULTADOS ESPERADOS	13
II. SÍNTESE DO MARCO INSTITUCIONAL E LEGAL PERTINENTE.....	13
A. INSTITUIÇÕES EXECUTORAS DO PROGRAMA	13
1 <i>Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA).....</i>	14
2 <i>Secretaria Estadual de Habitação (SH)</i>	15
B. LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO PROGRAMA	15
1 <i>Reassentamento, Requalificação Urbana e Regularização Fundiária.....</i>	16
2 <i>Licenciamento Ambiental.....</i>	18
3 <i>Interação com as Políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento</i>	20
C. CUMPRIMENTO DAS POLÍTICAS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.....	20
1 <i>OP 710 - Reassentamento Involuntário.....</i>	20
2 <i>OP-751 - Desenvolvimento Urbano e Moradia.....</i>	26
3 <i>OP-703 - Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas.....</i>	28
4 <i>OP-765 - Política dos Povos Indígenas.....</i>	31
III. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL	32
A. PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR (PESM)	32
1 <i>Contexto Geral.....</i>	32
2 <i>Vetores de Pressão.....</i>	35
3 <i>Perspectivas Futuras</i>	41
B. MOSAICO DA JURÉIA-ITATINS	42
1 <i>Contexto Geral.....</i>	42
2 <i>Vetores de Pressão.....</i>	46
3 <i>Perspectivas Futuras</i>	49
C. MOSAICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MARINHAS	50
1 <i>Contexto Geral.....</i>	50
2 <i>Vetores de Pressão.....</i>	52
3 <i>Perspectivas Futuras</i>	52
D. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL	53
IV. PROGNÓSTICO DA SITUAÇÃO COM O PROGRAMA	54
A. PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR (PESM)	54
1 <i>Impactos Positivos</i>	54
2 <i>Impactos Negativos.....</i>	64
B. MOSAICO DA JURÉIA-ITATINS.....	67
1 <i>Impactos Positivos</i>	67

2	<i>Impactos Negativos</i>	68
C.	MOSAICO DAS UCS MARINHAS.....	68
1	<i>Impactos Positivos</i>	68
2	<i>Impactos Negativos</i>	69
D.	SÍNTESE DO PROGNÓSTICO DA SITUAÇÃO COM O PROGRAMA.....	70
1	<i>Impactos Positivos</i>	70
2	<i>Impactos Negativos</i>	71
V.	GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL DO PROGRAMA	71
A.	GESTÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	71
1	<i>Construção de Infraestrutura</i>	71
2	<i>Construção em Áreas de Risco Geológico</i>	72
3	<i>Plano de Reabilitação Ambiental das Áreas Degradadas</i>	73
B.	PLANO DE GESTÃO DOS IMPACTOS SOCIAIS.....	75
1	<i>Mitigação dos Impactos Negativos</i>	75
2	<i>Implementação do Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana</i>	77
3	<i>Estratégia Participativa para o Reassentamento</i>	79
4	<i>Outras Medidas de Melhoria da Situação Socioeconômica das Comunidades</i> ..	81
C.	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS PELA GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL DO PROJETO.....	83
1	<i>Responsabilidade da UGP</i>	83
2	<i>Responsabilidades das UEPs</i>	84
3	<i>Responsabilidades da Equipe do Projeto do Banco</i>	85
D.	CUSTOS E ORÇAMENTO PARA AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO.....	85
VI.	RECOMENDAÇÃO	86
VII.	APÊNDICE	88
1	<i>Síntese dos Impactos Ambientais e Sociais Previstos</i>	88
VIII.	ANEXOS	97
1	<i>"Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana"</i>	97
2	<i>"Análise dos Aspectos Físicos e Urbanísticos nas Áreas de Reassentamento"</i> ..	97
3	<i>"Propostas de medidas de recuperação e de reabilitação de áreas degradadas do Jardim Botânico de Cubatão"</i>	97
4	<i>"Análise da Situação nos Núcleos Selecionados para o Programa"</i>	97
5	<i>"Avaliação ambiental das situações de ocupação do Parque"</i>	97
6	<i>"Análise de Impactos Socioeconômicos e Culturais"</i>	97
7	<i>"Carta Geográfica Georeferenciada do Jardim Botânico de Cubatão"</i>	97
8	<i>"Novos Padrões de Inserção Econômica e Atividades Rentáveis Alternativas para as Comunidades Envolvidas no Programa"</i>	97
9	<i>"Conhecimento da comunidade local"</i>	97
10	<i>"Indicação de áreas degradadas no limite do Jardim Botânico de Cubatão"</i> ..	97
11	<i>"Medidas de recuperação, reabilitação e orçamentos e zoneamento da área do Jardim Botânico de Cubatão"</i>	98
12	<i>"Programas de Capacitação da População Beneficiária do Programa"</i>	98
13	<i>"Atividades de sensibilização prévias a construção do Jardim Botânico"</i>	98
14	<i>"Atividades de interpretação, educação e conscientização durante a operação da construção do Jardim Botânico"</i>	98

15	"Ofício SMA/ADJ 193/2008, de 18/06/2008"	98
----	--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Área de Abrangência do Programa.....	9
Figura 2:	Área de Ocupações Irregulares Objeto do Programa.....	37
Figura 3:	Retratos das Ocupações Irregulares: (a) acessos rudimentares; (b) ocupação de encostas; (c) esgoto sem tratamento; (d) precário sistema de abastecimento de água.....	41
Figura 4:	Mosaico da Juréia-Itatins.....	43
Figura 5:	Mosaico das UCs Marinhas.....	51
Figura 6:	Planta Geral de Urbanismo dos Bairros Cota 200 e 95/100-Pinhal do Miranda.....	57
Figura 7:	Perímetro do Jardim Botânico de Cubatão.....	58
Figura 8:	Implantação dos 3 Novos Bairros em Cubatão e exemplos de diferentes tipologias.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Panorama dos Reassentamentos nos Núcleos de Ocupação Irregulares.....	21
Quadro 2:	Abordagem do Programa quanto ao cumprimento da OP-710.....	22
Quadro 3:	Abordagem do Programa quanto ao cumprimento da OP-751.....	26
Quadro 4:	Abordagem do Programa quanto ao cumprimento da OP-703.....	29
Quadro 5:	Distribuição dos indivíduos que exercem ocupação remunerada, segundo a renda auferida.....	39
Quadro 6:	Oferta de Unidades Habitacionais.....	78

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Preservação Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
CBRN	Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
EE	Estação Ecológica
FF	Fundação para a Conservação da Produção Florestal de São Paulo
GRAPROHAB	Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais

<i>IB</i>	<i>Instituto de Botânica</i>
<i>IGAS</i>	<i>Informe de Gestão Ambiental e Social</i>
<i>IPT</i>	<i>Instituto de Pesquisa Tecnológica</i>
<i>JBC</i>	<i>Jardim Botânico de Cubatão</i>
<i>ONG</i>	<i>Organização Não Governamental</i>
<i>PE</i>	<i>Parque Estadual</i>
<i>PESM</i>	<i>Parque Estadual da Serra do Mar</i>
<i>PMA</i>	<i>Polícia Militar Ambiental</i>
<i>PRRU</i>	<i>Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana</i>
<i>RDS</i>	<i>Reserva de Desenvolvimento Sustentável</i>
<i>RVS</i>	<i>Refúgio de Vida Silvestre</i>
<i>SH</i>	<i>Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo</i>
<i>SMA</i>	<i>Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo</i>
<i>SNUC</i>	<i>Sistema Nacional de Unidades de Conservação</i>
<i>UC</i>	<i>Unidade de Conservação</i>
<i>UH</i>	<i>Unidade Habitacional</i>

I. BREVE DESCRIÇÃO DO PROJETO

A. Antecedentes e Contexto

- 1.1 A região coberta pelo Programa abrange todo o litoral paulista, sendo sua área de maior intervenção uma das mais habitadas e exploradas do Brasil, o que faz com que seus sistemas ecológicos de Mata Atlântica estejam altamente vulneráveis. Os principais fatores de pressão sobre os ecossistemas são a ampliação da ocupação urbana, a construção de infraestrutura básica e de desenvolvimento regional (estradas, portos, linhas de transmissão), o turismo desordenado, o extrativismo e a caça sistemática. Os ecossistemas da zona costeira também estão igualmente expostos a riscos, dentre os quais destacam-se a pesca excessiva e desordenada e o carreamento de efluentes domésticos e industriais para as águas; fatores estes que estão empobrecendo os recursos pesqueiros com impacto direto sobre as comunidades tradicionais de pescadores (denominados "caiçaras"), assim como a toda a cadeia produtiva que depende da pesca. Também encontra-se afetado o potencial turístico da região devido à deterioração da estabilidade e do visual das praias. Por estas razões se faz necessário adotar instrumentos de planejamento e gestão orientados à proteção, conservação e manejo das zonas objeto do Programa - o Parque Estadual da Serra do Mar, o Mosaico da Juréia-Itatins e o Mosaico das Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas, buscando soluções para a situação das comunidades erradicadas do interior e do entorno destas Unidades de Conservação (UCs).
- 1.2 As áreas contempladas pelo futuro Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica (doravante "Programa") tem alta prioridade de conservação vez que abrangem importantes remanescentes de Mata Atlântica e valiosos recursos naturais em seus ambientes terrestres e marinhos, além de contar com um valioso patrimônio sociocultural. Adicionalmente, dentre inúmeras outras funções ecológicas, o remanescente florestal do núcleo de Itutinga-Pilões do Parque Estadual da Serra do Mar exerce fundamental conectividade à biodiversidade para com os demais setores do Parque, norte e sul. Similarmente, o Mosaico da Juréia-Itatins possui grandes extensões de florestas que permitem o fluxo genético dos ecossistemas ao norte, das escarpas da Serra do Mar, com os do sul, da região estuarina-lagunar do baixo Ribeira e dos grandes remanescentes florestais dos Parques Estaduais paulistas e paranaenses do Vale do Ribeira.
- 1.3 Apesar destas importantes Unidades de Conservação contribuírem com a sustentabilidade e qualidade de vida -especialmente das ocupações antrópicas localizadas em seus entornos- o descaso no passado com a manutenção da integridade de seus limites resultou em ocupações ilegais e desordenadas que têm representado um conjunto de sucessivos impactos negativos e cumulativos sobre a terra e sua cobertura vegetal, conduzindo à perda da biodiversidade, alterações de suas redes de drenagem, contaminação e perda de produtividade do solo e da água, acúmulo de lixo e aumentos dos processos erosivos e de movimentação de encostas da Serra do Mar. Sabe-se que parte significativa dos remanescentes de

- Mata Atlântica se encontra em áreas de declive acentuado como o que ocorre na Serra do Mar, sendo a manutenção dessa cobertura vegetal uma das únicas formas de garantir sua estabilidade física, evitando grandes catástrofes, como por exemplo, deslizamentos e erosões como as que já ocorreram onde a vegetação natural foi suprimida. As erosões ocasionam a formação de ravinas e voçorocas e são resultado direto da interferência antrópica no ambiente. Esses acidentes ocorrem em função da falta de proteção do solo e da ação intempérie natural de ventos e chuvas, resultando em prejuízos econômicos, sociais e ambientais.
- 1.4 Um dos casos mais críticos nessa região em relação às ações que tendem a gerar os acidentes acima descritos e também sérios impactos às UCs relacionadas são os denominados bairros "cota" que se localizam nas áreas de declive acentuado da Serra do Mar do município de Cubatão, mais específico no núcleo do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) no núcleo Itutinga-Pilões. O conjunto de ocupações irregulares, compondo ao todo 7 núcleos habitacionais, tem passado por um processo de adensamento e expansão que representa um dos principais fatores impactantes para a biodiversidade do Parque e um grande entrave ao seu manejo. São áreas que se caracterizam como bolsões de pobreza que ocupam áreas ambientalmente frágeis. Sua população está fortemente influenciada pela segregação espacial, privação de serviços sociais, condições precárias de habitação, falta de condições ideais de infraestrutura e de acesso aos serviços, risco iminente de movimentação de terra, enchentes e exposição direta às doenças de veiculação hídrica e diversos focos de contaminação.
 - 1.5 O Plano de Manejo do PESM, elaborado em 2006, classifica as ações de ocupação urbana em seus limites como um vetor de pressão antrópica muito alto. O controle do crescimento desordenado é vital para a sustentabilidade da vida no PESM, inclusive dos próprios bairros que se encontram no seu entorno, uma vez que sua beleza cênica, seu conjunto de paisagens, suas funções ambientais -como a amenização do clima, a estabilização das encostas, manutenção do suprimento de água e espaços e condições de recreação e lazer- dão proteção e saúde aos moradores dessas áreas críticas, além de proteger e de conservar a biodiversidade.
 - 1.6 A ocupação irregular das áreas do Parque e seu entorno é uma clara situação de vulnerabilidade socioambiental, uma vez que não existe interação e compromisso com estratégias de conservação do PESM e os interesses de uso das comunidades residentes em seu interior e entorno imediato. Nesse contexto da vulnerabilidade socioambiental, existe a necessidade de erradicação dos bairros localizados dentro do PESM e a regularização e urbanização daqueles existentes na área de amortecimento e de desafetação no entorno dessa UC. Tal conclusão é corroborada e exigida através da Decisão Judicial da 4ª Vara Cível da Comarca de Cubatão/SP (944/99) de setembro 1999 que, oriunda da ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual, obriga o Estado de São Paulo e a Prefeitura de Cubatão a "extinguir fisicamente todos os bairros ou núcleos de habitação que tenham sido formados no interior do Parque Estadual da Serra do Mar..." A decisão também obriga os réus à fiscalizar e manter protegida da área do PESM de "novas invasões, construções, obras, desmatamento, abates de fauna e flora, caça, disposições irregular de resíduos e esgotos, e qualquer outra atividade que

- possa por em risco os atributos ecológicos da Unidade de Conservação". A decisão jurídica oferece um marco para o Programa, pois efetivamente limita a possibilidade de consolidar ou urbanizar os núcleos que se encontram dentro dos limites do PESM.
- 1.7 Para iniciar a consecução dos objetivos do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar na região de Cubatão, o diagnóstico de impactos ambientais decorrentes da ação humana levou em consideração os dados gerados pelos relatórios dos nove consultores contratados pelo BID através da CT/BR-T1117 para o desenvolvimento de métodos e modelos de manejo e recuperação ambiental em áreas protegidas do Estado de São Paulo. Para buscar a solução da situação dos bairros irregulares da Serra do Mar e para sanar e mitigar as ameaças à sustentabilidade do PESM, foram desenvolvidos relatórios que apresentam um cenário atual e propostas à recuperação socioambiental. São informações relevantes sobre o reassentamento habitacional da população dos bairros "cota", urbanização das áreas regulares, propostas de ações habitacionais e de sustentabilidade, avaliação e propostas de recuperação de áreas degradadas pela ocupação irregular, conscientização e sensibilização ambiental da comunidade, cumprimento dos aspectos legais das remoções e sobre a criação de um jardim botânico como forma de sanar e mitigar os impactos negativos gerados pela ação humana naquela região.
 - 1.8 O Governo do Estado de São Paulo, através das Secretarias do Meio Ambiente (SMA) e da Habitação (SH), está empenhado em melhorar a condição de conservação do Parque Estadual da Serra do Mar, do Mosaico da Juréia-Itatins e das recém-criadas Unidades de Conservação Marinhas, solucionando os problemas de ocupação ilegal de regiões no interior e no entorno dos mesmos no Programa que abrange mais de 21 mil famílias residentes dentro e no entorno das UCs. A postura do Governo tem sido a de assumir a existência de áreas não degradadas que podem ser voltadas exclusivamente à conservação concomitante a assumir a existência de outras áreas ocupadas e degradadas onde é preferível regularizar a situação, desafetá-las de seus status exclusivamente conservacionistas e acordar com a comunidades que nelas vivem regimes de manejo que as permitam empreender suas atividades produtivas de forma ambientalmente sustentável, e de vez impeça a expansão do efeito de ocupação até as zonas não degradadas. O Programa constitui-se no primeiro passo para a implantação destes conceitos em zonas consideradas de alta prioridade tanto do ponto de vista ambiental quanto social.
 - 1.9 Os problemas detectados têm implicações, além das ambientais, de cunho social, fato que requer o envolvimento das Secretarias da Habitação e do Meio Ambiente. A estratégia do Governo Estadual, corroborando com o princípio da política de reassentamento involuntário do BID de minimizar o número de pessoas reassentadas, consiste em: (i) definir as ocupações ilegais que poderiam manter-se dentro do Parque sob um regime de uso especial de seus recursos e com a participação ativa da comunidade em sua proteção, regularizando assim a situação e levando à consolidação urbana; (ii) decidir quais destas ocupações devem ser erradicadas por estarem localizadas em áreas que não somente

impactam a viabilidade do Parque mas que também expõe a comunidade à riscos físicos; (iii) definir as áreas fora do Parque onde as comunidades erradicadas podem ser assentadas, em comum acordo com estas; e (iv) prover meios para que as comunidades que estejam fora do Parque desenvolvam habilidades e ofícios em atividades que utilizem o Parque sem prejudicá-lo.

Figura 1: Área de Abrangência do Programa



B. Objetivos e Componentes do Programa

- 1.10 O objetivo geral do projeto é o de promover a conservação, o uso sustentável e a recuperação socioambiental do Parque Estadual da Serra do Mar, do Mosaico da Juréia-Itatins e das Unidades de Conservação Marinhas e seu entorno no Estado de São Paulo, gerando benefícios sociais e ecológicos e promovendo a efetiva proteção da biodiversidade e dos mananciais que alimentam a área metropolitana da cidade de São Paulo e a Baixada Santista.
- 1.11 Espera-se com o Programa atingir os seguintes objetivos específicos:
 - i. Reduzir o impacto das populações localizadas no interior do Parque Estadual Serra do Mar (PESM) e do território de Juréia-Itatins, realocando aquelas assentadas nas áreas de maior impacto, melhorando os serviços urbanos nas áreas que podem ser consolidadas e readequando, aonde seja necessário, os limites das Unidades de Conservação (UCs);

- ii. Recuperar as áreas degradadas pela ocupação ilegal e outros fatores associados dentro do PESM e nas áreas de amortecimento, incluindo o estabelecimento de um jardim botânico;
 - iii. Consolidar institucionalmente e melhorar a capacidade de gestão das UCs e áreas protegidas.
- 1.12 As atividades previstas estão organizadas em três componentes, que se interligam e se complementam, dando coerência ao Programa e levando-o a cumprir seus objetivos, sendo que há constante interdependência entre as ações sociais e ambientais.

1 Componente 1: Investimentos Sociais no Parque Estadual da Serra do Mar

- 1.13 Objetiva-se com o primeiro componente do Programa solucionar o que é, segundo o plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Mar, o maior problema atual para sua administração: a ocupação contínua e ilegal de terras de domínio do Estado no "bairro" da Água Fria (no próprio acesso à sede do Núcleo Itutinga-Pilões) e nas encostas da serra, pelos bairros "cota", que tiveram origem nos canteiros abandonados das obras da via Anchieta, também em áreas de domínio público.
- 1.14 A implementação do Plano de Reassentamento para 6.750 famílias é o primeiro dos três resultados diretos do componente 1, sendo que 5.350 famílias estão localizadas no Município de Cubatão nos bairros "cota" 500, 400, 200, 95/100, Pinhal do Miranda, Água Fria, Sítio dos Queirozes e Pilões; e outras 1.400 que estão distribuídas nos outros 22 municípios que compõem o PESM (Cunha, Ubatuba, São Luís do Paraitinga, Natividade da Serra, Paraibuna, Caraguatatuba, São Sebastião, Salesópolis, Biritiba Mirim, Bertioga, Mogi das Cruzes, Santos, São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Juquitiba e Pedro de Toledo).
- 1.15 O segundo resultado direto é a consolidação da ocupação dos bairros cota 200 e 95/100 e Pinhal do Miranda, que beneficiará 2.410 famílias através de obras de urbanismo, criação de acessos e a instalação de serviços básicos adequados, como saneamento. Além da urbanização, será dado início à regularização fundiária nos núcleos consolidados.
- 1.16 O terceiro e último resultado direto tem como objetivo diagnosticar e elaborar projetos de urbanismo (quando possível) e reassentamento (quando necessário) para 60% (7.200 famílias) das estimadas 12.000 outras famílias que ocupam irregularmente o entorno do PESM em seus setores norte e sul.

2 Componente 2: Proteção das Unidades de Conservação

- 1.17 O segundo componente do Programa está sub-dividido em três produtos, sendo um para cada grupo de UCs (PESM, Mosaico de Juréia-Itatins e UCs Marinhas).
- 1.18 **Implementação do Plano de Manejo do PESM:** Dos três grupos de UCs, o PESM é o que mais avançado está em termos de marcos institucionais e legais para a conservação por já ter sido estabelecido em 1977 e já ter seu Plano de

- Manejo aprovado em 2006. Portanto no âmbito do Programa contemplam-se ações que visam a implementação de seu plano.
- 1.19 O primeiro dos resultados diretos esperados é o desenvolvimento de metodologias e procedimentos para a regularização fundiária, desenvolvida juntamente com a execução de dois projetos pilotos de reassentamentos (nos núcleos de S. Virginia e Cunha) e dois de regularização fundiária (nos núcleos de Itutinga-Pilões e Picinguaba).
 - 1.20 O segundo resultado para o PESM prevê a readequação dos limites do parque nas áreas críticas de conflito socioambiental, tendo para tanto a elaboração de estudos de adequação e limitação para inclusão de áreas de interesse para a biodiversidade.
 - 1.21 A infraestrutura de gestão, proteção e uso público também será readequada no terceiro resultado direto para o PESM através: da implantação e operacionalização do núcleo de São Sebastião, de 6 centros de visitantes e 11 bases de apoio à proteção, investigação e uso público; da implantação de sinalização em 10 trilhas; da implantação e operacionalização de 6 grandes trilhas; e do melhoramento da comunicação com o público através de 5 exposições e 3 impressos.
 - 1.22 O quarto resultado direto é a recuperação das áreas degradadas liberadas pelo reassentamento, perfazendo como resultante 80 ha em processo de recuperação em Cubatão, 200 ha livre de espécies exóticas e em recuperação, e 500 ha em processo de enriquecimento da biodiversidade.
 - 1.23 Já o quinto e último resultado esperado para o PESM é a construção e implantação do Jardim Botânico de Cubatão na área liberada pela ocupação da atual comunidade de Água Fria, que implicará na recuperação de 100 ha e contará com 8 coleções de espécies vegetais em exibição e 6 km de trilhas construídas, criando 55 postos de trabalho (sendo 30 pessoas da própria comunidade).
 - 1.24 **Consolidação do Mosaico Juréia-Itatins:** as seis unidades de conservação que compõe o mosaico já têm seus planos de manejo iniciados e em vias finais de conclusão. As quatro ações previstas pelo Programa, portanto, visam sua finalização e a viabilização do mosaico através de sua consolidação.
 - 1.25 O primeiro resultado direto a ser alcançado com o Programa é o encaminhamento da proposição de legislação que altera o status da unidade de conservação da área da atual Estação Ecológica para a de Mosaico, tornando-se assim compatível com as ocupações nela existentes. Juntamente com a proposta de legislação para a formação do Mosaico (cuja mudança depende de aprovação de Lei específica pelo poder legislativo), objetiva-se concluir o plano de manejo das seis unidades que o compõe.
 - 1.26 O segundo resultado direto é o desenvolvimento de metodologia e de procedimentos para a normatização da regularização fundiária da terra, desenvolvida à partir da execução dos projetos pilotos. Objetiva-se a normatização da metodologia com um projeto de cunho de reassentamento (em Itinguçu) e outro de cunho de regularização fundiária.

- 1.27 O terceiro resultado direto contempla a adequação da infraestrutura de gestão, proteção e uso público, capacitação gerencial para gestão e sistema de comunicação e divulgação para obter-se sinalização e acessos da sede e de 5 núcleos, trilhas implantadas e a atenção de 50% do público escolar dos municípios vizinhos e de 100% da população de ocupantes e visitantes.
- 1.28 O último resultado direto previsto para o Mosaico da Juréia-Itatins é a sustentabilidade socioeconômica através da implantação de 2 núcleos como Reservas de Uso Sustentável e a recuperação de 200 ha de áreas das comunidades tradicionais localizadas dentro do Mosaico.
- 1.29 **Consolidação do Mosaico de Unidades de Conservação Marinhas:** Até o início do Programa já estarão feitas normatizações de ordenamento prioritário de 3 Ilhas do litoral norte. Também estarão definidos o banco de dados e indicadores para monitoramento e gestão; estarão feitos acordos de colaboração de manejo costeiro com ONGs; e estará instalado o conselho do Mosaico Marinho e sua secretaria executiva.
- 1.30 O primeiro resultado direto em relação às UCs Marinhas no âmbito do Programa, portanto, visa o fortalecimento do seu sistema de gestão, estabelecendo seu sistema de monitoramento, implementando seu conselho gestor e estabelecendo convênios entre as 19 UCs Marinhas em questão para a composição do Mosaico.
- 1.31 A conscientização da sociedade e a promoção de práticas sustentáveis de pesca, turismo e esportes náuticos constitui o segundo resultado direto, tendo ao seu final 8 municípios do litoral informados e conscientizados sobre os objetivos das APAs marinhas; 12 organizações de pescadores capacitados para praticar responsabilmente a atividade; e conselhos gestores capacitados para 3 APAs.
- 1.32 O último resultado direto esperado para as UCs Marinhas é a elaboração e implementação de novos planos de manejo para as 3 APAs (litoral Sul, Centro e Norte) e o estabelecimento de infraestrutura básica para ampliar a proteção e apoio ao uso público nos Parques Estaduais da Ilha Anchieta, Ilhabela, Laje de Santos, Xixová-Japuí e Ilha do Cardoso.
- 3 Componente 3: Fiscalização Costeira e das Unidades de Conservação do Mosaico**
- 1.33 O último componente do Programa reflete sua preocupação com a efetividade e durabilidade das ações nele propostos, pois implica em reforçar de maneira significativa a ação policial de fiscalização e também de educação e orientação ambiental através da implementação dos programas ProParque e ProMar.
- 1.34 O primeiro resultado direto deste componente compreende na capacitação de 40 policiais militares, treinados em 3 módulos de educação socioambiental, além de 105 militares especializados em temas de proteção ambiental.
- 1.35 O segundo resultado compreende a capacitação estrutural para fiscalização do PESM e dos Mosaicos de Juréia-Itatins e Marinho através do investimento em equipamento.

- 1.36 Por último, a Polícia Militar Ambiental (PMA) desenvolverá um sistema de análise e monitoramento georreferenciado e integrado com o sistema da Secretaria do Meio Ambiente, visto que a base de dados permitirá desenvolver uma segura linha de base que posteriormente orientará ações de fiscalização e correção.

C. Resultados Esperados

- 1.37 Ao término do Programa o PESH terá 6.750 famílias reassentadas cuja qualidade de vida, medido em termo de IDH, melhorará comparado às suas condições atuais; consolidado os núcleos urbanos onde vivem 2.410 famílias; desenvolvidos projetos de urbanização e reassentamento para cerca de outras 12.000 famílias que ocupam irregularmente o entorno do PESH.
- 1.38 O PESH terá solucionado os seguintes problemas concretos: (i) metodologia pra regularização fundiária, desenvolvida através de projetos piloto; (ii) adequação de seus limites em áreas críticas de conflito socioambiental; (iii) adequação da infraestrutura de gestão, proteção e uso público em 5 núcleos; (iv) recuperado 80 ha de áreas degradadas liberadas pelos reassentamento; e (v) implantado o Jardim Botânico de Cubatão.
- 1.39 O território de Juréia-Itatins terá solucionado os seguintes problemas: (i) proposta de um Mosaico de Unidades de Conservação; (ii) plano de manejo para o Mosaico; (iii) metodologia de reassentamento; (iv) adequação de infraestrutura de proteção e uso público; e (v) 2 projetos de sustentabilidade socioeconômica executados com comunidades tradicionais.
- 1.40 As reservas de desenvolvimento sustentável e as de proteção integral localizadas nas áreas costeiras e marinhas contará com um modelo de gestão definido, planos de manejo, conselhos gestores implementados e programas de proteção, uso público e de sustentabilidade desenhados, e os investimentos principais feitos. A polícia ambiental melhorará sua capacidade operativa mediante a capacitação de monitoramento, equipamento e de seu pessoal.

II. SÍNTESE DO MARCO INSTITUCIONAL E LEGAL PERTINENTE

A. Instituições Executoras do Programa

- 2.1 As seguintes secretarias estaduais do Estado de São Paulo fazem parte direta da execução do Programa: de Economia e do Planejamento, Meio Ambiente e Habitação.
- 2.2 A Secretaria de Estado de Economia e do Planejamento representa a instância administrativa, operativa, estratégica e executora do Governo do Estado de São Paulo. Ela irá se responsabilizar pela Unidade Gestora do Programa (UGP), que por sua vez estará liderada pelo assessor especial do Governador do Estado, quem estará a coordenar e a liderar como principal autoridade o Programa.

- 2.3 As Secretarias de Habitação (SH) e do Meio Ambiente (SMA) são as instituições co-executoras do Programa, através de um convênio com a Secretaria do Planejamento. Por sua vez, a SH e a SMA delegarão a responsabilidade da execução técnica e financeira à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e à Fundação Florestal (FF), respectivamente. Para tanto, convênios institucionais entre estes serão também realizados, estipulando os deveres de coordenação/execução dos órgãos delegados. A CDHU e a FF assumirão as responsabilidades de execução e/ou coordenação das distintas atividades de investimentos, de acordo com seus mandatos institucionais e estratégicos, além de seu perfil técnico na matriz da estrutura organizacional do Governo do Estado de São Paulo. Mesmo assim a CDHU e a FF firmarão convênios individuais com a Secretaria de Economia e do Planejamento estabelecendo que esta exercerá as funções de ente coordenador da execução, conforme descrito anteriormente.
- 2.4 A CDHU responsabilizar-se-á pelas atividades referentes ao reassentamento e desenvolvimento habitacional, constantes do componente 1 do Programa. À FF será responsabilizada a realização das atividades de recuperação ambiental e de conservação. Para tanto, coordenará e dará seqüência às atividades da própria FF, do Instituto Botânico e da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) da SMA, que se encarregará das atividades pertinentes à Polícia Militar Ambiental.

1 Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA)

- 2.5 A SMA representa um órgão seccional do Sistema Nacional do Meio Ambiente e órgão central do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais.
- 2.6 **Fundação Florestal:** a Fundação para a Conservação da Produção Florestal do Estado de São Paulo - Fundação Florestal (FF) é uma instituição de administração descentralizada vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, cujo objetivo é contribuir para a conservação, manejo e ampliação dos recursos florestais, tanto para fins de proteção como de produção. A FF apóia, promove e executa ações integradas de conservação ambiental, proteção da biodiversidade, desenvolvimento florestal sustentável, recuperação de áreas degradadas e reflorestamento de áreas ambientalmente vulneráveis.
- 2.7 **Instituto de Botânica (IB):** instituição de administração centralizada e vinculada à SMA cujo mandato institucional é a investigação científica na área de botânica. É responsável pela administração de três reservas biológicas do Estado de São Paulo, incluindo a Reserva Biológica e Jardim Botânico do Parque Estadual Fontes do Ipiranga na cidade de São Paulo.
- 2.8 **Polícia Militar Ambiental (PMA):** de acordo com o Artigo 195 da Constituição do Estado de São Paulo, compete à Polícia Militar, através da PMA, a execução de atividades de policiamento preventivas e de repressão sobre ações que degradem o patrimônio ambiental (florestal e manancial) do Estado. A PMA emprega um contingente de 2.286 policiais militares especializados na proteção

ao meio ambiente em todo o Estado, dos quais um total de 655 oficiais são destinados à execução de atividades de policiamento e controle no Parque Estadual da Serra do Mar. De maneira mais ampla, um total de 806 oficiais realizam atividades em todo o âmbito geográfico da Mata Atlântica de alcance do Programa. Estas funções são levadas à cabo pelo Terceiro Batalhão da Polícia Ambiental com sede na cidade de Guarujá e em direta sintonia e colaboração com a Secretaria de Meio Ambiente através da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais.

2 Secretaria Estadual de Habitação (SH)

2.9 A SH é a responsável pela condução da política habitacional do Governo do Estado de São Paulo. Suas responsabilidades abrangem o estabelecimento de metas, planejamento e desenvolvimento de programas de atenção habitacional para setores de baixa renda (habitação de interesse popular) no Estado. Realiza tais funções através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

2.10 **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU):** a CDHU é uma sociedade anônima de economia mista, com ações em posse do poder público e privado, de administração indireta vinculada à SH. Representa o agente promotor das políticas de habitação de interesse social, sendo seu mandato a execução de programas habitacionais em todo o território do Estado, dirigidos às populações menos favorecidas, cuja renda mensal se encontra abaixo de dez salários mínimos.

2.11 Segundo a nova diretriz da Política Habitacional do Estado de São Paulo, a CDHU detém três objetivos bem definidos, que incluem: (a) a regularização fundiária, urbanização e melhoramento das condições habitacionais das favelas, principalmente nas regiões metropolitanas da Capital, de Campinas e da Baixada Santista; (b) a construção de habitações de acordo com as necessidades específicas dos municípios do Interior; e (c) a regularização da ocupação e uso do solo, recuperação de zonas que apresentam degradação ambiental e a criação de condições de preservação permanente.

B. Legislação Pertinente ao Programa

2.12 São vários os aspectos legais dentro do contexto jurídico-institucional relacionado com o Programa, visto que o mesmo é de grande complexidade e abrangência. Dentre estes destaca-se a Lei Federal de nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração e a utilização do Bioma Mata Atlântica como patrimônio nacional, no qual se insere a vegetação da Serra do Mar e todo o Programa.

2.13 Decorre dos preceitos e princípios inseridos na Constituição Federal do Brasil que as ações destinadas à proteção ambiental e à realização de quaisquer outras funções governamentais devem buscar, simultaneamente, sua compatibilização com o enfrentamento e a superação das questões sociais conexas de modo que a solução de um problema de interesse coletivo não gere ou agrave outros com ele conexos. No caso do Programa tem-se a necessidade de remoção das famílias que

ocupam irregularmente o Parque e também aquelas que estão em zonas de riscos diversos.

1 Reassentamento, Requalificação Urbana e Regularização Fundiária

- 2.14 O processo de reassentamento, requalificação urbana e regularização fundiária de núcleos urbanos de assentamento irregular implica um conjunto complexo de ações no qual o Município tem fundamental papel de liderança, pois o art. 182 da Constituição Federal lhe atribuiu o poder de planejar e executar a política urbana e o Estatuto da Cidade colocou em suas mãos o poder jurídico de utilizar a maior parte dos instrumentos jurídicos nele previstos.
- 2.15 A remoção da ocupação inadequada sob o prisma ambiental pode ser realizada por adesão voluntária das famílias afetadas ou por via judicial, mediante ação judicial própria. O caminho da negociação direta com os reais possuidores é a via mais adequada para se obter a remoção voluntária dos atuais ocupantes com a compensação adequada com base na legislação nacional em vigor, mas não se pode descartar, sem mais, a via judicial como último recurso, inclusive mediante o pagamento de indenização nos casos em que isto se fizer necessário.
- 2.16 A legislação brasileira dispõe dos elementos básicos para determinar os direitos das pessoas afetadas pela necessidade imperiosa de deslocamento. Em primeiro lugar, existe o instrumento de desapropriação dos direitos de que as pessoas afetadas sejam titulares. Conforme a Constituição Federal, a desapropriação em núcleos urbanos pode, como regra geral, ocorrer, mediante prévia indenização em dinheiro (§ 3º do art. 182), ou mediante pagamento em títulos da dívida pública na hipótese prevista no § 4º do art. 182 da Constituição Federal.
- 2.17 Na primeira hipótese, com vistas à preservação do Parque Estadual da Serra do Mar, a desapropriação pode ser feita por utilidade pública, com base na alínea “k” do art. 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, “*proteção ... de locais particularmente dotados pela natureza*” ou por interesse social, com fundamento no inciso VII do art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, “*para a proteção do solo e a preservação dos cursos e mananciais de água e de reservas florestais*” com pagamento prévio da indenização em dinheiro.
- 2.18 A segunda hipótese, a de desapropriação destinada ao cumprimento da função social da propriedade com pagamento em títulos da dívida pública, prevista no § 4º do art. 182 supra citado, aplica-se aos casos de imóveis não edificadas, subutilizados ou não utilizados a fim de que se promova seu adequado aproveitamento. Sua utilização depende exclusivamente do Poder Público Municipal. Todavia, esta hipótese não é aplicável para a proteção do Parque Estadual da Serra do Mar por meio da desocupação de suas áreas.
- 2.19 Mesmo sem a utilização do instrumento da desapropriação, a legislação brasileira conta com normas jurídicas destinadas a assegurar aos possuidores de áreas ambientalmente protegidas, a serem reassentados em áreas mais adequadas, o direito à moradia digna em áreas dotadas da infra-estrutura urbana básica. Este direito além de estar genericamente expresso no art. 6º da Constituição Federal, encontra-se igualmente garantido no Estatuto da Cidade.

- 2.20 O art. 2º do Estatuto da Cidade (Lei Nacional nº 10.257, de 10 de julho de 2001) estabelece as diretrizes gerais de política urbana, de cumprimento obrigatório por todos os entes federativos brasileiros, a serem adotadas no planejamento e na execução da política urbana, inclusive no reassentamento de populações removidas de áreas inadequadas, na requalificação urbana de áreas ocupadas para fins de regularização urbanística, ambiental e fundiária. Destacam-se especialmente as diretrizes gerais que garantem a sustentabilidade das cidades e a participação popular na formulação e execução dos planos urbanos.
- 2.21 Em complementação ao Estatuto da Cidade, para restaurar a vigência de dispositivos que dele constavam e foram retirados em razão de imperfeições específicas, foi expedida a Medida Provisória nº 2.220, de 04 de setembro de 2001, que, além de instituir a concessão de uso especial para fins de moradia, outorgou ao Poder Público, no seu art. 5º, a faculdade de assegurar o direito à moradia em outro local em caso ocupação de imóvel nas hipóteses nele enumeradas, dentre as quais, aqueles localizados em áreas de interesse da preservação ambiental e da proteção dos ecossistemas naturais. Esta faculdade aplica-se também aos demais casos de reassentamento populacional, mesmo naqueles em que não se pretende aplicar o novo instituto da concessão de uso especial para fins de moradia.
- 2.22 Assim sendo, diante do ordenamento jurídico brasileiro, o Poder Público encontra-se dotado dos principais poderes legais para, em articulação com o Município de Cubatão, fazer com que a população a ser reassentada participe dos benefícios que deverão resultar do projeto de reassentamento decorrente da necessidade de remoção dos ocupantes irregulares do PESH. A legislação brasileira também não cria obstáculos para a utilização de medidas adicionais pelo Poder Público destinadas ao restabelecimento do sustento da população a ser afetada pela remoção, ao menos, ao nível equivalente àquele que dispõe antes da remoção. Muito ao contrário, as normas constitucionais exigem de todos os entes federativos brasileiros providências e medidas destinadas a propiciar a oferta de trabalho, à elevação da renda, à erradicação da pobreza e da marginalização social e à promoção e defesa da dignidade da pessoa humana. Portanto, nos casos de remoção da população de áreas inadequadas para outras as providências destinadas ao sustento da população removida devem ser tomadas.
- 2.23 As atribuições dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual envolvidos com o Programa, são suficientes para serem incumbidos das providências destinadas, dentre outras, à:
- i Remoção de ocupantes das áreas ambientalmente protegidas pertencentes ao Estado de São Paulo;
 - ii Negociação com os ocupantes e ao gerenciamento do conjunto do Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana (PRRU, anexo 1);
 - iii Indenização/compensação a que os ocupantes vierem a fazer jus com base na legislação em vigor;

- iv Oferta de habitação subsidiada com a definição da origem dos recursos financeiros a serem destinados à CDHU para que esta possa cumprir o que dela se espera;
 - v Concessão de direito real de uso conforme o disposto no inciso I do art. 17 da Lei Federal nº 8.666/1993 (licitações), se ainda não houver autorização legal que a possibilite e, também, à concessão de uso especial para fins de moradia em parte das áreas desafetadas nas quais se possa admitir a permanência dos atuais ocupantes sem riscos para a vida, a saúde ou ao meio ambiente;
 - vi Articulação com a Prefeitura Municipal de Cubatão tendo em vista os procedimentos relativos à regularização fundiária conforme o Estatuto da Cidade mediante convênio de cooperação ou contrato de consórcio público nos termos previstos na Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005.
- 2.24 A situação particular do núcleo urbano que apresenta áreas de propriedade privada (Pilões) e a de requalificação urbana dos núcleos assentados nas áreas desafetadas em que os estudos recomendem a permanência de parte dos atuais ocupantes devem ser objeto de um programa específico de regularização fundiária com intensa colaboração entre a Prefeitura Municipal de Cubatão e o Governo do Estado de São Paulo. Isto se deve ao fato de que a Prefeitura Municipal, além do poder-dever constitucional de planejar e executar a política urbana tem em suas mãos, ao lado de outros instrumentos jurídicos autorizados no Estatuto da Cidade, as alternativas de adequar sua legislação para a intervenção a ser realizada mediante a instituição de zona especial de interesse social, de aprovação do plano urbanístico específico para a área (Pilões) e das normas urbanísticas especiais, bem como a prestação de assessoria técnica e jurídica gratuita aos moradores destes núcleos. Neste contexto, o Protocolo de Cooperação celebrado entre o GESP, por meio da SH, e o Município de Cubatão pode servir como instrumento para a realização do objetivo de interesse comum de execução compartilhada do Programa.

2 Licenciamento Ambiental

- 2.25 Dada a abrangência do Programa, suas necessidades de licenciamento ambiental se dão em diferentes instâncias ao longo de suas etapas de execução, sendo a primeira delas constantes do componente 1, construção de novas unidades habitacionais para a realização dos reassentamentos. Em tratando-se de obras civis, a construção dos novos bairros sujeitou-se aos procedimentos padrão de licenciamento -não limitado ao ambiental- como em um processo normal de incorporação imobiliária, estando devidamente registrados na Prefeitura de Cubatão e tendo obtido seus devidos alvarás de construção.
- 2.26 Os projetos dos novos bairros foram também devidamente aprovados pelo Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (GRAPROHAB), constituído pelas Secretarias de Habitação e do Meio Ambiente, pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica, pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e pela Empresa

- Paulista de Planejamento Metropolitano. Cada um destes órgãos emite sua aprovação no GRAPROHAB condicionando o empreendimento à cumprir com marcos pertinentes. No caso da Secretaria do Meio Ambiente na aprovação do bairro novo Cubatão Q (Residencial Rubens Lara), a condicionante foi um Termo de Compromisso de Recuperação de Áreas Verdes, devidamente assinado e contemplado no projeto do empreendimento, que respeita integralmente os requerimentos para áreas verdes, *buffers* para cursos d'água e áreas de APP. A CETESB condicionou a aprovação, à implantação de rede coletora e de tratamento de esgoto e à adequada disposição de resíduos sólidos, representando a aprovação o equivalente às Licenças Prévias e de Instalação, conforme projeto apresentado e aprovado também pela Prefeitura de Cubatão. Tal procedimento, além de padrão para empreendimentos habitacionais, foi ratificado pela SMA em ofício específico sobre o Programa, SMA/ADJ nº 193/2008, de 18/06/2008 (anexo 15).
- 2.27 Eventuais outras licenças ambientais pertinentes às obras civis serão pleiteadas perante os órgãos públicos diretamente pelas empresas contratadas para a execução das mesmas, tais como especificações de horários específicos para ruídos, solicitação de coletas especiais para que haja a correta destinação dos resíduos sólidos, etc. Visto que a contratação dos empreiteiros para a execução das obras se dá através de processos licitatórios cujos Editais regem as responsabilidades pertinentes ao caso à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, os mesmos se responsabilizam inteiramente por estas licenças, inclusive assumindo responsabilidades civis e criminais pelos seus eventuais não cumprimentos.
- 2.28 Quanto às obras de consolidação das áreas desafetadas do Parque, por se tratarem de locais de relevante risco de ordem geotécnico devido ao estado já deteriorado das áreas em alta declividade, requereram a criação de um regimento próprio contemplando um plano de ações preventivas contra instabilizações. Quanto à necessidade de licenciamento ambiental mediante Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), o mesmo ofício SMA/ADJ nº 193/2008 (anexo 15) dispensa tais estudos face aos fatos de que as áreas estarão sendo recuperadas de situações de avançada degradação ambiental, e que o Programa é de interesse ambiental e trará benefícios à proteção da biodiversidade do PESM.
- 2.29 A mesma lógica e Ofício aplica-se às obras de implementação do Jardim Botânico de Cubatão, visto que sua área é hoje habitada e degradada pelo "bairros" da Água Fria. Não há, portanto, impacto negativo como supressão de vegetação ou alteração das condições primárias da área ao longo de sua construção - ao contrário, a área será regenerada. Cabe frisar que para os cuidados rotineiros das obras civis das instalações do Jardim Botânico serão exigidas as licenças pertinentes, em todas as instâncias, dos empreiteiros a serem contratados.
- 2.30 A mesma mecânica de contratação através de licitações ocorrerá com as obras civis pertinentes aos demais componentes do Programa, quando da construção de infraestrutura básica para as UCs tais como guaritas, casas de apoio e visitação, centros de educação ambiental, dentre outros. Não obstante o fato de que as

licenças ambientais são condições vinculantes ao andamento das obras e sua remuneração às empreiteiras, o impacto ambiental de tais desenvolvimentos é na maioria das vezes de fácil mitigação dado a pontualidade e o pequeno porte, tais como recomposição da abertura de vias de acesso, controle da destinação dos resíduos sólidos, etc.

3 Interação com as Políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento

- 2.31 O contexto legal acima disposto, principalmente no tangente ao Estatuto da Cidade, prevê que os planos de regularização fundiária de áreas urbanas ocupadas por população de baixa renda que exijam a remoção de parte dela para áreas mais adequadas contemplem iniciativas destinadas à geração de renda e oportunidades de trabalho e emprego para a população a ser removida e, se necessário, também para o restante da população que permaneça na área regularizada, incluindo a criação e o aumento da produtividade de pequenas unidades econômicas que atuam com baixa intensidade de capital por pessoa empregada.
- 2.32 Da mesma forma, os planos de reassentamento e de regularização fundiária para a população de baixa renda devem prever a solução das deficiências que tiverem sido constatadas na infraestrutura urbana para propiciar aos ocupantes uma moradia digna, inclusive, no que couber, mediante a implantação e/ou ampliação dos equipamentos públicos comunitários, tais como, os de educação, saúde, serviços públicos, lazer e outros conexos.
- 2.33 A legislação nacional brasileira oferece, portanto, todo o arcabouço legal para a implementação do Programa em conformidade com as políticas operacionais do Banco, principalmente no tangente à OP-710 e OP-751.

C. Cumprimento das Políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento

- 2.34 O Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar atribui caráter imperioso à remoção da maior parte da população dos bairros "cota". Em razão da condição socioeconômica da maior parte da população destes núcleos urbanos ser de baixa renda, o Programa incorpora ações específicas voltadas para a criação de oportunidades de trabalho, renda e emprego no entorno das áreas destinadas ao reassentamento a fim de assegurar-lhe padrões econômicos, sociais e fundiários equivalentes ou superiores àqueles que tinham nas áreas das quais será deslocada.
- 2.35 As políticas operacionais do BID, que incidem direta e indiretamente no Programa são a OP-710, OP-751, OP-703 e OP-765, sendo que abaixo demonstra-se como cada uma delas é contemplada.

1 OP 710 - Reassentamento Involuntário

- 2.36 O objetivo desta política do Banco consiste em reduzir ao máximo as alterações no modo de vida das pessoas que moram na zona de influência do projeto, evitando ou diminuindo a necessidade de deslocamento das pessoas da área onde habitam para outra, e assegurando que, em caso de ser indispensável este deslocamento, as pessoas sejam tratadas com urbanidade e de maneira equitativa e, quando for possível, que participem dos benefícios que o projeto que exige o

seu reassentamento oferece. Para tal elaborou-se um Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana - PRRU (anexo 1).

- 2.37 Quanto ao cumprimento da OP-710, são primordialmente duas as questões que merecem esclarecimento, sendo elas: (1) se o Programa envidou todas as medidas necessárias para evitar ou reduzir a necessidade de realocação de pessoas; e (2) se as opções de reabilitação oferecem um valor equitativo de substituição aos ativos perdidos.

Quadro 01: Panorama dos Reassentamentos nos Núcleos de Ocupação Irregulares

Número de famílias afetadas pelo Programa nos diferentes núcleos e principal motivo para o Reassentamento*							
Núcleos de Habitação Irregulares	Total de Famílias	Permanência (área desafetada)	Total de Famílias Retiradas	Motivo da Retirada			
				Risco Tecnológico**	Risco Geotécnico***	Risco Ambiental****	APP***** Municipal e Área Particular
Cotas 400/500	203	0	203	-	-	203	-
Cota 200	2.108	719	1.389	741	252	396	-
Cotas 95/100	1.037	401	637	157	156	325	-
Pinhal do Miranda	2.260	1.290	969	246	544	178	-
Água Fria	1.329	0	1.329	-	-	1.329	-
Pilões	682	0	682	-	-	-	682
Sítio Queiroz	141	0	141	-	-	141	-
TOTAL	7.760	2.410	5.350	1.144	952	2.572	682

* Em vários casos pode haver mais de um motivo para a retirada. Os riscos tecnológicos e geotécnicos foram identificados apenas para os bairros Cota 200, 95/100 e Pinhal do Miranda devido às suas áreas de desafetação.

** Por risco tecnológico compreende-se: a faixa de domínio da rodovia, suas entrevias, faixas de domínio de Linha de Transmissão e ainda aquelas áreas requeridas para as obras de consolidação.

*** Risco geotécnico condiz às áreas de grande instabilidade geológica.

**** O risco ambiental condiz com a proteção de vertentes e as áreas no interior do PESM.

***** Área de Proteção Permanente estabelecida pelo Município de Cubatão.

- 2.38 Embora de cunho ambiental, o Programa tem como transversalidade a resolução da questão social das famílias que moram nos bairros "cota". Essa relação condicional se dá por diversos motivos, sendo um deles relativo à capacidade tolhida de gestão do PESM devido às habitações irregulares, e outra devido à legalidade destas. Nas áreas desafetadas do PESM em 1994, estudos do IPT foram realizados objetivando distinguir as famílias que vivem em condições de risco daquelas que vivem em áreas aptas para a urbanização. O resultado dos laudos, espelhado no quadro imediatamente abaixo, demonstram que nas áreas desafetadas todos os que podem permanecer, o farão. Já nos casos da Cota

400/500, Sítio dos Queiroz e Água Fria, os estudos de risco não foram realizados por serem inócuos face à sentença judicial nº 944/99, da 4ª Vara Cível da Comarca de Cubatão/SP, que determina que o Estado de São Paulo e a Prefeitura de Cubatão devem erradicar os assentamentos irregulares localizadas dentro do PESM. No caso do núcleo de Pilões este marco legal é dado pelo plano diretor do Município, além de haverem edificações em propriedades particulares da Petrobrás e SABESP, que se não fora pela intervenção do Programa, moveria ações de reintegração de posse. Uma análise detalhada das questões fundiárias encontra-se no informe intitulado "Análise dos Aspectos Físicos e Urbanísticos nas Áreas de Reassentamento", anexo 2.

2.39 Quanto à equidade das opções de reabilitação, observe-se na tabela abaixo que se não em áreas de risco classificado pelo IPT, todas as remoções ocorrerão por serem fundamentalmente ilegais ao ocuparem terras públicas. Torna-se portanto difícil estabelecer valores para essas moradias ilegais, embora a permissividade do Estado no passado permitiu tal investimentos nas áreas. Pelo mercado informal existente, estima-se com segurança que os valores de subsídio para a aquisição das novas moradias será largamente superior aos valores investidos nas atuais habitações. Embora o Programa cause um aumento de custos relativos à transição da informalidade (moradia precária, conexões clandestinas) à formalidade (pagamentos de impostos e taxas), as novas áreas dos assentamentos oferecem alternativas dignas à uma população que atualmente vive sem segurança jurídica nem serviços básicos, em áreas de risco e/ou ilegais e causando danos ao meio ambiente. Como se mostra em detalhes ao longo desse documento, o reassentamento e requalificação urbana objetiva oferecer alternativas com total segurança jurídica, dispendo de todos os serviços básicos fundamentais e com acessos a programas de apoio ao desenvolvimento social.

Quadro 02: Abordagem do Programa quanto ao cumprimento da OP-710

OP-710	Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica - Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana (PRRU)
Princípios	
<p>1. Será envidado todo o esforço possível para evitar ou reduzir a necessidade de reassentamento involuntário.</p>	<p>A pesar da alta porcentagem de remoção, o reassentamento foi reduzido ao mínimo necessário para promover a sustentabilidade da unidade de conservação (PESM), manter a qualidade dos mananciais de abastecimento da Baixada Santista e não deixar nenhuma família em situação de risco. A desocupação das áreas protegidas conta como uma decisão judicial (Processo 944/99) que determinou a erradicação, pelo Estado e pela Prefeitura Municipal de Cubatão, de todos os assentamentos irregulares do PESM em Cubatão.</p>
<p>2. Quando o deslocamento for inevitável, um plano de reassentamento deve ser preparado a fim de assegurar que as pessoas afetadas sejam indenizadas e reabilitadas de maneira equitativa e adequada.</p>	<p>O Governo do Estado de São Paulo, com apoio da CT/ BR-T1117 promovida pelo BID, formulou o PRRU que incorpora as diretrizes para “Reassentamento Involuntário” do BID (OP 710). O PRRU prevê:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) reassentamento das famílias removidas para bairros urbanos dotados de infraestrutura e condições ambientais adequadas; (ii) os novos imóveis terão situação de regularidade e serão repassados com instrumentos jurídicos perfeitos; (iii) trabalho de organização social já está sendo executado e

	acompanhará o reassentamento por dois anos, no mínimo, com vistas ao restabelecimento das redes sociais ou a estruturação de novas incluindo a população receptora. Os locais estão mais próximos dos centros de trabalho, emprego, educação, cultura e lazer; (iv) Há propostas de projetos de sustentabilidade econômica e já teve início o processo de capacitação promovido por parceiros estratégicos institucionais.
Considerações Especiais	
3. Dimensão – <i>se o número de reassentamento for pequeno é desnecessário um plano para tal finalidade.</i>	A dimensão da população envolvida - 7.760 famílias ou 23.850 pessoas - justifica a necessidade da elaboração de um completo plano de intervenção. A formulação do Plano de Reassentamento contou com informações atualizadas das comunidades obtidas através dos trabalhos de arrolamento das edificações e do diagnóstico socioeconômico da população residente realizados pela SH/CDHU.
4. A realocação como objetivo do projeto.	O objetivo maior do Programa é a recuperação ambiental das porções deterioradas do PESM e do Mosaico da Juréia-Itatins, sendo a realocação da população uma condição necessária para tal. A população a ser retirada ocupa, irregularmente, áreas públicas de preservação ambiental que são naturalmente frágeis (dependentes da vegetação nativa) e responsáveis pelo equilíbrio do clima e o abastecimento de água de uma vasta região, densamente ocupada e altamente significativa para o desenvolvimento econômico regional e do País. Mesmo com o forte foco ambiental e até para a garantia da sustentabilidade das ações de recuperação ambiental, o Programa articulou ações do Meio Ambiente e da Habitação de Interesse Social. O reassentamento possibilitará o acesso à moradia digna e com segurança jurídica, além de regularizar e prover de infraestrutura urbana os núcleos habitacionais que poderão permanecer nas áreas de amortecimento do PESM, e dotar de regularidade os imóveis das áreas requalificadas.
5. Análise de risco de empobrecimento.	O diagnóstico socioeconômico realizado identificou grupos sociais vulneráveis que terão dificuldades em enfrentar os impactos da mudança para uma situação de regularidade, que pressupõe custos decorrentes de serviços e inerentes às condições de cidadania (taxas, impostos, luz e água, etc.). Para esses casos o PRRU propõe o “reassentamento de assistência social”, que pressupõe a ocupação assistida e garantida por instituição pública diretamente ou por meio de parceiros do terceiro setor. A SH/CDHU firmou Protocolo de Cooperação com a Prefeitura de Cubatão com vistas ao atendimento desse contingente populacional que pode atingir 11% das famílias. O Programa conta também com o apoio da Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social para atender a população vulnerável. As áreas de reassentamento estão mais próximas dos centros de trabalho, de lazer, cultura, equipamentos de educação e saúde, o que facilitará o acesso as fontes de trabalho e reduzirá os eventuais gastos com deslocamento.
6. Comunidades Indígenas.	Nos 7 núcleos habitacionais da Serra do Mar no município de Cubatão, não foi registrada presença de populações ou de famílias indígenas isoladas.
7. Empréstimos globais e setoriais.	No caso do Programa, o reassentamento da população representa a maior parte dos investimentos a ser realizados e desde o início foi contemplado na formulação do programa. 62% do financiamento a ser realizado pelo BID será destinado ao programa habitacional).
8. Reassentamento temporário.	Todo o planejamento das remoções pela SH/CDHU foi realizado descartando os reassentamentos temporários. Caso ocorra algum

	<p>imprevisto na entrega das unidades habitacionais e as obras exigirem a retirada antecipada de famílias, alternativas serão estudadas, entre elas a do “auxílio moradia”. A intenção é reduzir ao mínimo esse tipo de situação. É possível ainda o uso de Carta de Crédito habitacional da CDHU para agilizar a remoção das famílias.</p>
<p>Critérios para a formulação e avaliação do Plano de Reassentamento</p>	
<p>9. Informações de base.</p>	<p>Em 2007 a CDHU realizou a contagem e identificação dos imóveis, o censo da população e cadastro socioeconômico das famílias residentes. O resultado desse trabalho, complementado com dados secundários e entrevistas qualitativas, propiciou a conformação de um completo banco de dados georreferenciado e a elaboração de diagnósticos. Essas informações de base é que possibilitaram o avanço dos planos de intervenção e a formulação do PRRU.</p>
<p>10. Participação da comunidade.</p>	<p>A resolução do problema habitacional dos núcleos da Serra do Mar em Cubatão é uma antiga reivindicação da população e consta da Agenda 21 do Município construída com a participação dos segmentos locais mais significativos. Da agenda constou a erradicação dos núcleos Cotas 500/400, Água Fria, Sítio dos Queirozes, que ocupam áreas dentro do perímetro do PESM, em Cubatão. O núcleo de Pilões não está em área do Parque, mas ocupa porção do território do município considerada área de preservação ecológica pelo zoneamento da cidade. A agenda recomenda a consolidação das Cotas 200/100 e 95 e Pinhal do Miranda. O Programa foi concebido em harmonia com a Agenda 21.</p> <p>Desde o início do processo os conceitos básicos do Programa foram apresentados e discutidos com a população. Todas as ações desenvolvidas nas áreas são amplamente divulgadas e discutidas com os representantes das comunidades e com o Poder Executivo local. Há tratativas em andamento com os representantes do Ministério Público Estadual.</p> <p>Os trabalhos sociais desenvolvidos nas áreas desde 2007 têm uma forte componente de organização que se dedica a constituição e consolidação dos Grupos Gestores, que se constituem na representação formal das comunidades no âmbito do Programa.</p> <p>O PRRU complementa o plano de participação com a proposta de outras instâncias de participação, para as diferentes etapas de implantação - Grupos Operativos de Reassentamento, Mesa de Negociação Comunitária, Comitê de Acompanhamento e Seguimento.</p> <p>Para dirimir problemas com as pessoas que possam se sentir prejudicadas por ações do Programa, será constituído um Grupo de Resolução de Controvérsias, que irá analisar os casos e propor alternativas de acordos.</p>
<p>11. Compensação e reabilitação – <i>“As opções de indenização e reabilitação deverão oferecer um valor equitativo de substituição dos ativos perdidos, assim como meios necessários para restabelecer a subsistência e a renda, reconstruir as redes sociais que respaldam a produção, serviços e assistência mútua e indenizar as dificuldades decorrentes da transição”.</i></p>	<p>A política estadual de habitação de interesse social está passando por reformulação em decorrência de Lei 12.801, de 15/01/2008, que criou os fundos para a cobertura da prática de subsídios, avais e garantias (FPHIS e FGH), regulamentada pelo Decreto 53.823, de 15/12/2008. As novas condições continuam prevendo a oferta habitacional altamente subsidiada de modo a permitir o acesso de famílias cuja renda bruta familiar esteja na faixa de um a dez salários mínimos à moradia digna. A prática atual repassa unidades habitacionais com subsídios incorporados aos contratos de compra de venda. Os percentuais de subsídios praticados significam valores superiores ao valor de venda da maioria absoluta das moradias existentes nas áreas de intervenção (imóveis em áreas públicas irregulares, com problemas de titulação).</p> <p>A nova política pretende racionalizar o uso do subsídio de modo a manter a capacidade de investimento do Estado, porém, não altera o</p>

	<p>perfil da população a ser atendida e se abre para formas de atendimento distintas da transferência imediata da propriedade.</p> <p>O PRRU, além do subsídio previsto na política estadual de habitação oferece alternativas que visam atender a diversidade de situações de ocupação e socioeconômicas existentes.</p> <p>Ações de reabilitação e apoio social serão desenvolvidas para todo o conjunto da população e têm preocupação com o aumento de possibilidades de trabalho e geração de renda. Como parte da CT BR-T 1117, foram propostos e validados junto à população um conjunto de projetos-piloto de sustentabilidade socioeconômica e cursos de capacitação já estão em execução com parceiros institucionais estratégicos. A SMA vem coordenando e promovendo ações continuadas de educação ambiental.</p>
<p>12.Contexto jurídico e institucional – <i>O plano de reassentamento deverá identificar o arcabouço jurídico e institucional em cujo marco se aplicarão as medidas de indenização e reabilitação.</i></p>	<p>A análise realizada pelo consultor jurídico demonstra que o arcabouço legal existente, seja no nível federal, estadual ou municipal, respalda as exigências do Programa.</p> <p>A legislação brasileira dispõe dos elementos básicos para determinar os direitos das pessoas afetadas pela necessidade imperiosa de deslocamento. Em primeiro lugar, existe o instrumento de desapropriação dos direitos de que as pessoas afetadas sejam titulares. Com vistas à preservação do PESM, a desapropriação pode ser feita por utilidade pública, com base na alínea “k” do art. 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, “<i>proteção ... de locais particularmente dotados pela natureza</i>” ou por interesse social, com fundamento no inciso VII do art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, “<i>para a proteção do solo e a preservação dos cursos e mananciais de água e de reservas florestais</i>” com pagamento prévio da indenização em dinheiro.</p> <p>A remoção da ocupação inadequada sob o prisma ambiental pode ser realizada por adesão voluntária das famílias afetadas ou por via de ação judicial própria. <i>Entende-se que o caminho da negociação direta com os reais possuidores é a via mais adequada para se obter a remoção voluntária dos atuais ocupantes.</i></p> <p>A SH/CDHU foi chamada pelo Estado para oferecer alternativa habitacional regular e ambientalmente adequada a todos aqueles que precisarem ser deslocados dos atuais locais de moradia – medida que visa resolução de problema de graves conseqüências sociais e ambiental. Contudo, a política do Estado não contempla a doação de imóvel residencial, podendo o atendimento ser feito por meio de financiamento subsidiado, concessão de uso com opção de compra e outras formas de direito de uso, alternativas que podem ser recusadas por aqueles que julgam ter direito a alguma forma de indenização.</p> <p>Para evitar impasses decorrentes da lentidão do processo judicial, das posições controversas do Judiciário e da insuficiência da legislação estadual, considerou-se adequada a <i>elaboração e aprovação de uma lei estadual</i> para autorizar e fixar as bases da realização de acordo de desocupação e de reassentamento.</p>
<p>13.Meio ambiente – <i>impacto ambiental das ações de reassentamento</i></p>	<p>Os projetos de construção de novas unidades habitacionais, assim como as obras de requalificação urbana dos núcleos remanescentes na Serra do Mar, foram objeto de estudos de impactos ambientais e receberam as licenças correspondentes.</p> <p>O Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, por seus benefícios ambientais foi dispensado da realização de um EIA/RIMA, sendo obrigado a apenas realizar o licenciamento ambiental das obras para o reassentamento e a requalificação urbana.</p>
<p>14.Cronograma</p>	<p>O PRRU contempla um cronograma de 4 anos com todas as ações requeridas. O cronograma incorpora as ações desenvolvidas em 2009 pela equipe social.</p>

15. Monitoramento e avaliação.	O PRRU incorpora ações de monitoramento a serem realizadas de forma sistemática e permanente durante o período de execução e duas avaliações externas, uma de meio termo e a outras “ex post”.
Coordenação com outras políticas e diretrizes do Banco	
	O PRRU se integra com as demais políticas operativas do Banco, com destaque para a OP 751- Desenvolvimento Urbano e Moradia, OP 102- Disponibilidades de Informação e OP-703 – Meio Ambiente.

2 OP-751 - Desenvolvimento Urbano e Moradia

2.40 A política de desenvolvimento urbano e moradia do BID faz-se necessária para o Programa visto que seu componente habitacional envolve a providência de 5.350 novas unidades habitacionais, além da consolidação de outras 2.410. Não obstante, o objetivo do Programa é a recuperação ambiental das áreas degradadas do PESH e do Mosaico da Juréia-Itatins, sendo a remoção das ocupações irregulares uma condição necessária para tal. Assim sendo muitas das questões abordadas pela OP-751, tais como as de âmbito do desenvolvimento setorial da construção, não enquadram-se plenamente no Programa. O quadro abaixo pontua as ações no âmbito do Programa pertinentes à cada item da OP-751.

Quadro 03: Abordagem do Programa quanto ao cumprimento da OP-751

OP-751	Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica
Objetivos	
1. Prover melhores condições habitacionais para famílias de baixa-renda.	O primeiro componente do Programa dedica-se exclusivamente a aprimorar substancialmente as condições habitacionais de 6.750 famílias a partir da realocação destas para novas habitações (com condições muito superiores de infraestrutura, segurança e propriedade) e outras 2.410 famílias a partir da urbanização e regularização fundiária de suas habitações atuais, incluindo saneamento, vias de acesso e áreas de lazer, entre outros. Ademais, está prevista a elaboração de projetos de urbanismo e reassentamento para outras 7.200 famílias em preparação à uma segunda etapa do Programa, onde estas famílias também serão atendidas habitacionalmente.
2. Promover a Eficácia do Setor Público.	Muito embora o Programa não tenha este foco específico, indiretamente as soluções habitacionais acarretarão em largos benefícios de eficácia para o Setor Público, principalmente o Município de Cubatão.
3. Eficiência do Setor Habitacional (fundiário, financeiro, materiais de construção e serviços)	O Programa contribuirá com este objetivo apenas de maneira indireta ao gerar demanda de materiais e mão-de-obra para a construção das novas habitações (principalmente nos três novos bairros).
Questões estratégicas à atividade do Banco no setor habitacional	
4. Foco na baixa renda.	A renda média das famílias afetadas pelo Programa é considerada baixa e de interesse social. A maioria da população afetada (60%) se enquadra na faixa de renda de 1 a 3 salários mínimos, sendo que apenas 4% tem renda superior a 5 salários mínimos. O Programa, portanto, está alinhado com essa questão estratégica.

5. Desenho de projeto com foco setorial.	Como dito anteriormente, o objetivo principal do Programa é de cunho ambiental e não habitacional. Não obstante, o Programa considera indiretamente a questão setorial ao criar 3 bairros novos em um município (Cubatão) com sérios problemas habitacionais, tais como favelas e restrições para novos desenvolvimentos. A regularização fundiária tanto para os reassentados quanto para os que permanecerão nas áreas desafetadas resultará em um efeito positivo para o mercado habitacional.
6. Papel do setor privado.	A construção das novas unidades habitacionais no âmbito do Programa se dá por contratos com empreiteiras privadas. Não se intenta promover nenhuma reforma institucional que vise a eficiência do mercado.
7. Impactos urbanos.	As mudanças promovidas pelo Programa seguem o Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana (PRRU) que contempla os impactos urbanos, conforme descrito na OP-710 e no anexo.
8. Uso dos recursos do Banco, em especial: (a) adicionalidade de poupança; (b) capacidade de alavancagem; (c) sustentabilidade; (d) impacto em relação à escala do problema; e (e) mecanismos financeiros apropriados.	O reassentamento da população representa três quartos do orçamento do total do Programa, sendo que uma terça parte deste todo é financiado pelo BID. Dos recursos do Banco, 62% são destinados à Habitação. (a) A população removida não tem condições de prover soluções habitacionais por suas próprias poupanças por tratar-se de baixa renda. (b) Não se prevê reforma institucional. (c) Sendo as habitações oferecidas para a população reassentada mediante farto subsídio, acrescido do componente de fiscalização das áreas do PESM, crê-se que tanto as novas moradias serão devidamente ocupadas e utilizadas quanto evitar-se-á novas invasões nas áreas removidas, garantindo-se assim a sustentabilidade das soluções. (d) O Programa solucionará as questões habitacionais do núcleo do PESM com maior ação antrópica, além de contemplar outras 7.200 famílias mediante a elaboração projetos de urbanização e reassentamento já prevendo uma segunda etapa. (e) As soluções habitacionais estão sendo providas dentro da política já praticada pelo Estado para habitação de interesse social, sendo que os mecanismos financeiros a serem utilizados -subsídios- são apropriados para cada família de acordo com seu nível de renda. Contempla-se também a concessão de uso onerosa para os casos em que os reassentados não apresentem renda suficiente para enquadrarem-se na compra.
9. Definição de prioridades estratégicas.	Como a prioridade do Programa é a recuperação ambiental, as soluções habitacionais tornam-se condições necessárias.
Uso de instrumentos	
10. Arcabouço regulatório.	A política habitacional de interesse social do Estado de São Paulo provém o arcabouço das unidades habitacionais oferecidas pelo Programa. Os marcos legais pertinentes ao Programa encontram-se descritos no item II.B., acima.
11. Sistema financeiro voltado à habitação; e melhorias na funcionalidade do mercado habitacional.	O Programa não contempla diretamente, devido à suas características e propósitos, estes instrumentos. Indiretamente, entretanto, a criação de novas unidades dentro do sistema de subsídios e regularização fundiária irá auxiliar na melhoria do mercado no Município de Cubatão.
12. Provisão de infraestrutura básica para incentivar o desenvolvimento do mercado; e melhorias em favelas.	Ambos instrumentos estão contemplados indiretamente pelo Programa, visto que as áreas consolidadas terão completa infraestrutura, enquanto que as demais áreas serão completamente reconstituídas em Parque. Nenhum dos dois é, entretanto, foco principal do Programa.
13. Promoção do mercado de locação; promoção de	Nenhum destes três instrumentos é contemplado pelo Programa, embora indiretamente as novas moradias ofertadas, muitas com 3

microempresas caseiras; e reformas na indústria da construção.	dormitórios, permitirão o desenvolvimento de microempresas caseiras, fato este que já se verifica espontaneamente inclusive nas áreas de ocupação irregular.
Questões Gerais	
14.Reforma ou estabelecimento de subsídios eficientes.	<p>A política de subsídio implantada pelo Programa é a de interesse social do estado de São Paulo, que está passando por reformulação em decorrência de Lei 12.801, de 15/01/2008, que criou os fundos para a cobertura da prática de subsídios, avais e garantias (FPHIS e FGH), regulamentada pelo Decreto 53.823, de 15/12/2008. A nova política pretende racionalizar o uso do subsídio de modo a manter a capacidade de investimento do Estado, porém, não altera o perfil da população a ser atendida (com renda bruta de 1 a 10 salários mínimos) e se abre para formas de atendimento distintas da transferência imediata da propriedade. Em suma, continua-se prevendo oferta habitacional altamente subsidiada e incorporada aos contratos de compra e venda de modo a permitir o acesso à moradia digna.</p> <p>Suas principais características são: (i) critérios de elegibilidade pré-estabelecidos e claros; (ii) preço altamente subsidiado e pagamentos de longo prazo (até 25 anos); e (iii) soluções para os que não tem renda suficiente para a parcela.</p> <p>Em específico ao âmbito do Programa, os percentuais de subsídio superam largamente o valor de mercado das moradias existentes, sem contar que estes são imóveis em áreas públicas irregulares com problemas irreversíveis de titulação e sujeitos à riscos.</p> <p>As demais análises sugeridas pela OP-751 nesse item não se fazem pertinentes pelo fato de que as populações a serem reassentadas estão ocupando áreas ilegais pertencentes ao Estado.</p>
15.Estabelecimento de um arcabouço institucional eficiente.	O arcabouço institucional é descrito pelo item IV.C., onde os organismos executores, em especial a CDHU, provém o arcabouço institucional.
16.Análise econômica das soluções habitacionais.	O Programa constitui-se na forma mais viável para a promoção da solução habitacional completa e sustentável dos núcleos de ocupação irregulares, sendo que gastos à menor resultariam, devido aos três fatores elaborados abaixo, em um rápido processo de favelização das novas áreas e/ou reocupação das áreas erradicadas. São eles: (i) habitantes que ou invadiram terras públicas ou ocupam áreas de alto risco; (ii) o significativo déficit habitacional e presença de inúmeras favelas no Município de Cubatão; (iii) haver o componente 3 do Programa inteiramente dedicado à fiscalização.

3 OP-703 - Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas

2.41 O objetivo desta política do Banco consiste em fomentar o alcance de um crescimento econômico sustentável e que cumpra com os objetivos de redução da pobreza de modo consistente e concomitante com a sustentabilidade ambiental de longo prazo, ou seja, para as atuais e futuras gerações. Os principais eixos desta política são estruturados em torno da consideração integral e transversal dos elementos de desenvolvimento econômico e social e das salvaguardas ambientais, que são normas e procedimentos cujo propósito é assegurar a qualidade e a sustentabilidade ambiental dos projetos financiados pelo Banco. Na tabela abaixo encontra-se o arrazoado relativo à como o Programa aborda tanto as diretrizes quanto as políticas de salvaguarda.

Quadro 04: Abordagem do Programa quanto ao cumprimento da OP-703

OP-703	Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica
Diretrizes sobre a transversalidade do meio ambiente	
<p>1. Transversalidade ambiental na programação e estratégias do país.</p>	<p>O conceito de transversalidade implica abordar os temas ambientais de maneira estratégica como uma dimensão internalizada nos diversos setores e aspectos que fazem parte do desenvolvimento.</p> <p>No caso do Programa, a transversalidade ambiental ocorre em ordem reversa à transversalidade social e econômica, visto que é justamente a recuperação ambiental, inclusive para a recuperação e proteção dos mananciais de água existentes, o seu objetivo principal, sendo o componente habitacional fator condicionante.</p>
<p>2. Financiamento de operações de gestão ambiental e manejo de recursos naturais.</p>	<p>O Programa contempla plenamente essa diretriz em seus três focos: (i) o de melhorar a governabilidade, o desenvolvimento de políticas e a formação de capacidades institucionais através principalmente de seus componentes 2 e 3; (ii) o de reverter a deterioração ambiental, possibilitada à partir da liberação das áreas hoje irregularmente ocupadas; e de (iii) promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais e seus serviços ecológicos através da recuperação (componentes 1 e 2) e proteção (componente 3) das áreas abordadas, garantindo que seus serviços ambientais melhorem e continuem a ser prestados, com destaque aos mananciais de água que abastecem a Baixada Santista (só o Rio Cubatão é responsável por abastecer 800 mil habitantes - metade da população da região, como descreve o informe de "Propostas de medidas de recuperação e de reabilitação de áreas degradadas do Jardim Botânico de Cubatão", anexo 3).</p> <p>Na medida em que as demandas econômicas de geração de renda, de oportunidades de trabalho e emprego sejam atendidas, a população afetada pelo Programa desfrutará de melhor qualidade de vida e dará melhor contribuição para a redução da degradação ambiental e restauração de um meio ambiente sustentável a longo prazo. Paralelamente ao atendimento destas demandas, a implantação e/ou complementação da infra-estrutura urbana básica nas áreas destinadas ao reassentamento da população contribuirá na mesma direção.</p>
<p>3. Transversalidade ambiental em diferentes setores.</p>	<p>A questão da transversalidade neste Programa reside nos aspectos relacionados com o desenvolvimento econômico, urbanístico e social da população que vive nos núcleos urbanos dos bairros "cota". Assim, o Programa e os planos de urbanização e regularização contemplam tanto as questões relacionadas com o saneamento básico e ambiental e as demais infra-estruturas urbanas conexas quanto as relacionadas com o desenvolvimento econômico e social da população que habita estes núcleos urbanos.</p> <p>Os investimentos sociais contemplados estão plenamente de acordo com as políticas operacionais e legais pertinentes, sendo que as populações a serem removidas disporão de moradias em condições adequadas do ponto de vista do saneamento básico e ambiental nas áreas destinadas ao seu novo assentamento e também de condições socioeconômicas melhores do que aquelas que tinham antes de sua implementação. As populações que permanecerão nas áreas desafetadas dos Bairros "Cota" contarão com urbanização completa, incluindo regularização fundiária, saneamento básico, redes elétricas, sistemas de coleta de resíduos, vias de acesso adequadas, equipamentos públicos e proteção ambiental, tal como respeito às vertentes e as declividades do terreno. Tais investimentos estão em linha com a diretriz de aumentar o valor agregado do projeto e garantir sua sustentabilidade de longo prazo.</p>

<p>4. Apoio a iniciativas regionais e convênios internacionais.</p>	<p>Intenta-se obter financiamento da ordem de USD30 milhões junto ao GEF, conforme consta do ofício SMA/ADJ nº 140/09 que será pleiteado para 2010, para suportar complementarmente atividades de apoio e viabilização institucional e social a serem executadas pela Fundação Florestal.</p> <p>Não obstante ao Programa não contemplar convênios intermunicipais e internacionais por estar localizado inteiramente no Estado de São Paulo, pode-se considerar o mesmo como fundamental para a interconectividade da biodiversidade dos remanescentes de Mata Atlântica que ocorrem desde o Estado do Paraná ao sul e o Rio de Janeiro ao norte.</p>
<p>5. Acompanhamento de indicadores de sustentabilidade ambiental.</p>	<p>O acompanhamento de indicadores de sustentabilidade está implícito nos resultados diretos dos componentes do Programa, quantificados e qualificados de maneira a tornar simples o monitoramento. A seqüência dos três componentes indica a ordem cronológica e a interdependência dos mesmos.</p>
<p>6. Avaliação antecipada de riscos e oportunidades.</p>	<p>O Governo do Estado de São Paulo, com apoio da CT/ BR-T1117 promovida pelo BID, formulou diversos levantamentos prévios, listados em anexo à este, visando obter a avaliação antecipada de riscos e oportunidades. Os levantamentos contemplaram: (i) aspectos físico-urbanísticos das áreas de reassentamento; (ii) alternativas de inserção econômica e atividades rentáveis; (iii) projetos piloto para a ocupação ambientalmente sustentável das áreas desafetadas; (iv) identificação de áreas degradadas na futura área do Jardim Botânico e limites do mesmo e medidas de recuperação e reabilitação; (v) avaliação ambiental das situações de ocupação do PESM; (vi) análise dos impactos socioeconômicos e culturais; (vii) análise da situação nos núcleos selecionados; (viii) plano de reassentamento e requalificação urbana; (ix) e programa de educação ambiental.</p>
<p>7. Responsabilidade ambiental corporativa.</p>	<p>Essa diretriz não se aplica ao Programa.</p>
<p>Políticas e diretrizes de salvaguarda</p>	
<p>8. Políticas do Banco e consistência com as demais OPs.</p>	<p>Os procedimentos referentes às salvaguardas ambientais relacionam-se com o planejamento pormenorizado das ações a serem desenvolvidas no âmbito do Programa, abrangendo desde a remoção da população das áreas inadequada, a execução do plano urbanístico de requalificação urbana e regularização fundiária, a garantia dos equipamentos de infra-estrutura urbana e comunitária nos conjuntos residenciais destinados aos ocupantes removidos das áreas que ocupavam e até da recuperação florestal das áreas desocupadas. Quanto ao cumprimento das demais políticas pertinentes do Banco, verifica-se pelos quadros nas seções anteriores que o Programa os atende à contento.</p>
<p>9. Políticas e regulamentações nacionais.</p>	<p>A seção II.B. do presente documento traz as políticas nacionais pertinentes e o enquadramento do Programa nas mesmas.</p>
<p>10. Pré-avaliação e classificação.</p>	<p>O presente documento constitui-se em pré-avaliação do Programa. Apesar de gerar impacto significativo através do reassentamento de 6.750 famílias, estes são largamente positivos dada as situações de risco e ocupação ilegais presentes, sem acesso à adequados equipamentos públicos, sem água tratada nem esgotos. No quesito ambiental, os efeitos também são de escala significativa porém positivos, visto que criar-se-á áreas novas para reflorestamento e recuperação de áreas degradadas. O Programa é, portanto, classificado como "Categoria B". como melhor explana-se à conclusão do presente documento.</p>
<p>11. Outros fatores de risco.</p>	<p>Os demais fatores de risco, especialmente os pertinentes à</p>

	capacidade gestora das agências públicas envolvidas, são descritos e avaliados ao longo do presente documento. Os riscos sociais estão devidamente abordados pelo cumprimento das OPs-710 e 751.
12.Requisitos de avaliação ambiental.	O presente documento é parte integrante de tal requisito.
13.Consultas públicas com as partes afetadas.	Tal como descrito no plano de reassentamento e requalificação urbana anexo, as consultas públicas com as partes afetadas são componente integrante e fundamental do Programa.
14.Supervisão e cumprimento das diretrizes.	Esta é uma prerrogativa do Banco que poderá ser demandada à qualquer hora. Ambas as Secretarias executoras do Programa, contarão com Unidades Executoras do Programa delineadas para, entre outros, atender à estas demandas.
15.Impactos transfronteiriços.	Esta salvaguarda não se aplica ao Programa.
16.Habitats naturais e sítios culturais.	Esta salvaguarda não se aplica ao Programa, que objetiva a recuperação de habitats naturais e não interfere em sítios culturais (as ocupações irregulares não detém este caráter).
17.Materiais perigosos.	Esta salvaguarda não se aplica ao Programa.
18.Prevenção e redução de contaminação.	A recuperação das áreas degradadas pelas habitações irregulares praticamente eliminarão a contaminação dos mananciais de água que abastecem a Baixada Santista por depósito indevido de resíduos e efluentes domésticos, visto que ou as habitações serão removidas ou devidamente urbanizadas. Em relação às obras civis, os próprios contratos de obra contemplam as salvaguardas necessárias à prevenção e redução de contaminação.
19.Projetos com construção iniciada.	Esta salvaguarda não se aplica ao Programa.
20.Instrumentos de flexibilidade no empréstimo.	Esta salvaguarda não se aplica ao Programa.
21.Empréstimos multifase ou repetidos.	Esta salvaguarda não se aplica ao Programa.
22.Operações de cofinanciamento.	Esta salvaguarda não se aplica ao Programa.
23.Consideração dos sistemas de salvaguardas nacionais já existentes; e processo ambientalmente correto de aquisições.	Os projetos dos novos bairros foram devidamente aprovados pelo Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (GRAPROHAB), que incluem diversas salvaguardas dos órgão pertinentes. Ademais, os Editais de licitação para as obras de construção os novos bairros, urbanização das áreas desafetadas e desconstrução das habitações irregulares contemplam as salvaguardas normais de obras civis do Estado de São Paulo, amparadas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.42 Como demonstra o quadro acima, sob a ótica das normas legais aplicáveis, o Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar tem condições de atender aos objetivos e às diretrizes desta Política Setorial (OP-703) relativa ao Meio Ambiente e ao Cumprimento de Salvaguardas.

4 OP-765 - Política dos Povos Indígenas

2.43 O Relatório da Equipe Técnica, descrito no informe "Análise da Situação nos Núcleos Selecionados para o Programa" anexo 4, informa a inexistência de membros de povos indígenas ou populações tradicionais (caiçaras e quilombolas)

- nos núcleos urbanos dos bairros “cota” do Município de Cubatão, que serão objeto dos produtos diretos 1 e 2 do componente 1 do Programa, ou seja, reassentamento e requalificação urbana.
- 2.44 O resultado direto 3 do componente 1 prevê a elaboração de projetos de urbanismo e reassentamento para 7.600 famílias das estimadas 12.000 que habitam o entorno do PESH e assim pressionam sua sustentabilidade. Os diagnósticos e levantamento de dados censitários para a elaboração de tais projetos ilustrarão se entre estes existem populações tradicionais que deverão ser contempladas pela futura segunda etapa do Programa.
- 2.45 Alguns setores do Parque abrigam em seu interior índios guarani, em áreas reconhecidas como terra indígena pela FUNAI, comunidades caiçaras e quilombolas. Estas comunidades tradicionais tem seus territórios demarcados e devidamente considerados pelo Plano de Manejo do PESH, aprovado em 2006, e que procura fortalecer os aspectos culturais e econômicos destas ocupações que, apesar de estarem em estágios avançados de descaracterização, ainda representam as culturas tradicionais da Mata Atlântica. Como nenhuma destas comunidades é objeto direto do Programa, não aplicam-se as diretrizes da OP-765.

III. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

A. Parque Estadual da Serra do Mar (PESH)

1 Contexto Geral

- 3.1 O Programa insere-se no contexto do bioma da Mata Atlântica, considerado pela UNESCO como integrante do *Man and Biosphere Reserve Programme* e por diversas ONGs como *hotspot* de biodiversidade. Os remanescentes da Mata Atlântica no estado de São Paulo representam aproximadamente 7,6% da cobertura florestal original deste bioma, que exerce influência direta na vida de mais de 80% da população que vive em seus domínios. A floresta tropical úmida que caracteriza a Mata Atlântica é denominada Floresta Ombrófila Densa ou Floresta de Encostas. Suas principais características são (i) diversidade da flora; (ii) grande variedade de espécies; (iii) árvores maiores chegando à 25 a 30 metros de altura; (iv) corpo florestal denso e de copas contíguas; (v) ambiente interno com sombra densa, quente e úmido; (vi) denso manto florestal; (vii) interior florestal com grande variedade de *Pteridophyta*, orquídeas e lianas; e (viii) enraizamento superficial e sub-superficial intenso e denso.
- 3.2 O Parque Estadual da Serra do Mar (PESH) é a maior área de proteção integral do litoral brasileiro. Criado em 30 de agosto de 1977, seus 315.390 hectares abrangem parte de 23 municípios. Devido à sua rica cobertura vegetal, vasta extensão e localização, o PESH constitui um verdadeiro corredor ecológico, conectando os mais significativos remanescentes de Mata Atlântica do país, do Paraná ao Rio de Janeiro. O Parque é hoje um pólo de concentração das atenções

de toda comunidade científica, ONGs, governos, empresas privadas e demais setores da sociedade, em função da preocupação com a preservação da Mata Atlântica e da necessidade de aprofundamento dos conhecimentos sobre a fauna e a flora regionais. A região apresenta ainda características histórico-culturais valiosas, desde manifestações de arte rupestre, de povos pré colombianos, caminhos de pedra que ligavam o litoral ao planalto, ruínas de antigos engenhos, até os monumentos do Caminho do Mar em homenagem ao centenário da Independência (1922) e as usinas Henry Borden e Itatinga, que simbolizam a industrialização do país. Atualmente, vivem em alguns setores do parque os índios guarani, em áreas reconhecidas como terra indígena pela FUNAI, comunidades caipiras, caiçaras e quilombolas, que, embora em processo acelerado de transformação, ainda representam a cultura dos povos tradicionais da Mata Atlântica. Dado sua vasta extensão que corre no sentido do litoral paulista através das escarpas da Serra do Mar, o PESM torna-se um importante elo de ligação de biodiversidade entre as áreas conservadas de Mata Atlântica do Paraná ao Rio de Janeiro, agindo em conjunto com o Mosaico da Juréia-Itatins na garantia de diversidade genética para a fauna e flora do bioma.

3.3 **Biodiversidade:** O PESM abriga vasta biodiversidade, com 373 espécies de aves, 111 de mamíferos, 144 de anfíbios e 46 de répteis catalogados. Este Parque contribui para a conservação de 19% do total de espécies de vertebrados de todo o Brasil e 46% de toda a Mata Atlântica. Protege 53% das espécies de aves, 39% dos anfíbios, 40% dos mamíferos e 23% dos répteis registrados em todo o bioma. Das 704 espécies de vertebrados registradas no Parque, 70 (10%) estão compreendidas nas listas de espécies ameaçadas (internacional, nacional ou estadual), sendo 42 espécies de aves, 21 de mamíferos, 4 de anfíbios e 3 de répteis. De todas as aves ameaçadas, merecem destaque o macuco, jacutinga, papagaio-da-cara-roxa, papagaio-chauá, sabiá-cica, pararu, pichochó, cigarraverdadeira, gavião-pombo-grande, gavião-pomba. Quatro dentre as cinco espécies de primatas (macacos) registradas no Parque são endêmicas da Mata Atlântica e consideradas ameaçadas de extinção: sagüi-da-serra-escuro, o sauá, o bugio e o miqui ou mono - carvoeiro. Dos grandes mamíferos, os mais ameaçados são a onça pintada, a anta, o cateto e o queixada. A paca, a cotia, o tatu-galinha e o tamanduá mirim, também são consideradas espécies vulneráveis, principalmente pela pressão de caça. Das espécies vegetais, a mais ameaçada é sem dúvida nenhuma o palmito juçara, cujo valor de mercado é alto, e cujos estoques concentram-se no interior das unidades de conservação, onde sua reprodução já se encontra comprometida, principalmente na Serra do Mar. O problema é que as sementes do palmito juçara servem de alimento para mais de 70 espécies de aves, roedores e primatas (macacos), principalmente a jacutinga, espécie já considerada como criticamente em perigo no Estado de São Paulo.

3.4 **Serviços Ambientais:** A contribuição do Parque é clara para a sustentabilidade da vida, especialmente nos núcleos urbanos localizados em seu entorno. Os principais componentes são a garantia do suprimento de água qualitativa e quantitativamente por ser manancial que abastece toda a Baixada Santista e Litoral Norte, parte da Região Metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, contribuindo inclusive com o suprimento de água da cidade do Rio de Janeiro.

- Ademais, o PESM provê: a proteção e a conservação da biodiversidade por ser hábitat para as espécies de flora e fauna; a regulação do clima para toda a região; a estabilização geotécnica das encostas, dos solos e formação rochosas. Além disso oferece belezas cênicas e paisagens notáveis, propicia espaços para recreação, contemplação, lazer, pesquisa e visitação pública.
- 3.5 **Situação Sociocultural:** os bairros "cota" fazem parte da história de Cubatão e integram a paisagem da Serra do Mar há muitos anos. Essa condição faz com que convivam nas mesmas áreas tanto moradores com muita antiguidade e tradição, como outros que vieram se agregando a esses núcleos, paulatinamente durante as últimas décadas. Apesar das várias situações de risco a que está exposta a maioria dos habitantes, existem áreas mais estáveis que apresentam boas condições para a ocupação habitacional, sendo que essas características deram origem a situações diferenciadas que devem ser analisadas separadamente, tal qual ocorre em detalhes no relatório de "Análise da Situação nos Núcleos Seleccionados para o Programa", anexo 4. Os habitantes mais antigos e seus descendentes ocupam as melhores áreas, investiram em suas residências e usufruem da situação de residirem em um núcleo habitacional subnormal, não pagando impostos, serviços etc. Muito embora exista precariedade nos serviços básicos, isso não representa um incômodo frente às vantagens oferecidas pelos bairros cota, quando comparados com as outras áreas de ocupação subnormal existentes no Município, que estão geralmente próximas ou mesmo sobre manguezais. Por outro lado, existem situações de ocupação bastante precárias que se distribuem pelas áreas de maior risco e que apresentam menores investimentos na construção das residências. Mesmo ocupando áreas de risco, os moradores consideram as condições dos bairros cota superiores às dos outros assentamentos subnormais do Município. Não obstante, as vantagens de viver nos bairros "cota" não sobrepõem às deficiências e precariedades observadas.
- 3.6 Os bairros são primordialmente residenciais (92% das edificações tem esse fim), sendo apenas 3% os pontos comerciais, concentrados nos bairros Cota 200, Pinhal de Miranda e Água Fria, sendo pouco numerosos nos demais núcleos. São 39% os moradores que exercem atividades remuneradas. Dentre esses, uma terça parte percebia rendimentos inferiores a 1 salário mínimo (SM). A maior parcela auferia rendimentos entre 1 e menos de 2 SM (43%), sendo ainda significativas as proporções daqueles com ganhos entre 2 e menos de 3 SM (15%) e 3 a menos de 5 SM (5%). Apenas 0,4% auferiam rendas superiores a esta última faixa. Quanto às relações de trabalho, metade dos ocupados possui registro em carteira, proporção significativamente inferior à média do Município. Esse contexto ocupacional se caracteriza socioeconomicamente por níveis significativamente rebaixados, de renda próprios de um bolsão de pobreza.
- 3.7 **Status da UC:** As Unidades de Conservação brasileiras são regidas pela legislação específica do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que foi instituído pela Lei Federal nº 9.985, de em 18 de julho de 2000. O Parque Estadual da Serra do Mar, embora criado por lei estadual, tem seu status equivalente ao de um parque nacional de acordo com o SNUC, portanto objetiva a preservação de seus ecossistemas naturais, permitindo atividades de

pesquisa científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreio e de turismo ecológico. Devido à sua grande extensão, o PESM é gerenciado por 8 núcleos administrativos, facilitando assim sua gestão. Assim o Parque é tratado como um mosaico de características diversas enquanto seu uso do solo e programas potenciais de manejo, porém compartilhando as características de serem terras públicas ou em processo de regularização. O PESM conta com um completo plano de manejo, executado entre 2005 e 2006 e aprovado pelos órgãos pertinentes em 2006. Como este foi desenvolvido através de metodologia participativa (reuniões com comunidades e instituições relacionadas aos 8 núcleos do Parque, 2 oficinas regionais e uma conclusiva, além de vários encontros entre os gestores, técnicos, consultores e funcionários do Parque), constitui-se na mais completa ferramenta de gestão para a área, estabelecendo as áreas prioritárias de manejo e instituindo conselhos gestores.

2 Vetores de Pressão

- 3.8 A extensão e localização do PESM o expõe a diversos riscos de ordem antrópica por estar entre o litoral e o planalto, sendo a zona costeira uma das mais populosas do Estado. Em especial nesse contexto têm-se a porção centro/sul do Parque, que está encravada entre duas das mais importantes manchas urbanas do estado de São Paulo: a Região Metropolitana de São Paulo e a Baixada Santista. No município de Cubatão é que ocorrem as maiores pressões sobre o Parque, não só em função da urbanização e industrialização do Município mas pela existência dos bairros "cota" no seu interior, do seccionamento do contínuo florestal, causado pela pavimentação do Caminho do Mar (1926) e construção das vias Anchieta (anos 40/50) e Imigrantes (1976 e 2002), uma vasta rede de torres e linhas de alta tensão, dutos, hidrelétricas, antenas, ferrovias, represas e até uma refinaria de petróleo, que multiplicam as possibilidades de impacto ambiental e penetração na unidade de conservação, tornando-a mais vulnerável neste trecho. A alta concentração de indústrias poluentes em Cubatão, cujo pólo industrial se instalou a partir da década de 50, também contribuiu decisivamente para a fragilidade de suas encostas, que desabaram em centenas de trechos nos anos 90 em consequência da somatória de chuvas torrenciais com efeitos da chuva ácida sobre a floresta.
- 3.9 São diversas as ações antrópicas reconhecidas pelo Plano de Manejo do PESM como fatores de pressão, tais como as (i) os decorrentes das ocupações rurais, urbanas e industriais; (ii) as decorrentes dos acessos (rodovias, trilhas, ferrovias); (iii) das estruturas lineares (dutos, linhas de alta tensão, antenas); e (iv) as decorrentes do abastecimento de água (barragens, adaptações, reservatórios, etc.). Não obstante, o Plano de Manejo também reconhece que de todos estes fatores, o de maior pressão para a administração do PESM é a ocupação contínua e ilegal de terras de domínio do Estado na Água Fria -no próprio acesso à sede do Núcleo Itutinga-Pilões- e nas encostas da serra pelos bairros "cota". Estas ocupações tiveram sua origem a partir dos canteiros abandonados das obras da via Anchieta, em áreas de domínio público. A partir da década de 70, época de construção da via Imigrantes, esta ocupação adquiriu vulto alarmante. No início dos anos 90, por iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, foram criados grupos de trabalho

- com o objetivo de minimizar conflitos resultantes desta ocupação. Como consequência, os bairros das cotas 95/100 e 200 foram desafetados do PESM em 1994, isso é, deixaram de fazer parte do polígono do Parque, embora as áreas continuaram a ser propriedade do Estado. Como a desafetação não foi complementada pela consolidação dos bairros, a expansão urbana continuou de forma desordenada, por vezes para além dos limites de desafetação e para cima das encostas e vertentes. Apenas no início do próprio Programa é que controlou-se a expansão dos bairros através do cadastramento de todas as habitações e o controle pela Polícia Militar Ambiental da entrada de materiais de construção. Note-se que a área hoje ocupada pelo núcleo Água Fria foi incorporada ao Parque na ocasião da desafetação de 1994 como compensação pela desafetação dos bairros "cota". Estima-se que naquela época Água Fria era habitada por 30 a 35 famílias, sendo que atualmente a população é de 1.352 famílias (3.983 residentes no censo socioeconômico).
- 3.10 O informe "Avaliação ambiental das situações de ocupação do Parque", anexo 5, lista alguns impactos facilmente observáveis e que produzem efeito negativo ao meio ambiente, como: (i) expansão da perfuração da matriz florestal; (ii) severas consequências de efeito de bordas; (iii) prática de atividades ilegais de desmatamento, queimada, cortes seletivo e raso; (iv) extração descontrolada de produtos da floresta; (v) abertura de vias de acesso e impedimento da regeneração natural e da sucessão ecológica da floresta perturbada e degradada; (vi) ameaça potencial à biodiversidade; e (vii) entrada de espécies exóticas, caça e capturas de elementos da fauna silvestre. As ações humanas perversas ao ambiente que predominam são aquelas relacionadas à expansão das habitações, tais como o desmatamento, nivelamento do terreno (cortes e aterros), terrenos baldios, uso de locais e métodos inadequados de construção, ausência de impermeabilização e drenagem, vazamentos de água generalizados -que favorecem a infiltração no solo e causa instabilidade de massa-, deposição inadequada de lixo e de entulhos. O homem, na tentativa de se adequar ao local inadequado à moradia, tem ocasionado os impactos negativos no meio que, por sua vez, respondem com impactos negativos ao homem.
- 3.11 **Vulnerabilidade Socioambiental:** o relatório de "Análise de Impactos Socioeconômicos e Culturais", anexo 6, traz o completo arrazoado da vulnerabilidade socioambiental ao longo dos sete os núcleos de habitações irregulares objeto do Programa. Em conjunto, estes núcleos ocupam uma área de pouco mais de 200 ha, sendo que estima-se em 140 ha (70%) as que estão degradadas. Os núcleos abrigam uma população de 23.850 pessoas (7.388 famílias) que ocupam as encostas da Serra do Mar (33%), estão ao longo de rodovias (19%) e margens de rios (22%), sobre mangues (18%), além de áreas públicas (4%) e privadas (4%). Quatro desses núcleos localizam-se em situação de serra e os três restantes em situação de baixada, ocupando mangues e as margens do rio Cubatão, principal manancial do abastecimento de toda a Baixada Santista e que atende à 800 mil habitantes.
- 3.12 Os núcleos localizados dentro do PESM, em situação de serra – os bairros "cota" 400/500, 200 e 95/1000 e Pinhal de Miranda, se caracterizam pelas condições

geomorfológicas serranas. Trata-se de áreas recortadas por inúmeras drenagens e por talvegues que conformam micro-bacias com vertentes de alta declividade, alto índice de pluviometria, alta capacidade de transporte de blocos e rochas. As ocupações improvisadas e sem ordenamento urbano potencializam as situações de risco com ações desestabilizadoras como cortes de taludes, ocupação de área de drenagem e desmatamentos. Estando rodeados pela Floresta Ombrófila Densa Submontana, as áreas representam uma perfuração na matriz florestal, causando um efeito de borda no sentido de dentro para fora, ameaçando não só a diversidade biológica local como também os próprios moradores e suas casas, em virtude do agravamento das condições ambientais como desmatamento, deslizamento, lixiviação e escoamento excessivo de água superficial. A constante expansão sobre áreas naturais amplia os danos ambientais ocasionando incêndios, contaminação dos cursos d'água, entre outras agressões. As condições de acessibilidade são precárias, com vias locais que propiciam acesso às áreas de ocupação e retorno, a partir das pistas da via Anchieta. Entre as vias internas apenas as principais são asfaltadas. A iluminação pública é também extremamente precária.

Figura 2: Área de Ocupações Irregulares Objeto do Programa



- 3.13 Dentre os núcleos em situação de planície, Água Fria e Pilões margeiam o rio Cubatão, onde a SABESP realiza a captação de água para o abastecimento de 800 mil habitantes da Baixada Santista. Enquanto Água Fria encontra-se integralmente dentro do PESH, Pilões está fora da área do Parque. A remoção de suas ocupações justifica-se no âmbito do Programa pelas seguintes razões: (i) o plano diretor do Município de Cubatão tem identificado o bairro como zona de proteção ambiental, tanto para o próprio Parque quanto para o rio Cubatão (ambos contíguos ao bairro); (ii) parte do bairro está localizado em áreas de risco, principalmente na APP do rio Cubatão, na faixa de domínio do gasoduto da

- Petrobrás, e em áreas de encostas com alta declividade; (iii) além disso uma parte do bairro esta localizada em terras particulares da Petrobrás e da SABESB, sendo que o cômputo dessas três razões inviabiliza a urbanização e consolidação do núcleo. A área onde localiza-se Pilões também foi palco da disposição indevida de tetracloreto de carbono (CCl₄) pela empresa Rhodia S.A. que foi fechada em 1993. O último núcleo, denominado Sítio dos Queirozes, se localiza na borda da serra em porção lindeira à rodovia Padre Manoel da Nóbrega.
- 3.14 No conjunto dessas ocupações o fornecimento de água é muito precário, sendo a qualidade e o risco de contaminação os principais problemas enfrentados. A água é em sua maioria obtida por sistemas construídos pelos próprios moradores mediante captação de água em nascentes, sendo conduzida, através de mangueiras de plástico, com a força gravitacional até as Cotas mais baixas do relevo onde estão localizadas as moradias. Assim sendo, a água não passa por tratamento anterior ao abastecimento. Ao contrário, grande parte dos córregos, antes de chegar até a área, ou percorrem locais já urbanizados, que não possuem sistema de tratamento de esgoto ou ficam abaixo da Rodovia Anchieta, concorrendo, assim, para a possibilidade destas residências consumirem água contaminada, seja pelo esgoto proveniente de outros locais ou por produtos químicos que podem vaziar dos caminhões que percorrem a Rodovia. Outra parte dos moradores tem sua água proveniente de um sistema precário administrado pelo Município em conjunto com os moradores, cujo tratamento e, principalmente, a qualidade da rede de distribuição, não elimina os riscos de contaminação. Por último, alguns moradores utilizam-se de ligações clandestinas, fazendo furos e criando ramais na tubulação para seu abastecimento, sendo que a água utilizada sai da rede oficial da Sabesp, concessionária responsável pelo abastecimento público da região da Baixada Santista.
- 3.15 O acesso à energia elétrica, tal como à água, é também precário e sujeito à riscos, pois grande parte dos domicílios utilizam-se de ligações clandestinas ("gatos") - com inerentes riscos de acidentes e incêndios. A iluminação pública é esparsa ao longo dos núcleos, sendo que algumas vias principais tem postes de concreto com rede elétrica primaria, secundaria e luminárias. Na maioria dos interiores dos núcleo, entretanto, quando os postes existem são de madeira e possuem luminárias improvisadas pelos moradores.
- 3.16 Como demonstra o informe de "Avaliação ambiental das situações de ocupação do PESM" (anexo 5), não existe sistema de coleta de esgotos em nenhum dos núcleos, sendo os efluentes lançados nos córregos e outras drenagens. Os riscos à saúde são perceptíveis através dos vários diagnósticos por viroses e moradores com diarreia, podendo se tornar um problema de saúde pública. Não obstante o risco à saúde, a ausência de um sistema adequado de captação e tratamento do esgotamento sanitário doméstico causa danos ambientais ao comprometer a qualidade da água dos mananciais, que torna-se ao mesmo tempo poluída por contaminantes e eutrofizada.
- 3.17 A coleta de resíduos sólidos é também precária, entre outros motivos pela dificuldade de acesso para veículos pesados para dentro dos núcleos. Para a minoria dos moradores que localizam-se perto das vias principais existem

caçambas para a disposição dos resíduos que são freqüentemente recolhidas. Os moradores das demais áreas dispõem seus resíduos diretamente nos rios e córregos, ou nas ruas e terrenos próximos as suas residências, o que possibilita uma condição favorável à geração de insetos como moscas, baratas e ratos, trazendo consigo odores e sendo vetores de doenças. Outros impactos oriundos da disposição inadequada do lixo são: degradação da qualidade ambiental; poluição e contaminação dos córregos, conferindo patogenicidade e toxicidade às águas subterrâneas e superficiais; permanência de produtos não biodegradáveis no meio ambiente; eutrofização das águas; poluição atmosférica; e, finalmente, o comprometimento dos aspectos visuais e estéticos da paisagem.

- 3.18 A prestação de serviços de saúde é limitada e, da mesma forma que os demais serviços públicos, inclusive transporte coletivo, só foram obtidos com fortes pressões reivindicatórias sobre a administração municipal. A deficiência de escolas, de atendimento médico, apoio social, lazer, etc., limita o acesso a esses serviços principalmente aos que não dispõem de recursos para deslocamentos freqüentes. Outro problema é o convívio com grupos marginais com atividades ilícitas, que, apesar de aparentar uma convivência pacífica, sempre se constitui em uma ameaça ao conjunto das comunidades. A distribuição espacial dos equipamentos voltados à educação dificulta o acesso de crianças e jovens dos núcleos menos servidos, verificando-se entre a população local níveis de escolaridade e de escolarização bastante inferiores ao da média municipal.

Quadro 5: Distribuição dos indivíduos que exercem ocupação remunerada, segundo a renda auferida

Distribuição das Faixas de Renda	Cota 400/500	Cota 200	Cota 95/100	Pinhal do Miranda	Água Fria	Plíões	Sítio dos Queiroz	Total
Até 1 SM	36,8	35,7	33,8	31,0	44,3	44,0	49,0	36,4
De 1 a 2 SM	39,7	42,7	45,5	43,2	41,7	41,4	41,9	42,8
De 2 a 3 SM	16,1	15,2	16,3	18,3	10,7	11,3	7,1	15,1
De 3 a 5 SM	6,6	5,8	4,4	7,2	3,1	2,7	1,9	5,3
De 5 a 10 SM	0,8	0,6	0	0,3	0,2	0,6	0	0,4
Mais de 10 SM	0	0	0	0	0	0	0	0

- 3.19 Trata-se, como conclui o informe "Análise da Situação nos Núcleos Seleccionados para o Programa" (anexo 4), de bolsões de pobreza cujos habitantes - em sua grande maioria, vivenciam situação de vulnerabilidade socioambiental, tendo entre seus componentes: segregação espacial, privação social - precárias condições de moradia, propriedade, infraestrutura e acesso a serviços, ao que ainda se adiciona a sujeição a riscos de enchentes, deslizamentos, doenças de veiculação hídrica e proximidade com focos de contaminação. Entre esses riscos sobressaem especialmente os geológicos e geotécnicos, levando a que parcela

importante da população -especialmente na época das chuvas, esteja sujeita a catástrofes de grande dimensão.

3.20 **Riscos Ambientais:** Estudos de avaliação de riscos geológicos e geotécnicos realizados em 2007 pelo Instituto de Pesquisa Tecnológica – IPT demonstraram a fragilidade da Serra do Mar frente à presença e proliferação de assentamentos humanos. Os principais riscos ambientais vinculados às ocupações irregulares, de acordo com os resultados do estudo são os seguintes:

- i. Riscos Geológicos e Geotécnicos: uma junção de fatores tais como, alta pluviosidade (média de 3.500 mm/ano), altas declividades, solos de textura frágeis fazem das escarpas da serra áreas muito suscetíveis a deslizamentos e desmoronamentos, com potencial para causar grandes acidentes;
- ii. Riscos Hidrológicos: altas precipitações associadas a altas declividades formam enxurradas com expressiva energia dinâmica e potencial para acidentes fatais, principalmente considerando ocupações muito próximas dos canais de drenagem naturais e dos múltiplos mananciais existentes;
- iii. Riscos Biológicos: a existência de populações vivendo muito próximas de ambientes naturais possibilita acidentes envolvendo a fauna e a flora silvestre, gerando também impactos negativos sobre o ambiente natural pela presença de animais domésticos, uso de produtos químicos e carreamento de esgotos domésticos e águas servidas diretamente nos canais de drenagem;
- iv. Riscos Tecnológicos: a proximidade com o sistema rodoviário Anchieta – Imigrantes, um dos mais movimentados do país, gera riscos potenciais de atropelamentos, derrame de produtos perigosos, inviabilização do acesso aos núcleos por interrupção das pistas, exposição a ruídos etc.;
- v. Riscos Socioeconômicos: as ocupações improvisadas e sem ordenamentos urbanos trazem uma série de conseqüências que potencializam as situações de risco já existentes com ações desestabilizadoras tais como: cortes de taludes, ocupação de área de drenagem, desmatamento etc., além de acarretar danos ambientais vinculados à constante expansão sobre as áreas naturais, a existência de atividades ilegais (caça e retirada de plantas), incêndios, contaminação dos cursos d'água etc.

3.21 Outra conseqüência bastante grave das ocupações irregulares se relaciona com a qualidade dos mananciais que garantem o abastecimento de água para a Baixada Santista, cujo sistema é operado pela Sabesp. A Baixada Santista é uma região em franca expansão econômica e pólo de atração permanente de novos imigrantes. Sua população em 2006 estava estimada em 1.653.026 habitantes, quantitativo que aumenta em proporções gigantescas nos períodos de férias e feriados prolongados, cenário que cada vez mais requer provisão de água.

3.22 As ocupações irregulares não restringem-se à sua porção centro/sul, mas também espalham-se por toda sua extensão. Estima-se que existam cerca de 12.000 famílias que habitam o entorno do Parque que o pressionam através não só de suas atividades diárias como pela falta de urbanismo e conseqüentes condições de saneamento, destinação de resíduos, vias de acesso, etc.

Figura 3: Retratos das Ocupações Irregulares: (a) acessos rudimentares; (b) ocupação de encostas; (c) esgoto sem tratamento; (d) precário sistema de abastecimento de água



3 Perspectivas Futuras

3.23 Com a criação do PESM em 1977, os núcleos de habitações irregulares foram incluídos dentro de sua poligonal. Posteriormente, em 1994, foi aprovada Lei Estadual que promoveu a desafetação dos núcleos Cota 200, Cotas 95/100 e parte do Pinhal do Miranda dos limites do Parque, incorporou a área hoje ocupada pelo núcleo da Água Fria, e condicionou a desafetação da Cota 400 à existência de um laudo técnico sobre a situação de risco geotécnico conclusivo por parte do IPT. As propostas de tratamento, entretanto, não assumiram a forma de um programa integral de solução que, além de abordar os aspectos sociais das comunidades ali instaladas, fosse centrada nos aspectos ambientais associados à preservação dos remanescentes da Mata Atlântica, tais como a garantia do domínio público sobre a totalidade das áreas que compõem o Parque, a remoção das ocupações humanas irregulares dentro de seus limites, e o tratamento urbanístico das áreas de amortecimento fundamentais para diminuir a pressão sobre os ecossistemas naturais e garantir a sustentabilidade dessa unidade de conservação. Malgrado

- parte dessas ações estivesse incluída nas decisões do Poder Judiciário, obrigando o Estado de São Paulo e a Administração Municipal de Cubatão a executá-las, elas foram longamente proteladas. Um dos principais problemas que parece responder por esse fato, é a presença de fatores de especial complexidade para a criação de alternativas habitacionais dentro do contexto do Município de Cubatão, tais como a grande carência de áreas para construção de habitações de interesse social, e o fato de que as disponíveis localizam-se predominantemente em áreas de mangues aterrados, onde os custos de construção são significativamente mais elevados devido à necessidade de fundações especiais.
- 3.24 Sob a perspectiva histórica torna-se claro que as ocupações ilegais trazem consigo impactos ambientais negativos, sugerindo portanto a situação de continuidade. O aumento na distribuição, na extensão e na intensidade dos impactos ambientais causam um sinergismo negativo que podem culminar em catástrofes como deslizamentos de terra de grande escala. Além disso, a ocupação antrópica poderá causar, dada a possibilidade de continuidade dos atuais efeitos, a irreversibilidade dos impactos e o aumento da intensidade de ação por sucessivas, culminando com a impossibilidade de retornar o ambiente afetado às suas condições originais.
- 3.25 Segundo o relatório de "Análise de Impactos Socioeconômicos e Culturais", anexo 6, pode-se pelo histórico delineado vislumbrar a perpetuidade das habitações irregulares dentro do PESM e também seu contínuo crescimento Parque adentro, sem o acontecimento do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Mosaicos da Mata Atlântica. Tal tendência comprometerá ainda mais a qualidade das áreas de preservação permanente, com destaque para a qualidade da água. Deverá verificar-se, igualmente, uma piora da situação ambiental para os ocupantes, com a intensificação dos riscos à saúde, especialmente no que refere à vetores de veiculação hídrica. Para essa mesma população serão multiplicadas as situações de risco geológico e geotécnico face ao previsível continuísmo e maior densidade das ações desestabilizadoras (cortes de taludes, ocupação de área de drenagem e desmatamentos entre outras) que tendem a acentuar a fragilidade das áreas já antropizadas, bem como sua projeção para novas áreas do Parque, geralmente com maiores declividades e ainda mais suscetíveis a escorregamentos. Desse modo e considerando a intensidade das precipitações hídricas, poderão verificar-se deslizamentos e outros impactos, com sérias conseqüências em termos de vidas e patrimônios afetados. Com o adensamento das ocupações deverá também intensificar-se os problemas operacionais da Rodovia Anchieta, multiplicando-se os acidentes, e impondo ainda maiores dificuldades de acesso aos núcleos habitacionais.

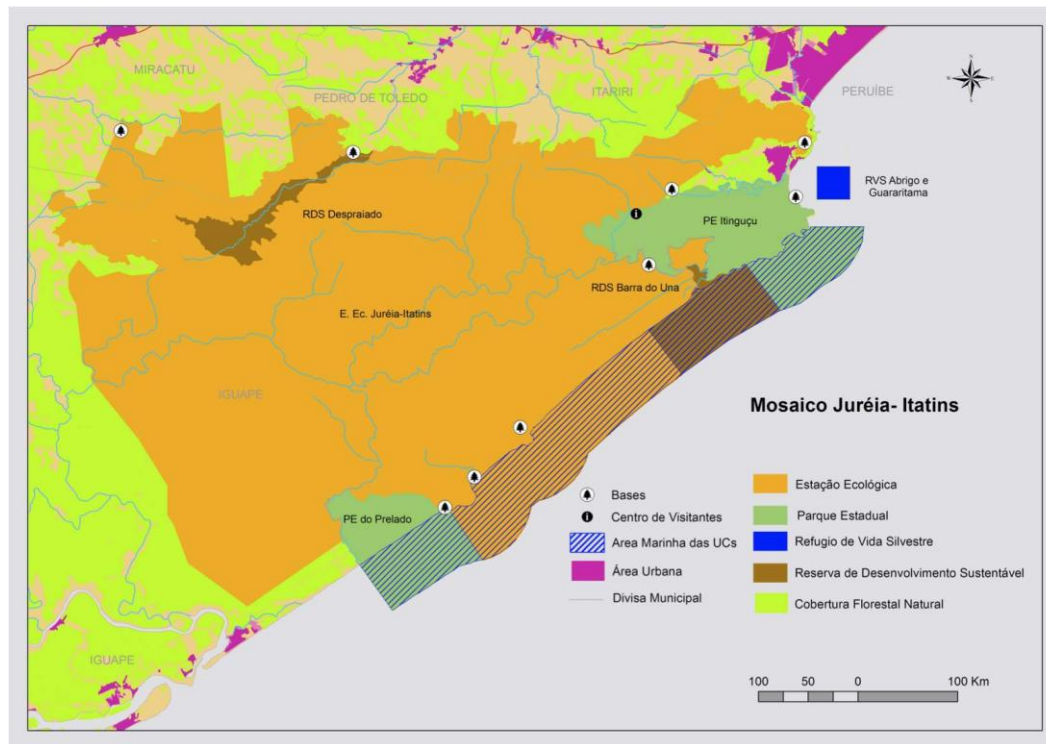
B. Mosaico da Juréia-Itatins

1 Contexto Geral

- 3.26 O Mosaico da Juréia-Itatins, tal como o PESM, insere-se no bioma da Mata Atlântica. A campanha em defesa da Juréia, que culminou na criação de sua Estação Ecológica, simbolizou uma luta simbólica por toda a Mata Atlântica. À época a Juréia era alvo de diversos interesses, de possível palco para a construção de quatro usinas nucleares à loteamentos imobiliários. A sociedade, representada

por ambientalistas, políticos e cientistas, reuniu-se e criou a Associação de Defesa da Juréia. Seguiu-se uma longa batalha em defesa da região, que resultou na criação da Estação Ecológica de Juréia-Itatins em 1986, ampliando a área de preservação de 230 para 790 km². A região da Juréia-Itatins, no sul do Estado de São Paulo, é conectada tanto com o PESH (ao seu norte) como ao Parque Estadual do Jurupará por meio da APA Serra do Mar e da APA Federal Cananéia Iguape Peruíbe, que formam o contínuo florestal do Vale do Ribeira.

Figura 4: Mosaico da Juréia-Itatins



- 3.27 O Mosaico de UCs da Juréia-Itatins abrange áreas dos municípios de Iguape, Miracatu, Itariri, Peruíbe e faz limite com o município de Pedro de Toledo. Juntamente com o PESH, forma o mais importante mantenedor e corredor de biodiversidade da Mata Atlântica, representando parcela extremamente significativa da Mata Atlântica. Neste conjunto, abrangendo dois maciços e uma ampla planície litorânea, ocorrem ambientes ainda bem conservados que recobrem a planície – com brejos, lagunas, dunas, restinga arbórea e arbustiva-herbácea, além de manguezais e ambientes serranos com a Mata Atlântica inserida em três segmentos: a floresta baixo-montana, a montana e a alto-montana. Esses ambientes ainda podem ser observados na região formando um continuum desde os cumes das altas montanhas, a 1.500 metros de altitude até a linha de costa e conferem à área uma intrincada trama de relações ecológicas.
- 3.28 Complementando essa paisagem natural, há alguns bairros rurais, de baixa densidade demográfica que mantêm ainda sistemas tradicionais de produção. Trata-se de comunidades caiçaras e caboclas que conseguem seu sustento por

meio da agricultura de subsistência, pesca e extração de recursos naturais, como palmito e caixeta. Comunidades de migrantes, embora não tenham as mesmas relações com o ambiente que as comunidades tradicionais, também ocorrem na região e buscam sustento através de práticas agrícolas e de extrativismo, ou ainda ligadas ao turismo. O Mosaico de UCs possui grandes extensões de florestas, permite o fluxo genético dos ecossistemas ao norte, das escarpas da Serra do Mar, com os do sul, da região estuarina-lagunar do baixo Ribeira e dos grandes remanescentes florestais dos Parques Estaduais paulistas e paranaenses do Vale do Ribeira, e propicia formas mais adequadas de utilização de recursos naturais pela comunidade local.

3.29 O Mosaico é composto por seis Unidades de Conservação (UCs) com diferentes categorias de preservação, conforme demonstra-se na figura a seguir.

- i Estação Ecológica da Juréia-Itatins (EEJI): a maior área do Mosaico, é também a maior área florestada de planície costeira do litoral centro-sul do Estado de São Paulo. A UC abriga diversos exemplares da fauna endêmica e ameaçada de extinção. Compreende o Maciço da Juréia e de Itatins, como testemunhos de solos e vegetação singulares. Também abriga em seu interior os principais núcleos de população tradicional, de existência secular na região, cujo modo de vida foi se adaptando ao meio aos longo dos anos. Além dessas ocupações várias famílias de migrantes são encontradas em quase toda a extensão de seus limites, com maior concentração na porção noroeste, onde também concentram-se grandes áreas de bananais. Um longo histórico de conflitos sociais por terras marca essa região. Assim como diversos indicativos históricos e arqueológicos que tornam essa UC ainda mais rica e diversa, tanto natural como culturalmente;
- ii Parque Estadual do Itinguçu: situado na porção leste do Mosaico, encravado na EEJI, entre dois bairros de Peruíbe, que sofrem grande pressão de turismo: Guaraú e a Barra do Una. Essa unidade é constituída por fragmentos da Mata Atlântica, que sofrem relevante efeito de borda. As áreas mais conservadas estão associadas a relevos mais elevados e íngremes, com baixa ocupação. A paisagem natural dessas áreas tem atraído um número crescente de visitantes, motivados por várias cachoeiras, praias de excelente balneabilidade, vegetação nativa de grande beleza e diversidade, associada a uma fauna representativa, com possibilidade de avistamento, notadamente as aves. Mas, são as estradas que recortam essa UC e a facilidade de acesso os principais indutores responsáveis pela intensa visitação que ocorre nessa área. Contudo, ainda ocorrem áreas conservadas, que apresentam valiosos atrativos para a educação ambiental e a visitação pública, intensificadas nos últimos anos;
- iii Parque Estadual do Prelado: situado no extremo sul do Mosaico da Juréia-Itatins, abarca a faixa costeira da Praia da Juréia, em seus 7 km de extensão e a planície costeira contígua a esta praia, com áreas bem conservadas, com baixa ou inexistente atividade humana, diferenciando-se do PE Itinguçu, por encerrar ambientes de planície e restinga assentadas nos cordões e entre-cordões arenosos. Nos limites do Parque, encontra-se a vila do Prelado, habitada por pescadores e prestadores de serviços às residências e

loteamentos situados ao longo da Praia da Juréia, em seus 22 km de extensão até o Rio Ribeira;

- iv Refúgio de Vida Silvestre das Ilhas de Guararitama e Abrigo: na porção marinha, localizada aproximadamente a 2 km a leste do Mosaico, há as ilhas de Guararitama e do Abrigo. São ilhas sem praias, constituídas em toda sua linha de costa por costões rochosos. Como o Brasil é signatário de convenções internacionais para a proteção de espécies migratórias e, como o SNUC e o Código Florestal Brasileiro indicam que áreas utilizadas como abrigo da fauna silvestre devem ser protegidas, as Ilhas de Guararitama e Abrigo passaram a compor o Mosaico de UCs da Juréia através do Refúgio de Vida Silvestre, a fim de se garantir a proteção das espécies residentes e freqüentadoras dessas ilhas. A face noroeste da ilha serve como único abrigo seguro para embarcações, no caso de mau tempo;
 - v Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Despraiado: encontra-se encravada na EEJI, e tem sua ocupação caracterizada por agricultores, oriundos do interior do Estado, e parte caiçaras, oriundos principalmente de Iguape e Peruíbe. Suas atividades estão voltadas basicamente para a agricultura de banana com o uso de defensivos agrícolas. Embora hoje em declínio, a produção agrícola desta comunidade já foi maior, importando conseqüentemente em maior destaque econômico ao local, que já teve inclusive uma linha de ônibus municipal exclusiva. Além da agricultura, são desenvolvidos a caça e o extrativismo, principalmente, do palmito juçara. Trata-se de uma região onde ocorre rotatividade das posses e desmatamentos pontuais;
 - vi Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Barra do Una: localiza-se na foz do Rio Una, compreendendo um sistema estuarino e marinho de grande produtividade, visto a concentração de manguezais. Esta RDS insere toda a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Federal da Ilha do Ameixal e faz divisa com a EEJI e com o PE do Itinguçu. Sua população tradicional é constituída pelos caiçaras (pescadores lavradores), que tem como atividades a pesca estuarina e costeira e o turismo com a prestação de serviços (acampamentos, pousadas, bares, restaurantes, caseiros, diaristas e venda de pescado aos turistas).
- 3.30 **Status da UC**: Desde sua criação, em 1986, a região da Juréia-Itatins constitui-se em uma Estação Ecológica, um dos mais restritivos status para Unidades de Conservação do SNUC. Em uma Estação Ecológica o objetivo primordial é a conservação, sendo que a visitação pública não é permitida, a não ser para fins educacionais. As únicas alterações ecossistêmicas permitidas são as de cunho de restauração dos ecossistemas modificados; manejo de espécies com o fim de preservação da diversidade biológica; coleta de exemplares para finalidades científicas; e pesquisas científicas, que dependem de autorização prévia do órgão responsável. Como fica claro à partir da descrição das áreas do Despraiado e da Barra do Una, o uso antrópico não é condizente com o status de Estação Ecológica, bem como a limitação à visitação é prejudicial à própria conservação das áreas do Prelado e Itinguçu.

3.31 O que o Programa propõe como forma de readequar o status conservacionista para refletir suas reais características sociais, econômicas e culturais, é portanto, a criação de um Mosaico de Unidades de Conservação, a ser composto pela EE, os PEs, as RDSs e o RVS. Os mosaicos, estabelecidos por legislação própria, congregam mecanismos de gestão integrada de um território quando este é abrangido por duas ou mais UCs. Cada diretor das UCs que compõe um mosaico integra seu conselho consultivo que, por ter uma gestão única, permite à área maior integração e soma de esforços de monitoramento e fiscalização. É parte integral do Programa, explícito no primeiro resultado direto do produto 3, componente 2, a aprovação da legislação que modificará o status de EE para o Mosaico. Dessa maneira o uso e ocupação -incluindo populações tradicionais- estarão adequados às suas categoria de proteção, possibilitando a permanência das populações tradicionais no interior da área.

2 Vetores de Pressão

3.32 As ocupações antrópicas, tal como no PESM, constituem-se nos principais fatores de pressão para a efetiva proteção ambiental do Mosaico da Juréia-Itatins. Diferentemente do PESM, entretanto, o Mosaico não compreende adensamentos populacionais tão grandes, mas sim diversos pequenos núcleos de populações tradicionais. A Lei Estadual nº 5.649, de 28 de abril de 1987, que consolida a EEJI, atribui à ela a categoria de unidade de conservação pertencente ao Grupo de Proteção Integral, condição que não permite a presença humana dentro de seus limites. Contudo, vivem dentro da Juréia centenas de famílias de caiçaras e por lei, as comunidades deveriam ser removidas para outro local, porém isso não foi realizado, intensificando os conflitos fundiários e criando novos problemas sociais e ambientais. As pressões atuais sobre o Mosaico da Juréia-Itatins são de diversas naturezas advindas do tipo de uso e de ocupação na região, que refletem as suas características sociais, econômicas e culturais. Destacam-se as pressões imobiliárias, turísticas e invasões; de monocultura, caça e extrativismo; e as socioambientais, sendo que todas estão em sua maioria intrinsecamente interligadas. A principal causa dessas pressões, é a ausência de políticas de planejamento urbano e ambiental.

3.33 **Pressões imobiliárias, turísticas e invasões:** A ausência de planejamento e manejo possibilitou e possibilita a urbanização acelerada, a extensão de práticas de monocultura e extrativismo, a pressão e especulação imobiliária, as invasões de terras, a intensa dinâmica ocupacional, os problemas fundiários e a precariedade das condições de vida das comunidades tradicionais e adventícias, aos novos e antigos empreendimentos impactantes ao ecossistema local. Soma-se também a atual política de crescimento econômico dos municípios por meio do turismo de massa, que tem aumentado fortemente a pressão sobre locais que são abertos à visitação pública sem que a infraestrutura necessária acompanhe a crescente demanda e sem considerar a capacidade de suporte e de vocação natural dessas áreas. Exemplos desse tipo de pressão são localidades como o Perequê, Guaraú, cachoeira Paraíso e do Itu, Serra do Guaraú, vila Barra do Una e as praias do Parque Itinguçu. Em Peruíbe observa-se um forte crescimento populacional urbano que, embora fora dos limites do Mosaico, pressiona-o através da

acessibilidade viária e pela falta de controle destes acessos, impulsionando atividades turísticas imobiliárias, principalmente na Vila Barra do Una e na Serra do Guaraú. Em algumas localidades como Guaraú, Barra do Una, Itinguçú e Despraiado as diversas pressões, são intensificadas em função da facilidade de acesso à região, por meio das rodovias e vias vicinais que interligam os municípios de Pedro de Toledo a Iguape, Itariri e Miracatu a Peruíbe ou a Iguape. Em Iguape há predominância das atividades econômicas ligadas ao setor urbano de comércio e de serviço, e a existência de uma rede de acessos viários vicinais e hídricos livre impulsiona as atividades de turismo fluvial e de pesca, principalmente ao longo da faixa litorânea e dos rios Una e do Prelado (ou Comprido).

- 3.34 **Pressões da monocultura, caça e extrativismo:** A monocultura da banana constitui-se em outro importante fator de pressão que vem se expandindo nas localidades de Barra Funda, Jacu-Guaçu e Colinas Verdes e Despraiado. A extensa área de monocultura de banana, em expansão facilitada por acessos livres da rede vicinal, impulsionando as invasões de terras e as atividades ilegais ligadas à extração do palmito e a caça clandestina. Essa região apresenta o pior cenário de ações desencadeadoras de impacto do Mosaico visto que os bananais invadiram as matas, causando extensos e intensos desmatamentos e ocupando topos de morro, sendo que nas margens e até no interior dos cursos fluviais ocorrem plantações de banana. Muitos canais de primeira ordem (nascentes) foram desviados ou soterrados, alterando drasticamente a rede hídrica. As bacias hidrográficas do Bananal e do Espiraiado passam por intensos processos de erosão e assoreamento, com redução significativa da vazão dos rios, constatada pelos vários bancos de areia ao longo de seus cursos. Além dos bananais as inúmeras vias de acesso que são abertas e mantidas pelos próprios bananicultores por onde passam os caminhões que transportam a produção local aceleram e intensificam os processos erosivos encontrados nessas bacias. Muitos moradores declararam que não há peixes nos rios. Ademais, o cultivo das bananas se dá com o uso de agrotóxicos, em solos inaptos, regiões de encosta, entorno de nascentes e com derrubada de vegetação natural. A alta carga de agrotóxicos contribuem para a contaminação e degradação dos rios, solos, vegetação e fauna, em função da emissão aérea de defensivos agrícolas associado ao óleo vegetal. Mas esse cenário que causa imensuráveis e talvez irreversíveis danos ambientais também refletem a realidade social e econômica local. Os bananicultores, na maioria assalariados ou meeiros, vivem em condições muito precárias e distantes de suas famílias. Não habitam em condições sanitárias mínimas de salubridade e certamente, não conseguem ter uma alimentação completa em valores protéicos e em vitaminas. O que os leva, muitas vezes, a praticar atividades ilegais, principalmente a caça. Ao norte do município a pressão da expansão da cultura de banana, facilitada pelo acesso livre da estrada do Despraiado, impulsiona a invasão de terras e as atividades ilegais ligadas à extração do palmito. São vários os registros de pesca predatória, extração de ostras e caranguejos para atender o comércio regional. A captura de animais silvestres (principalmente aves) ocorre com bastante frequência, seja para servir como fonte protéica para a alimentação, ou para ser vendido no mercado

ilegal de animais silvestres ou simplesmente para obter um animal doméstico, dentro de uma gaiola.

- 3.35 **Vulnerabilidade Socioambiental:** Atualmente, em decorrência de todo o processo histórico ambiental, social e econômico pelo qual passou toda essa região do Mosaico, existe uma tendência ao abandono das atividades tradicionais em prol de outras como atuarem como caseiros, donos de pequenos comércios, barqueiros, prestadores de serviços voltados ao turismo. Enquanto estas mudanças em si não constituem-se em pressão ao Mosaico de maneira direta, indiretamente estão descaracterizando a cultura local e alterando a forma de uso dos recursos naturais e demandando mais infraestrutura. Em todo o Mosaico, em intensidade, dimensão e frequências diferentes, ocorrem atividades que resultam em áreas desmatadas. A vegetação natural é substituída gradativamente pela agricultura e em várias áreas ocorrem a extração de alguns tipos de madeiras, de palmito, cipós, taquara, caixeta, entre outros. Os cultivos mais frequentes são banana, mandioca, frutas, batata-doce, feijão e milho. Além da agricultura, as populações tendem a manter animais domésticos, o que acarreta sérios problemas quando na presença de fauna exótica. Animais domésticos criados pelos moradores ou trazidos por turistas são os principais condutores de doenças para a fauna local, além de possibilitar cruzamentos genéticos indevidos. Os cães domésticos podem percorrer grandes distâncias a partir das áreas de ocupação humana e causar impactos consideráveis em algumas populações de pequenos mamíferos e aves. Além disso, animais de criação, principalmente búfalos, foram observados nas áreas de banhados.
- 3.36 A destinação dos resíduos sólidos nos municípios que compõem a região do Mosaico é muito precária: 80% deles depositam todo o resíduo domiciliar e comercial a céu aberto, ou seja, em lixões sem nenhum tratamento. Nos núcleos que compõem o Mosaico o cenário é ainda mais problemático: em geral, a prática mais comum (cerca de 60% dos moradores) é a queima do lixo, e uma parcela muito pequena, menos de 10% declara separar o lixo e reciclar latas e vidros. A consequência dessas ações é a geração de impactos como a contaminação de solos, rios e atmosfera, proliferação de animais nocivos e transmissores de doenças, como os ratos, moscas e baratas. Essas ações também afetam diretamente a fauna e flora nativa, pois as práticas mais encontradas são a deposição irregular de lixo doméstico sobre solos, valas ou até diretamente nos rios. Tal destinação dos resíduos polui e contamina os córregos, eutrofizando as águas.
- 3.37 A água também torna-se um recurso sensível quando demandada em mais quantidade, pois as águas da Bacia do Rio Ribeira têm problemas relacionados a carga poluidora de origem urbana, industrial e rural que compromete a qualidade de suas águas. O esgoto doméstico, assim como o lixo, não recebe tratamento adequado, sendo que, em aproximadamente 55% das residências do Mosaico é usada a fossa negra, 25% declarou possui fossa séptica e o restante (20%) lança seus efluentes diretamente nos rios mais próximos às ocupações. No entanto, é importante observar que mesmo as fossas sépticas não estão instaladas adequadamente, ou não funcionam de forma a gerar o tratamento primário dos

efluentes. Essa situação fatalmente tem contribuído para aumentar os dejetos nos corpos de rios e solos, poluindo-os e proporcionando, assim como o lixo, condições não desejadas à saúde humana. Da mesma forma, causando impactos ao ambiente natural, afetando a fauna, flora e águas fluviais. A deterioração da qualidade da água reserva grande potencial de conflito, pois o rio Ribeira de Iguape e seus afluentes são utilizados principalmente para abastecimento das regiões metropolitanas de Curitiba e de São Paulo que está em situação crítica. Acrescenta-se também a contaminação produzida por metais pesados, chumbo e arsênico, no rio Ribeira de Iguape, resultante de quase um século de exploração mineral de três mineradoras que atuaram na região.

3 Perspectivas Futuras

- 3.38 Desde antes de criada a Estação Ecológica de Juréia-Itatins em (1987), diversos aspectos legais foram se estabelecendo no sentido de se aprimorar a gestão da área de acordo com suas complexidades, perfazendo um longo histórico legal que passa pela: (i) criação da "Floresta Remanescente" na Serra dos Itatins - Reserva Estadual dos Itatins em 1958; (ii) a criação da Reserva Estadual Indígena de Itariri, destinada aos índios Guarani em 1963; (iii) tombamentos do Maciço da Juréia desde 1979 e oficializados pela Resolução 40 do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo de 1985); (iv) Decreto Estadual nº 32.412 de 1990, que estabelece as condições para a implantação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins; (v) Resolução SMA/SP-32 de 1998 que regulamenta a visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental; (vi) Portaria do Diretor Geral da EEJI regulamentando sobre normas para desenvolvimento de trabalhos de educação ambiental; (vii) Decreto Estadual nº 50.664 de 2006 que cria de maneira contígua à EEJI, no município de Iguape, a Estação Ecológica dos Banhados de Iguape; (viii) Decreto Estadual nº 51.453 de 2006 que cria o Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR) que, gerou uma nova estrutura institucional para gestão da EEJI; (ix) Resolução SMA nº 16/2007, regulamentando a organização administrativa do SIEFLOR; e finalmente a (x) Lei Estadual nº 12.406 de 2006 que alterou a Lei de instituição da Estação Ecológica para reclassificar e incorporar áreas que instituem o Mosaico de UCs, que entre outras providências regulamenta suas ocupações.
- 3.39 Todos esse atos legais na região demonstram que essa região é objeto de diversas ações governamentais nas esferas federais e estaduais, no que diz respeito à conservação de seus recursos naturais e à dificuldade de manejo de sua complexa estrutura. O resultado de todas essas medidas certamente contribuiu para a conservação da área, muito embora seu estado atual revele que a efetividade da conservação está seriamente ameaçada. Conforme as conclusões do ainda não finalizado plano de manejo para o Mosaico, sua principal causa de pressões é justamente a falta de planejamento, que caminha concomitante à implementação efetiva do plano traçado. Ao mesmo tempo que o próprio plano de manejo indica que existe uma preocupação quanto ao planejamento do Mosaico, o passado impede de adotar-se uma postura otimista em relação ao seu futuro caso o

Mosaico não seja consolidado. Espera-se, conclusivamente, que as pressões hoje identificadas irão melhorar devido ao movimento pró-planejamento, mas de maneira não abrangente o suficiente para evitar com que haja perdas (quicá irreversíveis) de âmbito ambiental e social, tal como já vem ocorrendo com as áreas desmatadas para bananais e a forte pressão sobre as espécies nativas.

C. Mosaico das Unidades de Conservação Marinhas

1 Contexto Geral

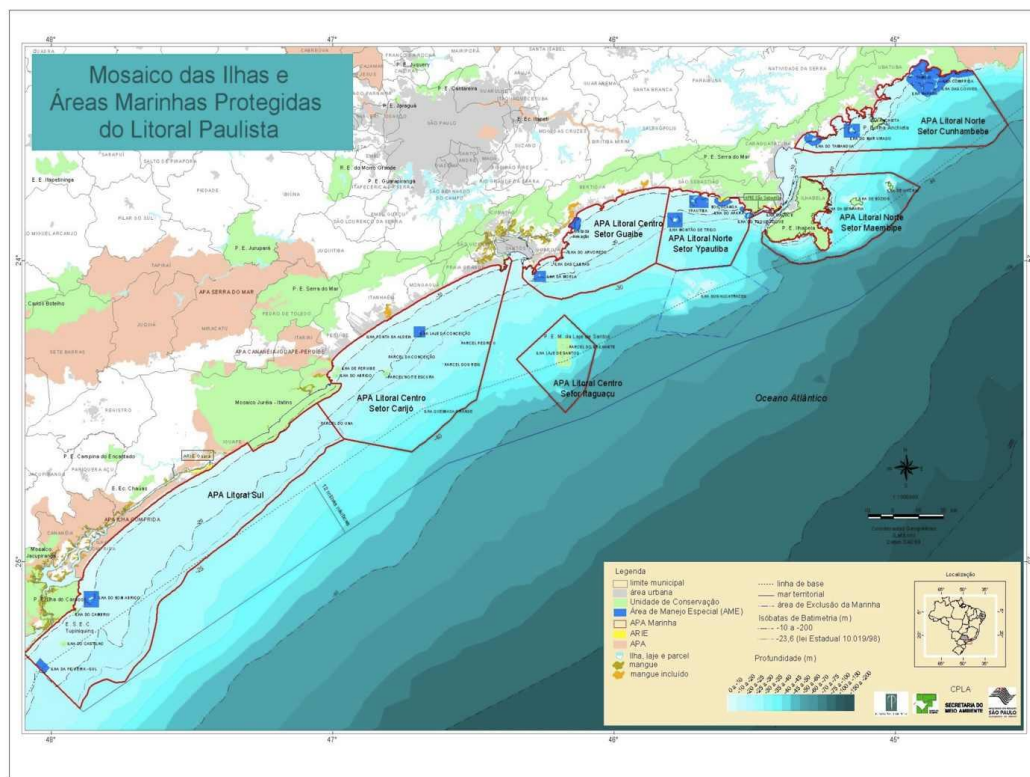
3.40 O contexto das UCs Marinhas é muito diferente do apresentado pelo PESH e pelo Mosaico da Juréia-Itatins. Enquanto aquelas UCs foram criadas em 1977 e 1986, respectivamente, o estabelecimento das UCs Marinhas data do Decreto nº 53.528 de outubro de 2008. O Decreto estabelece a criação de um Conselho de Mosaico, de caráter consultivo, para atuar como instância de gestão integrada das áreas protegidas, contemplando representantes governamentais de diversos órgãos pertinentes e representantes da sociedade civil advindos de diversos setores tais como o pesqueiro produtivo, o náutico e turístico, organizações não-governamentais ambientalistas, Universidades do Estado de São Paulo e representantes das populações que residem nas Unidades de Conservação do estado. Compete ao Conselho a proposta de diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente: (i) os usos nos limites entre unidades; (ii) o acesso às unidades; (iii) a fiscalização; (iv) o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo; (v) a pesquisa científica; e (vi) a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental.

3.41 O Decreto de criação do Mosaico das UCs Marinhas, substanciado pelos três Decretos imediatamente anteriores que criam as APAs Marinhas e as definem com propriedade, abrange as seguintes áreas:

- i Área de Proteção Ambiental Estadual - APA Marinha do Litoral Norte;
- ii Área de Proteção Ambiental Estadual - APA Marinha do Litoral Centro;
- iii Área de Proteção Ambiental Estadual - APA Marinha do Litoral Sul;
- iv Área de Proteção Ambiental Estadual - APA da Ilha Comprida;
- v Área de Proteção Ambiental Municipal - APA de Alcatrazes;
- vi Parque Estadual da Ilha Anchieta;
- vii Parque Estadual da Ilhabela;
- viii Parque Estadual da Laje de Santos;
- ix Parque Estadual Xixová-Japuí;
- x Parque Estadual Ilha do Cardoso;
- xi Área de Relevante Interesse Ecológico Estadual de São Sebastião;
- xii Área de Relevante Interesse Ecológico Estadual do Guará;

- xiii Unidades de Conservação costeiras integrantes do Mosaico Estadual de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins;
- xiv Unidades de Conservação costeiras integrantes do Mosaico Estadual de Unidades de Conservação de Jacupiranga;
- xv Unidades de Conservação costeiras do Estado São Paulo integrantes do Mosaico Federal da Bocaina;
- xvi Unidades de Conservação costeiras do Estado de São Paulo integrantes do Mosaico Federal do Litoral Sul do Estado de São Paulo e Litoral Norte do Estado do Paraná.

Figura 5: Mosaico das UCs Marinhas



3.42 Ademais, o Decreto ainda abre a possibilidade da integração ao Mosaico das Ilhas e das Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista, as seguintes unidades de conservação federais:

- i Área de Proteção Ambiental Federal - APA Cananéia-Iguape-Peruíbe;
- ii Estação Ecológica Federal dos Tupiniquins;
- iii Estação Ecológica Federal dos Tupinambás;
- iv Reserva Extrativista do Mandira.

3.43 A abrangência da criação do Mosaico evidencia a importância das ilhas na conservação da Mata Atlântica, visto que elas abrigam exemplares de fauna e

flora com pouco grau de interferência antrópica, servindo de importante habitat para aves marinhas e peixes.

- 3.44 Os conselhos das APAs dos Litorais Sul, Centro e Norte já encontram-se devidamente criados, assim como já instalaram-se três Câmaras Técnicas: Planejamento e Pesquisa; Pesca; e Educação e Comunicação. O trabalho destas está avançando principalmente no que condiz à organização e à sistematização da coleta e análise de dados das áreas em questão. A importância deste processo é exacerbada pelo fato de que nunca houve um processo sistemático de coleta de dados, impossibilitando, assim, qualquer tentativa de manejo com eficácia.

2 Vetores de Pressão

- 3.45 Não existem ainda levantamentos sistemáticos de dados quanto aos vetores de pressão das APAs Marinhas, tanto pela recém instituição de status de conservação como pelo fato de variarem muito de região para região do litoral e de acordo com as características específicas de cada uma delas, como a presença de praias, de ocupações antrópicas, etc. O Refúgio de Vida Silvestre das Ilhas de Guararitama e Bom Abrigo detém um diagnóstico que pode ser utilizados de espelho para as demais ilhas, ilustrativamente. São eles: pesca excessiva, presença de lixo, espécies vegetais exóticas, tráfego não controlado de embarcações e a entrada ilegal de pessoas, principalmente pescadores amadores. A visitação descontrolada e sem monitoramento favorece a existência de ações desencadeadoras de impactos, constituindo-se assim, um importante vetor de pressão e de ameaça para a UC. Os principais impactos decorrentes dessas ações são: a fragmentação de habitats, a perda da biodiversidade, erosão e assoreamentos, compactação do solo e a contaminação de águas e solos. Dessa forma, é extremamente importante que seja realizado o levantamento e a análise dessas atividades e acessos a fim de se identificar a amplitude e a magnitude dessas ocorrências. Por diversas vezes são as próprias populações tradicionais que causam tais efeitos negativos em cadeia, visto que até a criação dos Conselhos Gestores a população afetada não participava da conservação da área. O afastamento desse grupo chave de pessoas levava à pesca ilegal e tráfego de espécies de aquário, entre outras atividades nocivas ao meio ambiente.

- 3.46 A pesca excessiva é uma das maiores preocupações para o mosaico conservacionista Marinho, visto que ao longo de todo o litoral do estado de São Paulo sua produção vem demonstrando tendência de queda. O fato pode remeter-se a pesca excessiva ou também à outros desequilíbrios da cadeia, como por exemplo a perda de habitat de uma espécie no início da cadeia alimentar das outras mais fisgadas. Além de demonstrar a fragilidade ambiental e possíveis danos aos ecossistemas marinhos, a queda na produção pesqueira acarreta severos danos socioeconômicos visto que toda uma cadeia produtiva depende dela, tendo em sua base os pescadores geralmente já advindos de populações tradicionais com baixos níveis de renda.

3 Perspectivas Futuras

- 3.47 As Unidades de Conservação Marinhas, por estarem apenas iniciando sua estruturação organizacional, detém perspectivas de melhora na gestão de seus

recursos, principalmente pela abrangência das UCs e pela participação da sociedade civil e seus diversos representantes. Não obstante, teme-se que a implementação dos seus planos de gestão venham a ser longos e pouco efetivos visto a falta de estrutura física e humana para fiscalização de tão vastas áreas.

D. Síntese do Diagnóstico da Situação Atual

- 3.48 A continuidade do *status quo* sem a presença do Programa pode ser resumido como negativa para as três áreas de conservação nele abrangidas. Resume-se abaixo os principais efeitos negativos que devem pronunciar-se ao longo do PESH, do Mosaico da Juréia-Itatins e também das UCs Marinhas caso o Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Mosaicos da Mata Atlântica não ocorra:
- 3.49 **Cobertura Florestal:** prevê-se a continuada expansão da perfuração da matriz florestal e efeito de borda, desmatamento, queimada, cortes seletivo e raso, extração descontrolada de produtos da floresta, abertura de vias de acesso, impedimento da regeneração natural e da sucessão ecológica da floresta perturbada e degradada, ameaça potencial à biodiversidade, falência dos processos ecológicos nas áreas degradadas (perda de elasticidade estabilidade, inércia e persistência de propriedades estruturais e funcionais do sistema), fragmentação da matriz florestal e perda de conectividade na paisagem, introdução de espécies exóticas caça e captura de elementos da fauna silvestre, comprometimento da cobertura florestal protegida.
- 3.50 **Uso e Ocupação do Solo:** prevê-se a expansão de moradias nas áreas perturbadas, parcelamento desordenado da terra, expansão de vias de acesso, ameaça de desestruturação geomorfológica com escorregamento e outros movimentos de massa, descobertura do solo, entulhamento de terrenos e corpos d'água, amplificação de enxurradas, continuidades na criação de aterros e cortes do relevo, desagregação do solo e erosões laminar e hídrica, aumento da impermeabilidade inadequada, deposição de lixo, contaminação e poluição, perda de fertilidade.
- 3.51 **Recursos Hídricos:** prevê-se a degradação dos vitais recursos hídricos (nascentes, cabeceiras e canais) encontrados na região de abrangência através da perda de capacidade de infiltração de água no solo, aumento de escoamento superficial, entulhamento de curso d'água, contaminada do lençol freático, danos ao sistema de drenagem e de vertentes natural da água, inundações frequentes nas áreas de planície, ampliação e diversificação das fontes de poluição da água, despejo de esgotos domésticos e água servidas diretamente nos canais de drenagem, deposição e carreamento de lixo no leito dos corpos d'água, comprometimento da qualidade e da quantidade de água adequada ao consumo humano, perda de biodiversidade aquática e quebra das funções de cadeias tróficas, continuidade da pesca em área protegida legalmente, expansão de zoonoses e doenças de veiculação hídrica.
- 3.52 **População:** prevê-se a exacerbação de conflitos sociais e ausência de tomada de decisões, proliferação da violência, desorganização da dinâmica territorial e

socioeconômica das ocupações, risco à vida humana com acidentes, cargas perigosas, atropelamentos, altos níveis de ruídos e de emissões gasosas prejudiciais a saúde (principalmente no tocante aos bairros “cota”), precariedades para uso de serviços públicos e equipamentos sociais, problemas com abastecimento da água e coleta de lixo e esgoto, atividades de adensamento de moradias nas áreas já ocupadas, continuidade da ocupação na faixa de domínio das rodovias, risco de invasão de áreas de propriedade da Petrobrás e da Sabesp, continuidade nos conflitos fundiários, continuidade das limitações quanto à mobilidade urbana, atração de novos moradores irregulares, crescimento populacional desordenado, comprometimento das relações interpessoais e na rede de solidariedade das comunidades, continuidade da situação de irregularidade quanto aos custos decorrentes de serviços e condições de cidadania (taxas, impostos, etc.), continuidade da ausência de interação entre as vizinhanças e as UCs, novas ocupações em função da falta de critérios de ocupações do espaço e de ordenamento territorial, ausência de respeito e de consideração dos direitos e das necessidades da população, transposição dos limites de desafetação e ocupação de áreas de domínio público.

- 3.53 **Vulnerabilidade Social e Ambiental:** continuidade da subutilização do potencial produtivo dos setores fragilizados, estagnação econômica, falta de emprego, baixa remuneração, desconfiança nos poderes públicos, instabilidade econômica, carência de oportunidades ao público jovem e conseqüentemente marginalização social, fragilização das estruturas de ajuda mútua, avanço da violência urbana (tráfico de drogas, delitos diversos), continuidade do progresso de exclusão social, segregação espacial, privação de serviços sociais e da saúde, condições precárias de habitação. Prevê-se também a interferência antrópica contínua com desrespeito do estatuto ambiental de áreas protegidas, crescimento desordenado em áreas de risco, de mananciais, de nascentes e vertentes, invasão de áreas protegidas, favelização das encostas, risco à sustentabilidade das UCs e vulnerabilidade de suas Zonas de amortecimento, falta de interação da população local com a conservação quanto à oferta de serviços ligados ao lazer ambiental, à pesquisa e à manutenção das áreas, desinteresse da população na parceria das ações de preservação e de conservação, falta de conscientização e de educação ambiental, riscos industriais com relação às medidas de segurança e de contenção de acidentes em relação aos bairros irregulares, descrédito do poder público na região em relação à falta de soluções socioambientais.

IV. PROGNÓSTICO DA SITUAÇÃO COM O PROGRAMA

A. Parque Estadual da Serra do Mar (PESM)

1 Impactos Positivos

- 4.1 Antes de adentrar nos impactos -positivos e negativos- a serem gerados pelo Programa no tangente à necessidade de remoção das ocupações ilegais e sob risco

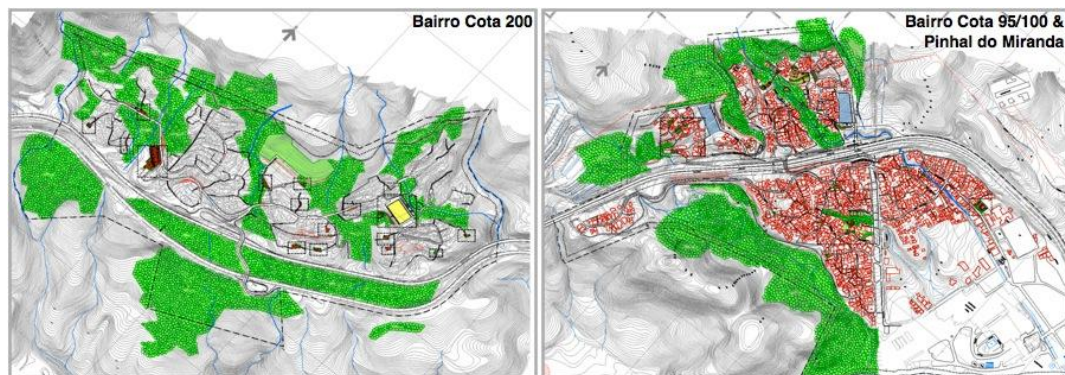
- de dentro do PESM, cabe citar que esta foi objeto de Ação Civil Pública (Processo 944/99), movida pelo Ministério Público de São Paulo em face do Estado de São Paulo e o Município de Cubatão e que teve decisão judicial transitada em julgado, obrigando sua efetivação. A não implantação do Programa submeterá os executivos das duas instâncias a fortes pressões do Poder Judiciário, podendo responsabilização dos seus gestores por improbidade administrativa.
- 4.2 **Redução dos Impactos Ambientais:** a redução dos impactos ambientais a partir da remoção das mais de 6 mil famílias em ocupações irregulares será muito significativa e abrangente, passando até pela restituição da integridade geológica das áreas. Os efeitos diretos da desocupação irregular ocorrem pela cessão de impactos antrópicos como o despejo de lixo, abertura de trilhas, caminhos e clareiras não naturais, criação de animais domésticos e injúrias, cortes e queimadas. Ao contar-se as áreas com cobertura vegetal dentro dos núcleos tem-se 38,5 ha diretamente liberados de tais pressões. Tal área é formada por: (i) 17,63 ha no bairro Água Fria; (ii) 3,66 ha em Pilões; (iii) 1,14 ha em Pinhal do Miranda; (iv) 1,8 ha no Cota 400; (v) 1,98 ha no Cota 95/100; e (vi) 12,31 ha no Cota 200. Deve-se também considerar que as áreas, se continuassem sem as ações previstas no Programa, iriam continuar em expansão, elevando também a área de impacto direto.
- 4.3 Conforme esclarece-se no informe "Propostas de medidas de recuperação e de reabilitação de áreas degradadas do Jardim Botânico de Cubatão" (anexo 3), indiretamente a redução dos impactos ambientais é muito mais abrangente do que os 38,5 ha acima mencionados. Os impactos de captação indevida de água, do lançamento constante de efluentes não tratados nos recursos hídricos e a contaminação do solo pelo despejo incorreto de resíduos sólidos irão se extinguir, contribuindo significativamente para a manutenção e melhoria da qualidade dos serviços ambientais prestados pela área, sobretudo a qualidade dos mananciais que garantem o abastecimento d'águas de toda Baixada Santista, sendo que só o rio Cubatão abastece diretamente 800 mil habitantes.
- 4.4 **Reabilitação Ambiental do PESM:** a implantação do programa vislumbra a região centro/sul do PESM (núcleo Itutinga-Pilões) livre de ocupantes, com suas áreas degradadas recuperadas, com suas divisas consolidadas e protegidas. Somando-se os 111 ha de áreas degradadas com os 30,7 ha de áreas perturbadas hoje existentes nos núcleos habitacionais, ter-se-á a liberação de 141,7 ha para reabilitação ambiental. Após o Programa, 70% da área hoje habitada estará novamente convertida à florestas nativas.
- i No bairro Água Fria serão recuperados 5,6 ha de formas de florestas perturbadas de tamanhos heterogêneos que, não fosse o Programa, poderiam desaparecer em função do crescimento da ocupação por moradias. A recuperação adequada e a delimitação dessas áreas para o Jardim Botânico de Cubatão permitirão um maior controle e a conservação desse trecho de floresta;
 - ii No Sítio dos Queirozes existem 11,21 ha com algum grau de degradação que se distribuem na borda do morro, além dos 9,52 ha em seu entorno;

- iii Em Pilões as áreas degradadas a serem regeneradas totalizam 18,59 ha e correspondem à locais ocupados por casas de alvenaria ou madeira, barracos de madeira, terrenos baldios, becos e vielas. A cobertura vegetal nativa nessa área foi substituída por uma rede de vias de ligação entre as quadras demarcadas e por edificações e campos antrópicos com diferentes níveis de degradação. No seu entorno estão cinco trechos com perturbações que somados totalizam 1,84 ha e que podem ser recuperados com medidas menos intensivas;
- iv No bairro Cota 95/100 são 11,41 ha, correspondendo a cinco zonas que se encontram ocupadas irregularmente por casas de alvenaria ou madeira, barracos de madeira, terrenos baldios, becos e vielas, que deverão ser reabilitadas. Existem também 4,48 ha de áreas perturbadas que, em sua maioria compõem a borda noroeste do bairro em áreas de declive acentuado e de risco geotécnico e que estariam suscetíveis à novas ocupações;
- v As regiões dos bairros Pinhal do Miranda e Cota 200 representam parte do efeito de borda gerado no PESM. Nesses bairros existem ao todo 6,6 ha de áreas degradadas que estão distribuídas nas invasões dos limites dessa Unidade de Conservação. No Pinhal do Miranda são sete áreas com sinais de degradação, totalizando 10,37 ha. Essas áreas estão concentradas na região Sul do bairro, limite com o PESM e são áreas que ultrapassaram sua capacidade de resiliência, pelo fato de ter sido suprimida a vegetação natural e por ter compactado e desgastado o solo pela ocupação das moradias, sendo necessária a intervenção humana para o processo de recuperação. As áreas perturbadas existentes nesse bairro são consequência do avanço desordenado da fronteira antrópica na região Sul, compondo ao todo 2,3 ha de áreas com algum grau de perturbação e que podem ser recuperadas com a desocupação e restabelecimento das áreas degradadas ao seu entorno;
- vi As áreas degradadas do bairro Cota 200 são predominantemente situadas no trecho íngreme da encosta da Serra do Mar e nas APP dos córregos que percorrem esse trecho inclinado. Ao todo são nove áreas a serem reabilitadas, totalizando 15,6 ha. Nos limites oficiais do bairro restam apenas 12,32 ha de floresta nativa, sendo os restantes 11,09 ha áreas perturbadas em 15 trechos que praticamente estão adjacentes às degradadas;
- vii O chamado setor 11 também contará com a reabilitação ambiental, através de regeneração natural, de seus 0,5 ha;
- viii No bairro Cota 400 são três áreas que necessitam recuperação que totalizam 7 ha, sendo a maior área a posicionada no setor Entre-pistas que também ocupa as APP dos córregos que descem a serra. Existem ainda 4,6 ha de áreas perturbadas que correspondem à oito trechos no entorno das áreas degradadas e limite com a Floresta Ombrófila Densa Submontana;
- ix No bairro Cota 500 a situação de degradação está concentrada em uma única área de 0,85 ha, existindo outras duas áreas com sinais de perturbação que somam ao todo 0,24 ha. Após a remoção das poucas moradias existentes, essa

área poderá ser recuperada a partir do seu abandono e cicatrização da clareira por regeneração natural.

- 4.5 Para além da reabilitação ambiental das áreas liberadas pelas ocupações irregulares, o Programa prevê a consolidação das áreas urbanas desafetadas do PESM em 1994, que passarão por obras de requalificação urbanística e serão consideradas seguras para moradia, sendo possível a regularização urbanística e fundiária, contando ainda com uma completa infra-estrutura de serviços. No momento das atividades de demolição de edificações e remoção de entulhos serão atentadas preocupações de re-estabilização geotécnica das áreas de remoções e áreas contíguas para que com estes esforços as áreas sejam objeto de recuperação florestal sem nenhum acúmulo de entulho sob a terra. Nos terrenos livres, privados ou públicos, sem problemas evidentes de instabilidade, os solos superficiais serão estabilizados através de recuperação florestal e, existindo plantios de monoculturas agrícolas como banana, mandioca ou outro tipo de “roça” que não permita a cobertura efetiva do solo, esta será eliminada e substituída por vegetação nativa. Em terrenos livres não loteados da área urbanizada, privados ou públicos, em que a impermeabilização para fins de estabilização não tenha sido indicada, os solos superficiais serão estabilizados através de plantio de espécies vegetais nativas.

Figura 6: Planta Geral de Urbanismo dos Bairros Cota 200 e 95/100-Pinhal do Miranda (anexo 2)



- 4.6 Outro expressivo ganho ambiental oriundo do Programa é a criação do Jardim Botânico de Cubatão, com seus propostos 348 ha de área. Para além de importante marco na mudança de paradigma de postura ambiental para o Município de Cubatão -tido em 1979 como o "Vale da Morte" devido aos altos graus de poluição- o Jardim Botânico representa a consolidação da importância da preservação ambiental para todo o Parque Estadual da Serra do Mar, coroando os esforços de regenerá-lo.
- 4.7 Segundo o informe "Propostas de medidas de recuperação e de reabilitação de áreas degradadas do Jardim Botânico de Cubatão", anexo 3, o processo de supressão da vegetação natural no interior do atual bairro da Água Fria foi ao longo dos anos causando a desproteção e o empobrecimento do solo, aumentando

as áreas compactadas e àquelas destinadas ao despejo e acúmulo de entulho. Tais alterações resultaram em 76,38 ha de áreas perturbadas e degradadas (19,29 ha - áreas perturbadas e 57,09 ha - áreas degradadas) que serão recuperadas ou reabilitadas dependendo do grau de alteração em que se encontram.

Figura 7: Perímetro do Jardim Botânico de Cubatão (anexo 7)



- 4.8 O perímetro do Jardim Botânico será de 14 km, e terá como acesso as principais vias da região da Baixada Santista como as Rodovias Padre Manoel da Nóbrega e Cônego Doménico Rangoni que interceptam as Rodovias Anchieta e Imigrantes, as quais representam os limites antrópicos entre a Serra do Mar e a planície costeira em Cubatão. As pistas da Rodovia dos Imigrantes são suspensas e não interferem nos limites do Jardim Botânico.
- 4.9 A missão do Jardim Botânico é a de "conservar espécies do Bioma Mata Atlântica em especial no Parque Estadual da Serra do Mar, promovendo pesquisa, educação, conscientização da sociedade sobre a importância das plantas na recuperação ambiental e na manutenção da qualidade de vida e da cultura das populações humanas, refletindo sobre as formas de ocupação da região e os impactos sócio-ambientais delas decorrentes, criando espaço didático pedagógico de lazer contemplativo e educativo, promovendo o cuidado com a vida, as relações humanas e a cultura da paz".
- 4.10 **Melhorias da Situação Socioeconômica dos Beneficiários:** as conclusões prospectivas da implementação do Programa, conforme demonstradas no relatório de "Análise de Impactos Socioeconômicos e Culturais" (anexo 6), são favoráveis ao mesmo. Afinal, a população que reside em situação de ocupação precária, sem segurança, exposta a uma série de riscos e causando danos ambientais a um dos mais importantes remanescentes da Mata Atlântica do país, após a implementação

- do Programa estará residindo em condições dignas, com segurança jurídica, dispondo de todos os serviços básicos fundamentais e com acessos a programas de apoio ao desenvolvimento social. Complementarmente, essa população - representada por 7.760 famílias- está sendo beneficiária de um programa habitacional de forma prioritária, em um município onde praticamente 50% da população vive em núcleos habitacionais irregulares. Ou seja, a existência do Programa condiciona uma mudança no paradigma ambiental e habitacional em Cubatão, o que leva a uma melhoria nas condições de vida e sua efetiva inserção social.
- 4.11 Das 7.760 famílias no núcleo Itutinga-Pilões, as 2.410 famílias que permanecerão nas áreas desafetadas do Parque terão suas ocupações regularizadas e consolidadas pelo Programa, contando com a infra-estrutura digna de um bairro regular, tendo inclusive melhorias nas habitações para adequação dessas infra-estruturas tais como rede de abastecimento de água, captação de esgoto, energia elétrica e coleta de resíduos sólidos. Ademais, serão organizados os acessos, reduzidas as densidades de moradias nos setores mais críticos, recuperadas as áreas irregularmente ocupadas e àquelas que oferecem riscos. Os projetos de urbanismo são vanguardistas em sua amplitude e levarão em conta as características vivenciais do próprio bairro. Serão introduzidos conceitos e equipamentos urbanos adequados à situação pós-remoções, tal como iluminação pública adequada, galeria de serviços (drenagem, esgoto e água), calçadas, passagens e vias de acesso seguras, proteção das vertentes através de parques lineares, área de eventos e praças de encontro. Também serão compatíveis com os preceitos geológico-geotécnicos que a região demanda.
- 4.12 Conforme consta do informe "Novos Padrões de Inserção Econômica e Atividades Rentáveis Alternativas para as Comunidades Envolvidas no Programa" (anexo 8), a situação com Programa gerará melhorias socioeconômicas alavancadas pelos projetos de melhoria e apoio à formação da população. Estes projetos compreendem ações voltadas à capacitação profissional, formação para as necessidades de organização associativa, de orientação para a gestão, contabilidade e comercialização da produção, assim como propiciar orientação técnica e gerencial às atividades de auto-emprego, visando o fortalecimento econômico. Também foram desenvolvidos projetos diretamente relacionados à geração de emprego, que ou tem abordagem individual, realizados sob responsabilidade das indústrias que aderirem ao Projeto, ou condizem à complementação da educação formal, realizados em estabelecimentos de ensino, por profissionais capacitados. A implementação destes projetos terá efeitos benéficos junto à população, como o fortalecimento das redes de solidariedade e o desenvolvimento de um espírito de cooperação no curto prazo. No médio prazo, os programas de fortalecimento educacional podem mudar a trajetória profissional dos jovens das áreas atingidas, abrindo novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, os programas de capacitação profissional e formação de associações e cooperativas podem, no médio prazo, significar uma inserção no mercado de trabalho de caráter mais permanente e ampliar a oferta de serviços para essa população, podendo ter forte impacto na renda gerada. Dessa forma, no longo prazo, o desenvolvimento dos programas pode ter repercussão na

- estrutura familiar e na ascensão econômica das famílias, além de ter rebatimentos na inserção geográfica desses moradores, nas suas condições de vida e de moradia.
- 4.13 Além de urbanizar e consolidar os bairros desafetados em prol das 2.410 famílias que lá ficarão, o Programa reassentará outras 5.350 famílias que residem em áreas de risco no interior nos bairros "cota" e outras 1.400 famílias residentes irregulares no interior do PESH em seus outros municípios (Cunha, Ubatuba, São Luís do Paraitinga, Natividade da Serra, Paraibuna, Caraguatatuba, São Sebastião, Salesópolis, Biritiba Mirim, Bertioga, Mogi das Cruzes, Santos, São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Juquitiba e Pedro de Toledo). A implantação do Programa representa, portanto, a consolidação definitiva do PESH e a garantia de sua sustentabilidade futura através da oferta de soluções habitacionais para todos os afetados pela construção de três novos conjuntos habitacionais em Cubatão, compra de imóveis e construção de habitações em outros municípios. A construção dos novos bairros, modernos e equipados com completa infra-estrutura de serviços, adicionarão 3.594 novas unidades habitacionais a um município com alto déficit habitacional sem gerar pressões em outras áreas sub-normais do Município ou da Baixada Santista, visto que outras unidades serão ofertadas nos municípios de São Vicente (540 UH), Santos (90 UH), Itanhaém (240 UH), Peruíbe (40 UH) e Praia Grande (320 UH). Além destas, serão concedidas cartas de crédito para compra de imóveis para os beneficiários não interessados no atendimento habitacional oferecido.
- 4.14 Conforme amplamente descrito no informe "Análise dos Aspectos Físicos e Urbanísticos nas Áreas de Reassentamento", anexo 2, todos os três novos bairros contemplam o parcelamento do solo, os projetos das redes de infra-estrutura (água, esgoto, drenagem, energia elétrica e iluminação pública), pavimentação, paisagismo e coleta de resíduos sólidos. A distribuição das áreas públicas atende às determinações da legislação federal relativa ao parcelamento do solo urbano, cabendo destacar que as áreas verdes e institucionais estão organizadas de forma a atender ao conjunto da área e a constituírem, na porção noroeste da gleba, área-tampão entre a ocupação urbana e as Áreas de Preservação Permanente (APP). Este procedimento resultou em áreas verdes e áreas institucionais com dimensões adequadas à demanda por equipamentos sociais e de lazer. As Áreas Institucionais estão organizadas em nove lotes, destinadas a receber equipamentos sociais e comunitários (Creche, Centros de Convivência, Escola, Estações de Tratamento do Esgotamento Sanitário), como descreve-se a seguir:
- 4.15 O primeiro dos novos conjuntos habitacionais, denominado de Residencial Rubens Lara – Jardim Casqueiro, contará com as seguintes características:
- i Total de 1.840 unidades habitacionais em gleba de 197.435 m²;
 - ii Diferentes tipologias de unidades, sendo: (a) 11 prédios de 8 pavimentos mais pilotis, com um total de 352 unidades habitacionais (UHs); (b) 53 prédios de 4 pavimentos mais pilotis, com um total de 1.098 UHs; e (c) 65 blocos de 3 pavimentos com 390 unidades habitacionais;

- iii Áreas verdes (14,3% da área) e institucionais (8,3% da área) com dimensões adequadas à demanda por equipamentos sociais e de lazer;
 - iv Localizado com os seguintes equipamentos sociais num raio de atendimento de 500 m a partir da área do empreendimento: (a) Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco; (b) Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET);
 - v Num raio de atendimento de 1.000 m: (a) Centro Esportivo Armando Cunha; (b) Escola de Canoagem e Raia Olímpica do SESI;
 - vi Num raio de 2.000 m: (a) Biblioteca Municipal do Jardim Casqueiro; (b) Unidade Básica de Saúde (UBS) Jardim Casqueiro; (c) Pronto Socorro do Jardim Casqueiro; (d) Centro de Convivência da Terceira Idade; (e) Creches Municipais Jardim Casqueiro e Nossa Senhora de Fátima; (f) Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) Estado de Pernambuco e Profa. Almerinda M. de Carvalho; e (g) Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) Antonio Ortega Domingues, Padre Manoel da Nóbrega e Padre Antonio Olivieri Filho;
 - vii Contato com a área de preservação das margens do Largo da Pompeba delimitado por “via parque” e ciclovia.
- 4.16 O outro empreendimento é denominado de Bolsão 9, e conta com as seguintes características:
- i Total de 1.154 unidades habitacionais em gleba de 14.610,00 m²;
 - ii Diferentes tipologias de unidades, sendo: (a) 186 UHs com dois dormitórios (49,78 m² de área útil); (b) 232 UHs com três dormitórios (59,96 m² de área útil); (c) 40 Unidades de uso misto (três dormitórios + comércio / serviço, 78,90 m² de área útil); (d) 424 Unidades sobrepostas com três dormitórios (49,77 m² de área útil); e (e) 272 Unidades sobrepostas com três dormitórios (40,58 m² de área útil).
 - iii Áreas verdes (47,14% da área) e institucionais (3,25% da área) com dimensões adequadas à demanda por equipamentos sociais e de lazer;
 - iv Áreas Institucionais organizadas em nove lotes, destinadas a receber equipamentos sociais e comunitários (Creche, Centros de Convivência, Escola, Estações de Tratamento do Esgotamento Sanitário);
 - v Setor destinado a comércio (cerca de 13 mil m²), que ocupa quadra em posição centralizada, limítrofe à via que interliga a área ao Bolsão 8;
 - vi Inserção como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, conforme previsto no Plano Diretor do Município.
- 4.17 O terceiro novo bairro é denominado Bolsão 7, que terá um total de 600 unidades habitacionais, também se inserirá como ZEIS, conforme previsto no Plano Diretor do Município. Enquanto seus projetos ainda encontram-se em elaboração, sabe-se que existirá uma reserva ambiental envolvendo a área de ocupação que corresponde às faixas de preservação das margens dos canais de drenagem e a

área com vegetação em processo de regeneração. Outra informação importante é que 25% das unidades habitacionais são aptas para atender famílias com portadores de necessidades especiais ou idosos, quantidade bastante superior aos casos registrados no cadastro socioeconômico.

- 4.18 Além do atendimento habitacional através da construção dos três novos bairros acima mencionados, os reassentados poderão optar, mediante cadastro e critérios definidos como tempo de residência, por outras unidades habitacionais adquiridas para o Programa em outros municípios da Baixada Santista, conforme descrito no parágrafo 4.13.

Figura 8: Implantação dos 3 Novos Bairros em Cubatão e exemplos de diferentes tipologias



- 4.19 **Melhorias na Infraestrutura e Capacidade de manejo do PESM:** a retirada das ocupações irregulares de dentro do PESM e subsequente urbanização das zonas desafetadas resultará em um grande avanço quanto à capacidade de manejo do Parque. Sem a interferência das ocupações irregulares e com vias de acesso propícias, os limites originais das áreas desafetadas poderão ser restituídos, sendo que cinco fatores se somam na garantia da manutenção de tais mudanças:

- i A urbanização dos bairros desafetados contempla a construção de vias perimetrais que contornam as áreas desafetadas, resultando em uma barreira claramente identificável;

- ii Por tais vias circulará um efetivo maior da Policia Militar Ambiental que realizará os trabalhos de controle e fiscalização das áreas de conservação e proteção ambiental;
- iii Controle mais efetivo de acesso ao interior do Parque, conforme rege o plano de manejo, pois apenas em casos de objetivos específicos -tais como o acesso à obras ou equipamentos de infra-estrutura tipo torres de transmissão de energia, antenas de comunicação, estradas de serviço para manutenção de dutos, rodovias, ferrovias, barragens, reservatórios ou estações de bombeamento ou tratamento de água- o acesso será autorizado;
- iv As áreas hoje ocupadas não serão abandonadas, mas sim desconstruídas e reflorestadas, criando um outro impeditivo à possíveis novas invasões;
- v Os bairros consolidados contarão com um menor número de ocupantes que terão suas situações de posse regularizadas, tendo assim incentivos de denunciar novas invasões para preservar seu patrimônio;
- vi Criação do Jardim Botânico de Cubatão no atual núcleo Água Fria, que ocupará não apenas a totalidade da atual área afetada mas também diversas outras áreas fronteiriças com ocupações antrópicas.

4.20 **Conscientização e Participação da Sociedade Civil na Proteção do PESH:** o maior dos efeitos positivos no sentido da conscientização relacionados ao PESH é a construção do Jardim Botânico de Cubatão em parte da área desocupada pelas ocupações irregulares. O Jardim Botânico terá diversos aspectos de interação com a comunidade, tais como a matriz para recuperação de áreas degradadas, educação para a conservação da biodiversidade, difusão de conhecimento sobre o bioma em que se insere, capacitação profissional e também pesquisa científica.

4.21 A sociedade civil estará sendo amplamente beneficiada pelo Programa também sob outras óticas. Para a população que foi erradicada do Parque, condições humanas dignas estão sendo oferecidas em prol da melhoria ambiental do Parque e da redução de riscos diversos, fato este que o trabalho de assistência social trabalha juntamente com o tema ambiental, sublinhando as remoções. A população remanescente nas áreas desafetadas também ganhará uma nova dimensão ambiental ao habitar em bairros consolidados, além de contarem com áreas de lazer e possivelmente de renda através dos mirantes e auditórios em seus bairros. A participação da sociedade em todas as etapas do Programa é uma constante, e as ações de sustentabilidade econômica e ambiental dos projetos, seja dos novos conjuntos habitacionais ou seja dos novos bairros requalificados, foram planejadas para permitir uma convivência pacífica entre os habitantes e as áreas de preservação ambiental que ocupam grande parte do Município de Cubatão e possibilitar oportunidades de desenvolvimento econômico para a população atendida. O objetivo é o de valorizar e estimular novos hábitos e o comprometimento frente à necessidade de desenvolvimento sustentável na região, sendo que até o tratamento respeitoso e digno à todos os moradores dos bairros “cota” constitui-se em um exercício de cidadania plena.

4.22 Para a sociedade civil de modo geral os ganhos em participação e conscientização são amplos. O mesmo fator que deu origem aos bairros “cota” -estar entre as duas principais manchas habitacionais do estado de São Paulo em meio à diversos desenvolvimentos- torna-se o maior fator pró-conscientização para os que pela região transitam. A efetivação do Programa irá, através de estratégias de comunicação, buscar sensibilizar o público em geral quanto a necessidade de conservação e de preservação de áreas verdes, pois isso é fundamental para a própria saúde e para o bem estar coletivo. A possibilidade de estimular mudanças de atitude individuais e coletivas para contribuir com um ambiente mais saudável é uma das características intrínsecas à complexidade, porte e dimensão do Programa.

2 Impactos Negativos

4.23 **Socioeconômicos:** embora o Programa tenha um vasto arsenal de impactos positivos, há também alguns negativos, principalmente os oriundos do reassentamento. Como forma de avaliar o impacto das mudanças socioeconômicas advindas deste, foram identificados e analisados 19 impactos, sendo que uma quinta parte foi classificada como de natureza adversa ou negativa. Existem, portanto, impactos adversos em dois fatores, na mudança de local de residência e conseqüente desorganização do cotidiano doméstico e na questão econômica, seja pelo aumento de gastos obrigatórios com as novas residências, seja na perda de algumas oportunidades de trabalho, mas em todos os casos mitigáveis e temporários. São eles:

- i Ruptura da organização comunitária e de redes de apoio e solidariedade: todo processo de remanejamento populacional causa rupturas nas redes sociais e de solidariedade existentes nas comunidades, principalmente nas de baixa renda, onde as redes são partes das estratégias de sobrevivência. Conseqüentemente, a retirada de mais de 5.000 famílias e o reassentamento em diferentes conjuntos habitacionais terá efeitos na organização das comunidades e irá comprometer as redes de solidariedade existentes, bem como afetará as redes da população que irá permanecer nos núcleos. A desorganização inicial e recomposição das redes sociais irão estabelecer um período de readaptação que poderá prejudicar algumas famílias, geralmente as mais vulneráveis e dependentes dos aportes e solidariedades das comunidades. O impacto, embora negativo, é temporário;
- ii Aumento das despesas com a moradia: um dos maiores impactos do reassentamento de comunidades de baixa renda está vinculado com os aumentos de gastos que representa a mudança de uma situação de residência irregular, onde os serviços são clandestinos ou improvisados e normalmente não são remunerados, para uma situação de legalidade, onde existem direitos e obrigações, dentre as quais os pagamentos de taxas e serviços. A situação particular do Programa é mais grave no sentido de que o acesso as residências embutem um custo mensal permanente, seja com as prestações nos casos de contrato de compra e venda, ou de taxa de ocupação para os casos de concessão ou permissão de uso. Muito embora o programa habitacional de interesse social seja condizente com a situação de renda de seu público,

sempre existe uma maior pressão sobre o orçamento familiar. Nesse sentido o impacto é considerado negativo e permanente;

- iii Mudança de habitat: Apesar da condição de precariedade da infraestrutura e da maioria dos domicílios, as áreas onde se localizam os núcleos habitacionais apresentam características privilegiadas em termos ambientais: a vizinhança e/ou ocupação de uma unidade de conservação dá livre acesso a mananciais, cachoeiras e rios, matas e toda uma variedade de recursos naturais e paisagens, proporciona uma sensação que normalmente é entendida pela população como representativa de boa qualidade de vida, em confronto com o permanente stress da vida urbana. Esse aspecto é relativizado tanto pelo fato de que a proximidade com o meio natural traz associada a presença de animais peçonhentos e insetos que molestam a população e podem causar acidentes indesejáveis, como em função de que as porções mais densamente ocupadas muito pouco se beneficiam dessa situação ambiental particular. A questão do espaço natural disponível por habitante é um efeito que irá afetar mais a população que será reassentada nos empreendimentos habitacionais. Além da mudança de ambiente, também será perdida a proximidade com a mata, que possibilita várias atividades ilegais de extrativismo que ajudam nas estratégias de sobrevivência. Considerando que esse aspecto, apesar de irrelevante, afeta uma forma de vida bastante consolidada, o impacto é considerado negativo e temporário;
- iv Perda de oportunidade de trabalho: parte da população afetada sofrerá uma perda de ocupações produtivas ou uma maior dificuldade em continuar exercendo as mesmas atividades. Muitos moradores dos núcleos trabalham para as empresas próximas em serviços eventuais de manutenção, situação que ficará prejudicada pela distância dos empreendimentos habitacionais. Também algumas atividades são desenvolvidas diretamente nos domicílios ou no próprio bairro e serão prejudicadas pela falta de espaço e pelas restrições de uso existentes nos empreendimentos habitacionais. Por outro lado a maioria trabalha fora dos núcleos e terá as distâncias diminuídas, o que será um facilitador, além de reduzir os tempos e os custos de locomoção. O efeito sobre as ocupações é considerado como um impacto negativo, porém temporário;
- v Tensões sociais: pode-se distinguir claramente dois perfis de aceitação por parte da população que será removida quanto ao Programa. Aquelas famílias que estão em situações mais vulneráveis e que moram em condições precárias e nas áreas de maior risco, aceitam o Programa e desejam ser removidos e reassentados o mais breve possível, questionando quando irão se mudar e quanto haverão pagar. Já o grupo que opõe-se ao Programa ou habita áreas mais consolidadas e tem um maior nível de investimento nas suas moradias, ou oferecem serviços como pequenas oficinas, salões de beleza, revenda de produtos básicos e de cosméticos, etc. Essa tensão é considerada um impacto negativo e temporário;
- vi Dificuldades quanto à implantação do Programa no núcleo de Água Fria: dos núcleos que serão integralmente removidos, os mais consolidados são Água

Fria e Pilões, e por isso espera-se deles a maior resistência ao reassentamento. Água Fria, onde será instalado o Jardim Botânico de Cubatão, está integralmente localizada no PESM e à margem direita do rio Cubatão, próximo à captação de água da SABESP. Na rua principal do bairro, servida regularmente pelo transporte público municipal, existem comércios e prédios públicos, entre eles um Centro de Saúde. Conforme evidenciado pelo relatório "Conhecimento da comunidade local" (anexo 9), mesmo sabendo que habitam área do PESM e por vezes com riscos de inundação, preferem permanecer no local. Além disso, o relatório identifica que eles contam com programas sociais, tendo como parceiros a prefeitura, ONGs, associação e igrejas. A resistência do núcleo, embora vista como negativa, constitui-se em um efeito temporário.

vii Dificuldades quanto à implantação do Programa no núcleo de Pilões: o núcleo também detém áreas consolidadas e, como no caso de Água Fria, abriga um grupo de pessoas que não querem ser reassentadas e que argumentam que seria melhor destinar os recursos do projeto para a urbanização do bairro. Essas dificuldades são vistas como inerentes ao processo de reassentamento e são regularmente discutidas com os envolvidos.

- 4.24 **Ambientais:** são irrelevantes os impactos ambientais se comparados à área reabilitada como Parque Estadual.
- 4.25 **Outras Considerações:** o maior risco, tanto do ponto de vista socioeconômico como ambiental, é o de re-invasões no PESM a médio e longo prazo. Por mais que o Programa feche quase todas as arestas para que essa possibilidade seja a menor possível, torna-se impossível eliminá-lo por completo. Cubatão é um município que sofre com problemas habitacionais ao ter favelas e poucas novas áreas passíveis de serem desenvolvidas. A melhora na capacidade de fiscalização e monitoramento da Polícia Militar Ambiental, compreendido pelo componente 3 do Programa, torna-se o maior mitigador deste risco, embora incentivos de ordem econômica, como um melhor desenvolvimento de Cubatão, seriam também desejáveis.
- 4.26 Para as ações condizentes ao PESM, não existem outros impactos negativos relevantes, visto que a construção das novas unidades habitacionais seguem à risca todos os procedimentos normais de cuidados ambientais em suas construções, inclusive respeitando e consolidando as áreas dos Bolsões com áreas verdes significativas. Ademais, o local das obras dos novos bairros é uma planície constituída por depósitos detrítico vaso-arenoso e por sedimentos arenosos e argilosos nos trechos mais elevados. Os aterros e serviços de drenagem antigos e recentes, efetuados respectivamente na Via Anchieta, na Rodovia dos Imigrantes e na interligação Anchieta-Imigrantes, promoveram significativas alterações na paisagem local, logrando a área de difícil recuperação (outrora era composta por manguezal e restinga). A ocupação proposta está em acordo com o ordenamento territorial do município de Cubatão, adequando-se ao Plano Diretor do Município.

B. Mosaico da Juréia-Itatins

1 Impactos Positivos

- 4.27 **Redução dos Impactos Ambientais:** as reduções dos impactos ambientais causados ao Mosaico da Juréia-Itatins se darão pelo Programa através do conjunto das ações tomadas em relação as UCs e não advindos de uma específica. Enquanto sua quantificação torna-se difícil, infere-se que a implementação do plano de manejo através da melhoria em infraestrutura consiga reduzir os usos indevidos de terra no interior da área, o que leva conseqüentemente à diminuição de seus impactos correlatos, tal como o uso de insumos químicos.
- 4.28 **Reabilitação Ambiental:** tal como com o PESM, as áreas do mosaico que serão dedicadas exclusivamente à conservação - sem permissão de uso - terão suas áreas degradadas integralmente reabilitadas, recuperando gradativamente suas funções ecológicas e ambientais. Isso irá causar uma melhora na viabilidade de longo prazo dos sistemas ecológicos protegidos. Os melhores instrumentos de gestão, controle e monitoramento do Mosaico da Juréia-Itatins sanarão uma de suas principais deficiências: a pressão de ocupação. Tal pressão, que resulta no uso inadequado das terras, irá diminuir grandemente, desencadeando uma série de impactos positivos tais como a cessão da degradação ambiental causada pela invasão de áreas de vegetação natural e a conseqüente reabilitação das áreas, muitas vezes por regeneração natural.
- 4.29 **Melhorias da Situação Socioeconômica dos Beneficiários:** o Mosaico terá duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), e para elas contempla-se o desenvolvimento dos dois projetos de sustentabilidade. Tais projetos irão abordar as estratégias de sobrevivência das populações de forma a reduzir seu impacto ambiental e a manter ou aumentar seus níveis de renda, sendo portanto um impacto positivo e de longo prazo para as comunidade tradicionais. Ademais, o Programa prevê o desenvolvimento de metodologias para a regularização fundiária, que é o primeiro passo para a regularização efetiva da posse da terra.
- 4.30 **Melhorias na Infraestrutura e Capacidade de manejo do Mosaico da Juréia-Itatins:** atingir a melhoria na infraestrutura e capacidade de manejo é o principal objetivo do Programa no seu tangente o Mosaico, fato pelo qual constitui-se também em seu principal ponto positivo. Destaca-se a finalização do plano de manejo do Mosaico, documento que guiará todo e qualquer esforço conservacionista relativo à área. Juntamente com o plano, estabelecer-se-á a coordenação geral da UC e seu conselho gestor, assim como se regulará e fortalecerá os demais conselhos da área. A melhora na infraestrutura administrativa é seguida pela melhora na infraestrutura de acessos, comunicações, sinalizações, saneamento e energia nas unidades de proteção integral e de desenvolvimento sustentável. A demarcação clara do uso das terras, somado ao maior controle, causará a transformação de áreas impróprias hoje utilizadas como pasto para a criação de gado, cultivos de citrus, mandioca, bananicultura, e até silvicultura, sejam revertidos ao seu estado natural.
- 4.31 A melhora substancial que o Programa fornecerá à Polícia Militar Ambiental é de fundamental fator para que a melhora na infraestrutura de gestão seja traduzida

- para ações na prática. O desenvolvimento do sistema de monitoramento e controle via sistema de informação geográfica permitirá uma grande agilidade no policiamento das áreas e também na sistematização dos dados sobre o uso e ocupação das terras.
- 4.32 **Conscientização e Participação da Sociedade Civil na Proteção do Mosaico de UCs:** a sociedade civil estará amplamente beneficiada com o Programa uma vez que ele fortalece a infraestrutura e capacidade de manejo do Mosaico, fato este que está intimamente ligado à conscientização das populações tradicionais em relação à área. O próprio estabelecimento do Mosaico é um largo passo para a aceitação da população em relação aos limites de uso e ocupação vez que definir-se-ão as zonas de desenvolvimento sustentável e a estação ecológica, com claras diferenças de uso. Programas de educação ambiental e capacitação também estão previstas no Programa para conscientizar a sociedade civil de sua participação nas atividades de uso público, hospedagem e outras atividades relacionadas à área.

2 Impactos Negativos

- 4.33 **Socioeconômicos:** muito embora a instituição do Mosaico de UCs envolvendo as duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável garantam às populações tradicionais que lá habitam condições legais de continuarem com seus afazeres, o maior controle e regramento de suas atividades poderá acarretar em mudanças em algumas de suas estratégias de sobrevivência. Os impactos negativos ainda não conseguem estar devidamente mensurados, mas estão contemplados no Plano de Manejo das UCs, cujo objetivo é justamente o de aumentar seus níveis de renda concomitante à redução de seus impactos ambientais. O estabelecimento das UCs de Itinguçu e Prelado como Parques Estaduais também gerarão empregos diretos e indiretos, que no médio prazo podem compensar as alterações no atual *modus vivendi* das populações locais. Os efeitos negativos trazidos pelas mudanças, portanto, são classificados como temporários.
- 4.34 **Ambientais:** o único impacto negativo previsto com a implantação do Programa para o Mosaico da Juréia-Itatins é o gerado pela construção das novas estruturas das UCs, impactos estes que são facilmente mitigados e previsíveis. As demais intervenções ocorrem no intuito de implementar o Plano de Manejo das UCs, que preza pela manutenção e melhoria de suas funções ecológicas e ecossistêmicas, sendo os impactos largamente positivos.

C. Mosaico das UCs Marinhas

1 Impactos Positivos

- 4.35 Os impactos positivos advindos da implantação do Programa nos Mosaicos de UCs Marinhas são basicamente oriundos da melhora de sua infraestrutura e capacidade de manejo. Visto que tratam-se de UCs recém criadas, o início de suas atividades como áreas efetivas de conservação requerem a realização de significativas mudanças nos paradigmas locais.
- 4.36 A elaboração do plano de manejo para a área é o passo fundamental para a consolidação das mesmas, visto que foram decretadas como de proteção

- ambiental recentemente. O Programa irá beneficiar a organização e readequação de uso dos territórios marinhos, sendo que as atividades de uso público estarão melhor reguladas e seu controle será mais efetivo. Os processos possibilitados pelo Programa, incluindo a formação e implementação dos conselhos gestores e o estabelecimento de câmaras técnicas (CT) para os diversos assuntos -como planejamento e pesquisa, pesca e educação e comunicação- trazem impactos positivos ainda mais significativos quando realizados em conjunto com as partes interessadas. A conscientização e participação da sociedade civil na proteção das UCs Marinhas está enraizado na participação desta no conselho gestor e nas diversas atividades participativas desenvolvidas e a desenvolver na composição das regras que guiarão o manejo das áreas.
- 4.37 No âmbito da consolidação das UCs como áreas de proteção, a atuação da Polícia Militar Ambiental é fundamental e complementar à efetividade do controle das vastas áreas Marinhas. Tal como para o Mosaico da Juréia-Itatins, o desenvolvimento do sistema de monitoramento e controle interligado à Secretaria do Meio Ambiente concederá aos gestores das UCs a capacidade de sistematizar e acompanhar com precisão e rapidez os dados das áreas.
- 4.38 Os impactos positivos a serem alcançados por este componente do Programa, tal como a redução dos impactos ambientais, a reabilitação ambiental e as melhorias da situação socioeconômica, se darão de maneira indireta ao fortalecimento institucional do Mosaico, fato pelo qual sua mensuração torna-se apenas tentativa.

2 Impactos Negativos

- 4.39 **Socioeconômicos:** a instituição de unidades de preservação acarreta em mudanças para as pessoas que habitam suas áreas ou que dependem de seus recursos para sobrevivência, a exemplo dos caiçaras que vivem da pesca artesanal ao longo de todo o litoral paulista. O que confere às comunidades tradicionais a própria classificação de 'tradicionais' é justamente o longo tempo adotando as mesmas estratégias de sobrevivência, sendo as mudanças impostas pelo manejo das UCs, portanto, provavelmente sentidas à curto prazo como negativas. A médio e longo prazo a implementação dos planos de manejo para as APAs Marinhas se constituirão em mudanças positivas, visto que preservarão o recurso fundamental dos caiçaras, os marinhos. O aumento registrado no esforço da pesca tem levado ao rápido declínio nas quantidades embarcadas e à depreciação do preço dos peixes. Uma vez manejados, as taxas de recuperação das espécies, principalmente aquelas com maior valor de mercado, aumentarão, significando que o esforço de pesca irá diminuir enquanto as quantidades embarcadas aumentarão. Tal como para o Mosaico da Juréia-Itatins, os impactos negativos ainda não conseguem estar devidamente mensurados, mas serão devidamente contemplados no Plano de Manejo das UCs. Os efeitos negativos trazidos pelas mudanças, portanto, são classificados como temporários.
- 4.40 **Ambientais:** o único impacto negativo previsto com a implantação do Programa para o Mosaico das UCs Marinhas é o gerado pela construção das novas estruturas, impactos estes que são facilmente mitigados e previsíveis.

D. Síntese do Prognóstico da Situação Com o Programa

1 Impactos Positivos

- 4.41 Os impactos esperados pela implementação do Programa são fortemente positivos, tanto do ponto de vista ambiental quanto social (ver síntese dos impactos esperados no Apêndice). Entre os principais impactos ambientais e sociais positivos encontram-se:
- 4.42 Extinção das ocupações irregulares, delimitação e controle de expansão de áreas desafetadas, regularização fundiária dos limites do PESM, reordenação e controle do uso e da ocupação da terra, remodelamento do sistema viário, contenção e controle dos movimentos de massa, recuperação de matas ciliares, regularização dos sistemas de coleta de esgoto, de lixo, tratamento de resíduos sólidos, reciclagem, implantação de serviços e equipamentos sociais comunitários, sustentabilidade socioeconômica das famílias, implantação de cooperativas de serviço, projetos de complementação educacional e profissional educação e de meio ambiente, aproximação entre comunidade e PESM, instalação do Jardim Botânico de Cubatão, implantação de cooperativas de formação e educação ambiental associada ao Jardim Botânico.
- 4.43 Controle da perfuração florestal, do efeito da borda e de outras ações antrópicas sobre a floresta, redução e reordenação da via de acesso, manutenção dos processos e das funções ecológicas do sistema natural, estabelecimento de novos conectores de paisagem e contenção do processo de fragmentação, inibição de ações predatórias sobre a fauna e a flora e sobre as condições e os recursos naturais, manutenção na qualidade e na quantidade de água, proteção de encostas, restabelecimentos de equilíbrio trófico dos sistemas aquáticos, melhoria da capacidade de infiltração e de porosidade do solo, depuração dos resíduos, restauração de biodiversidade aquática, melhora na qualidade de vida da população humana, diminuição da violência, conscientização e educação ambiental e social, valorização da mão-de-obra e outras atividades de produção, melhoria nas condições econômicas, qualificação profissional, emprego, remuneração valorizada, crédito no poder público, apoio de credibilidade da comunidade para o empreendedores e empregabilidade, habitações adequadas oportunidades e formação de crianças e jovens, elevação da auto-estima da população, valorização da história de vida da comunidade, inserção social e responsabilidades, maior participação na esfera pública do município, fortalecimento das parcerias entre lideranças comunitárias e poderes públicos, garantia da segurança e controle das atividades industriais sem oferecer riscos à população das áreas desafetadas, minimização dos conflitos entre a população e o PESM, reforço dos laços entre comunidade e PESM, criação de empatias com o fortalecimento do vínculo da comunidade com a preservação da natureza e as atividades a serem desenvolvidas PESM, educação ambiental e treinamento de profissionais de conservação de biodiversidade, implantação de projetos sociais, culturais e ambientais, acesso às informações ambientais e legais, canal de comunicação entre sociedade e governo, capacitação de recursos humanos, interesse do público à situação ambiental, desenvolvimento turístico, histórico e cultural, esclarecimento de que o PESM tem a função de proteger espécies

silvestres, raras, ou ameaçadas de extinção, especialmente no âmbito local bem como resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas e mantém a qualidade ambiental em seu interior e entorno imediato, transmissão da importância para preservação e conservação da Mata Atlântica, interesse de órgão privado e público nacional e internacional em manter a conservação e a preservação do PESM e de seu entorno.

2 Impactos Negativos

- 4.44 Risco de propagação de novas espécies exóticas em função da instalação do Jardim Botânico, risco de conflitos a curto prazo, risco de reocupações ilegais, maiores gastos nas novas instalações (água, luz, impostos e taxas), redução da capacidade econômica das famílias, risco de comercialização das novas moradias e de terrenos desocupados da situação irregular.
- 4.45 Invasão de espécies exóticas, risco da perda do controle da expansão nas áreas desafetadas, reincidências de invasões, alteração nas relações de vizinhanças, risco de falência dos sistemas de cooperativismos que já existem, risco de não implementação de novas cooperativas e parcerias, risco de prejuízos nas relações de ajuda mútua e convívio.

V. GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL DO PROGRAMA

- 5.1 Os estudos, desenhos, obras, plano de reassentamento e demais atividades realizadas no contexto deste Programa foram feitos em conformidade com as diretrizes e disposições aplicáveis da Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703) e da Política de Reassentamento Involuntário (OP-710) do BID, conforme demonstrado na seção II.

A. Gestão dos Impactos Ambientais

1 Construção de Infraestrutura

- 5.2 Os possíveis impactos ambientais negativos detectados, associados à construção e operação das obras previstas (tanto as obras dos novos bairros quanto da infraestrutura de gestão no Mosaico da Juréia-Itatins e no Mosaico das UCs Marinhas) são rotineiros e passíveis de ações mitigadoras e preventivas, adicionadas aos seus respectivos contratos de obra. Os editais para contratação das obras, pelas regras de licitação Nacionais (Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993), dotam ao Edital peso legal para ditar as regras da contratação, regendo todas as relações, obrigações e deveres para a execução de uma obra.
- 5.3 No caso da CDHU, a exigência das licenças ambientais está constando como parte integrante destes. Os editais de contratação das obras das novas unidades habitacionais a serem construídas no Município de Cubatão têm em seu primeiro item de Objeto, sub-item "a": "Elaboração de projetos executivos de edificação, fundações, terraplanagem, pavimentação, urbanismo, paisagismo, drenagem,

- redes de abastecimento de água, incêndio e de esgoto sanitário, elétrica, telefonia e rede de gás; aprovação e licenciamento do empreendimento em todos os níveis governamentais".
- 5.4 Outro item pertinente aos licenciamentos consta da segunda Ordem de Início de Serviços (OIS) contemplada na contratação da CDHU para a construção das novas unidades habitacionais em Cubatão (Jardim Casqueiro, Bolsão 9 e Bolsão 7), que define as condições para a execução das obras e serviços de infraestrutura e edificações. Como condicionante à obtenção desta OIS, a empresa contratada deverá cumprir com diversos marcos contratuais, entre eles o disposto no item "k": "alvarás, licenças inclusive ambientais e outorgas expedidos pelos órgãos competentes e necessários para a instalação e execução das obras". Dentre estas licenças e alvarás estão os requeridos pelas Secretarias do Meio Ambiente para o cumprimento das necessidades de adaptação, tanto em nível municipal como estadual.
- 5.5 Mecânica similar é encontrada nos editais de contratação das obras de consolidação dos bairros "cota" (200 e 95/100), sendo exigidos das empresas contratadas a obrigatoriedade de deterem as licenças, outorgas e alvarás que se fizerem necessários, inclusive as de cunho ambiental. A liberação dos pagamentos, vinculadas à liberação das ordens de serviço estão vinculadas à obtenção das licenças. Para referência, consta do item "8.1.4.6" do Edital. Em específico para as obras de consolidação, prevê-se no item "7.4.3" do Edital que a limpeza de terreno deverá ser executada predominantemente com o emprego de serviços manuais, complementados pela utilização de equipamentos adequados, leves, a serem indicados pela Fiscalização. A limpeza somente será executada após a aprovação dos órgãos públicos competentes e de acordo com o licenciamento ambiental concedido.

2 Construção em Áreas de Risco Geológico

- 5.6 O plano de ações preventivas contra instabilizações, desenvolvido para as obras de consolidação das áreas desafetadas dos núcleos do PESM por se tratar de áreas com risco geológico. Para a mitigação dos mesmos, haverá:
- i Redução máxima da infiltração de água no terreno e drenagem através da implantação de denso sistema de drenagem superficial com um máximo de 1/3 das áreas não edificadas dos lotes em condições naturais;
 - ii Impermeabilização de todo o espaço público;
 - iii Eliminação de todas as fossas de infiltração e destinando a drenagem de águas já infiltradas através de drenos horizontais profundos;
 - iv Estabilização e contenção de terrenos através da impermeabilização de taludes, drenagem das estruturas de arrimo e das impermeabilizações de taludes e do reflorestamento ou plantio de espécies vegetais em terrenos livres, privados ou públicos;
 - v Haverá também o Monitoramento Geotécnico através da instalação de Piezômetros (45 na Cota 200 e 45 nas Cotas 100/95); Inclinômetros (40 na

Cota 200 e 60 nas Cotas 100/95); e especificações técnicas para instalação e leituras;

- vi Regulamento Técnico (Código de Obras Específico): Responsabilidades da administração pública e dos moradores; diretrizes para o uso e ocupação do solo; diretrizes para serviços e obras em novas e antigas edificações; diretrizes para sistema de infiltrações e drenagem; obrigatoriedades, fiscalização, multas e penalizações.

3 Plano de Reabilitação Ambiental das Áreas Degradadas

- 5.7 O planejamento da reabilitação ambiental das áreas degradadas do Programa, principalmente aquelas relativas às áreas desocupadas do PESM pelas ocupações habitacionais irregulares, iniciou-se pela identificação das áreas e seus diferentes estados de degradação à partir do auxílio de ortofotos e sistemas de informação geográficas. Todos os núcleos tiveram suas áreas identificadas e mensuradas, listadas em detalhes no informe "Indicação de áreas degradadas no limite do Jardim Botânico de Cubatão" (anexo 10), com o auxílio de coordenadas geográficas e mapas.
- 5.8 A partir do mapeamento tornou-se possível classificar as áreas de acordo com seus estados de degradação, utilizando-se a seguinte diferenciação: (i) áreas degradadas onde já ocorreu, em algum grau, perturbações em sua integridade, sejam elas de natureza física, química ou biológica; ou (ii) áreas perturbadas, que são aquelas que já sofreram distúrbios, mas que mantiveram seus meios bióticos de regeneração. As áreas degradadas necessitam de intervenções humanas para que viabilizar a restituição de sua integridade estrutural, visto que apresentam baixa resiliência. Já as áreas perturbadas, por manterem sua resiliência, são passíveis de revegetação e recuperação por meio natural.
- 5.9 Para todas as áreas a serem recuperadas oriundas da desocupação das atuais moradias irregulares, as atividades de recuperação devem levar em consideração a drenagem, devendo ser executadas as obras de urbanismo cabíveis nas áreas de risco geotécnico e geológico, para a readequação e prevenção de processos erosivos em virtude da declividade e descobertura vegetal do terreno. Após a remoção de moradias e isolamento da área e da retirada dos fatores de degradação como a remoção de lixo e entulhos, pode-se iniciar a terceira atividade: a descompactação do solo. Isso deverá ocorrer através de técnicas que não comprometam a estrutura do solo e que não ocasionem movimentação de massa, especialmente nos locais mais íngremes. Segue-se com a preparação e melhoramento das condições agronômicas dos solos superficiais do terreno, análise e correções no solo (características físicas, químicas e microbiológicas).
- 5.10 Para os casos de maior compactação do solo, devem ser feitas intervenções como aração, gradagem e subsolagem, além dos melhoramentos agronômicos. As áreas de floresta que foram quantificadas no interior dos bairros podem servir como fonte à indução e condução da regeneração com propágulos autóctones, ou seja, essas áreas remanescentes poderão ser utilizadas como banco de transferência de sementes. Portanto, as correções microbiológicas podem ser feitas através da retirada de pequenas porções da camada superficial do horizonte orgânico do solo

- (5 cm de solo) das áreas com sucessão mais avançada para transferência nas áreas em recuperação, de tal forma a elevar as probabilidades de recolonização da área por microorganismos, sementes, propágulos de espécies vegetais pioneiras e espécies da micro, meso e macro fauna/flora do solo.
- 5.11 Juntamente com a etapa de preparo das áreas para o reflorestamento, devem ser tomadas medidas preventivas como a eliminação seletiva ou o desbaste de espécies arbóreas ou arbustivas competidoras, uma vez que podem ser plantas agressivas que costumam dominar as bordas e o interior de fragmentos florestais e que competem vigorosamente com a regeneração das espécies dos estratos superiores, dificultando o avanço sucessional dessas áreas.
 - 5.12 Em casos de terrenos muito inclinados que serão desocupados e que possuem elevada instabilidade do solo, se for necessário deverão ser feitos terraços de interceptação com escadouros, visando interceptar o movimento de excessos de enxurradas e conduzir a água em um desnível progressivo, evitando seu acúmulo e prevenindo escorregamentos de encosta. Nas prováveis áreas de terraceamento recomenda-se o plantio de adubação verde para melhoria das características físicas e químicas do solo, o transplante de serapilheira juntamente com a transposição da camada superior do solo (camada orgânica) e banco de sementes e o plantio em área total. Existindo bananeiras, essas deverão ser erradicadas, uma vez que suas raízes não cumprem com a função de estruturação do solo e podem acumular grandes volumes de água.
 - 5.13 Após mapear, classificar as áreas de intervenção e preparar o solo, objetivando a eliminação e minimização dos efeitos adversos decorrentes das ações antrópicas que desencadearam os danos ambientais presentes, o Plano de Reabilitação Ambiental segue pela listagem das espécies arbóreas nativas a serem utilizadas para o reflorestamento. A seleção de espécies para o plantio de recuperação nesse tipo de situação deve considerar 60% delas (1.500 mudas/ha) com crescimento rápido. Tais espécies, conhecidas como pioneiras, podem ainda ser selecionadas preferencialmente de acordo com a atratividade de fauna, de tal forma a otimizar a sucessão ecológica e reduzir qualquer processo de erosão com escorregamento de encostas em virtude da remoção das moradias e do tratamento do terreno. O uso de espécies pioneiras deverá favorecer o desenvolvimento de espécies tardias e a germinação do banco de sementes que foi transposto anteriormente com a camada de solo.
 - 5.14 Outras características que devem ser consideradas além da ocorrência natural das espécies, são suas exigências de luminosidade (heliófitas e esciófitas), umidade (xerófitas e higrófitas), adaptação aos solos empobrecidos, compactados, lixiviados e desgastados, capacidade de fixação de nitrogênio através de simbioses, plantas com sistema radicular vasto, que sejam capazes de conter erosão e escorregamentos eventuais, plantas com frutos comestíveis e plantas melíferas que sejam atrativas de fauna dispersora, de tal forma a potencializar o processo de regeneração natural.
 - 5.15 Deverão ser eleitas no mínimo 80 espécies arbóreas ocorrentes na Floresta Ombrófila Densa Submontana da região. Além disso, outras recomendações

- deverão ser seguidas, tais como: (i) espaçamento 2x2 m, permitindo a implantação de 2.500 mudas/ha organizadas em grupos ecológicos; e (ii) distribuição espacial que evite a repetição de grupos sucessionais e a superposição de copas. Na situação de terreno inclinado, fica recomendado o plantio em curvas de nível, pois isto ajudará a evitar a erosão. As espécies florestais arbóreas utilizadas no reflorestamento devem seguir a orientação da lista de espécies anexa a Resolução SMA 08/08, para a região ecológica Litoral Sul, seguindo ainda a sua ocorrência no bioma. Ainda, podem ser utilizadas outras espécies vegetais encontradas na lista de espécies do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar e em outros estudos florestais e fito-sociológicos da região de Cubatão.
- 5.16 Recomenda-se que as sementes e mudas sejam obtidas de matrizes próximas à área a serem recuperadas, garantindo que haja disponibilidade de mudas e viabilidade para os projetos. Através da normatização da colheita de espécies nativas em Unidades de Conservação (Resolução SMA 68 de 2008) da produção e do comércio de sementes florestais de espécies nativas permitirá o manejo sustentável de floresta com produção de sementes e mudas com alta diversidade e qualidade genética, que permitirá que a recuperação de áreas degradadas seja favorecida com a utilização de mudas adaptadas ao local.
- 5.17 Por fim, o acompanhamento adequado dos plantios permitirá posteriormente utilizar o adensamento com mudas ou sementes de determinadas espécies de alta densidade, buscando aumentar as populações que foram muito reduzidas devido ao processo de degradação além de, posteriormente, poderem ser feitas etapas de enriquecimento, inserindo espécies comuns aos remanescentes florestais da região, auxiliando a aceleração do processo sucessional e etapas de consorciação, combinado diferentes espécies arbóreas com comportamentos ecológicos distintos, imitando e acelerando o processo de sucessão.
- 5.18 Prevê-se, tal como descrito no informe "Medidas de recuperação, reabilitação e orçamentos e zoneamento da área do Jardim Botânico de Cubatão" (anexo 11), a instalação de viveiro de mudas florestais arbóreas nativas no Jardim Botânico de Cubatão. Tal viveiro terá como principal finalidade a produção de mudas nativas a serem utilizadas na restauração das áreas degradadas dentro do limite do próprio Jardim Botânico. Esse viveiro poderá, adicionalmente, auxiliar na recuperação de áreas degradadas no PESM, além de subsidiar as atividades de educação ambiental e capacitação profissional para a comunidade.

B. Plano de Gestão dos Impactos Sociais

1 Mitigação dos Impactos Negativos

- 5.19 Os impactos potencialmente negativos advindos do reassentamento serão manejados mediante a implantação do Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana (PRRU). Adicionalmente, o levantamento dos impactos socioeconômicos e culturais (anexo 6) apontou 19 potenciais impactos advindos do reassentamento. Destes, apenas 4 foram classificados como de cunho negativo, sendo eles: (i) a ruptura da organização comunitária e de redes de apoio e solidariedade; (ii) o aumento das despesas com a moradia; (iii) a mudança de habitat; e (iv) a perda de

oportunidades de trabalho. As ações de mitigação para esse impactos foram contempladas pelo PRRU e se relacionam com as medidas de reabilitação e apoio social, parte do plano maior de gestão dos impactos sociais.

- 5.20 Os efeitos (i) e (iii) acima mencionados, somados ao fato de que se perderão muitas moradias mais consolidadas (não por coincidência pertencentes aos moradores mais antigos), faz com que a aceitação do programa não seja unanimidade nas comunidades. A clara divisão de expectativas é marcada por um lado pelos habitantes em piores condições habitacionais (a grande maioria), que aceitam de muito bom grado as propostas do Programa e por outro lado aqueles que possuem uma situação mais confortável, representada por maior patrimônio, e que provavelmente oferecerão resistência em sair. Também destaca-se a posição contrária dos comerciantes que desfrutam de uma situação confortável em relação à clientela e concorrência, que dificilmente se manteria ou replicaria em outro local. Cabe lembrar que embora resistentes, os pontos comerciais representam apenas 3% das construções.
- 5.21 Essa resistência interfere de certa forma no funcionamento dos escritórios de apoio técnicos (EATs) e plantões dos agentes sociais, principalmente onde os grupos contrários são mais atuantes. Na Cota 400, onde circunstancialmente existe uma maioria contrária, a procura ao plantão é mais reduzida. Independentemente do fluxo de pessoas recebidas, os plantões são mantidos de forma permanente e sempre registram atendimentos diários. Já na Cota 200, que é um núcleo de maiores dimensões, e onde a resistência é mais mobilizada e articulada politicamente, os escritórios funcionam normalmente, inclusive recebendo as pessoas de posição contrária. Outro núcleo onde se verifica resistência é o da Água Fria, mas não se registra nenhuma interferência no funcionamento do escritório local. Independente da resistência à mudança, o importante é que os EATs vêm se consolidando como espaços comunitários de articulação interinstitucional e de lideranças locais. Todas as ações vinculadas direta ou indiretamente com o Programa, sejam de apoio às comunidades, organização ou de interesse específico, são realizadas a partir dos escritórios, reforçando a importância e o status de representação institucional.
- 5.22 Em um movimento social do porte do previsto pelo Programa, torna-se fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, principalmente com relação a ocupação e renda, que a população tenha condições de arcar com os custos e compromissos do programa habitacional e evite atentar contra os recursos naturais do município e sobretudo do PESM. No âmbito do projeto está o desenvolvimento de Projetos Pilotos voltados à melhoria da sustentabilidade socioeconômica da população realocada, como melhor descreve-se no item 4 abaixo. Tais projetos partem da identificação dos recursos produtivos subutilizados e procura identificar as causas dessa subutilização e propor novas atividades, onde essa defasagem não esteja tão presente, mecanismos de estímulo ao desenvolvimento das capacidades da população e ações voltadas à redução dos entraves que bloqueiam essa evolução. A falta de mecanismos de estímulo, apoio ou de redução dos entraves que bloqueiam a melhor utilização de recursos produtivos está também, com frequência, na origem de situações de baixo

desenvolvimento e subutilização de recursos produtivos. Empreendimentos de porte como o em questão têm sucesso por ter acesso a fontes de financiamento, inovações tecnológicas, informação sobre mercados, especialistas qualificados e por estarem inseridos em redes eficazes de fornecimento e distribuição.

2 Implementação do Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana

- 5.23 O Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana (PPRU) será realizado em três etapas, além da etapa de preparação, conta-se com as etapas de mudança e recepção e a de consolidação, que congrega ações de transição e de desenvolvimento social. Tanto as ações vinculadas com a recepção quanto a de consolidação têm um enfoque sobre a adaptação e a apropriação do novo habitat, sobretudo na rearticulação das redes sociais. As ações de desenvolvimento comunitário, além da parte organizativa, preparam os espaços para os projetos de reabilitação e apoio social, que visam a sustentabilidade futura de todo o programa.
- 5.24 A concepção do Programa levou em consideração as características de baixa renda da população e as dificuldades que essas pessoas enfrentam para fazer frente às obrigações econômicas de um programa habitacional e incorporou um amplo plano de sustentabilidade, que visa apoiar o desenvolvimento e particularmente a geração de trabalho e renda. O período previsto de acompanhamento do pós-ocupação será de aproximadamente dois anos. O programa não prevê o pagamento de indenizações ou compensações financeiras pelas habitações atingidas visto que as mesmas não podem juridicamente ser consideradas como "benfeitorias" uma vez que estão sobre terras públicas. O Estado não pode estabelecer precedentes de premiação por ocupações ilegais, por mais antigas que estas venham a ser.
- 5.25 A transversalidade social do Programa, apesar de sua complexidade, é tratada no âmbito da CDHU como um programa de habitação de interesse social dentro das mesmas regras utilizadas para estes fins em todo o Estado de São Paulo. O atendimento aos beneficiários do Programa, portanto, prevê a dotação de apartamentos ou casas a preços altamente subsidiados e parcelas mensais com duração de até 25 anos. As parcelas do financiamento, mesmo subsidiadas, incluem um seguro de vida que quita a unidade em caso de falecimento do mutuário. Para o caso das pessoas que não possuem um nível de renda adequado para à necessidade de pagamento, o imóvel é cedido para uso mediante ônus mensal simbólico, em cujo contrato se estabelece a opção de compra e venda. Através desse instrumento possibilita-se a adaptação do valor do pagamento de retribuição às condições reais de renda do beneficiário. Caso o cidadão venha a obter melhor situação futura, ele ou ela realizariam a opção de compra, em cujo caso se faria um ajuste monetário para compensar a inflação e se descontará parte do ônus como amortização. Outro aspecto importante é que a CDHU tem como procedimento a renegociação das condições de pagamento do financiamento quando a família tem problemas de desemprego ou diminuição de rendimentos. Para aquelas situações de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, o Programa dará o devido atendimento através do reassentamento de "assistência social", onde o beneficiário irá pagar um valor simbólico de retribuição. Essa

modalidade será realizada em conjunto com a Prefeitura Municipal de Cubatão, que formalizou um termo de cooperação (GD204009/07) com a Secretária da Habitação do Estado, para, entre outros, procurar as soluções para os casos que não se enquadrem nos critérios normais do programa habitacional do Estado.

- 5.26 O PRRU prevê um rol de diferentes opções de atendimento habitacional para as famílias a serem reassentadas, não condicionando a ida de nenhuma família à um determinado imóvel. Ao contrário, serão ofertados um leque de escolhas entre as quais o maior número de unidades habitacionais (3.594) corresponde aos três empreendimentos Município de Cubatão, cujas obras já encontram-se iniciadas. As demais alternativas de atendimento são listadas no quadro abaixo. Serão concedidas cartas de crédito no valor máximo de R\$ 80 mil para aqueles que não se interessarem por nenhuma das soluções habitacionais disponíveis.

Quadro 6: Oferta de Unidades Habitacionais

Município	Tipo de Atendimento	Unidades Habitacionais
Município de Cubatão	Construção do Bairro Residencial Rubens Lara	1.840
	Construção do Bairro Bolsão 9	1.154
	Construção do Bairro Bolsão 7	600
	TOTAL EM CUBATÃO	3.594
Município de São Vicente	Construção de obras edilícia	540
Município de Santos	Construção de obras edilícia	90
Município de Itanhaém	Aquisição de imóveis FAR/PAR*	245
Município de Peruíbe	Aquisição de imóveis FAR/PAR	40
Município de Praia Grande	Aquisição de imóveis FAR/PAR	360
N/A	Novas construções	1.400
N/A	Concessão de cartas de crédito	481
TOTAL DE UNIDADES HABITACIONAIS DISPONIBILIZADAS		6.750

* Fundo de Arrendamento Residencial/Programa de Arrendamento Residencial

- 5.27 As soluções habitacionais contemplam todas as famílias afetadas pelo reassentamento e cadastradas pelo Programa em 2007, sua data de corte. A partir dessa data a Polícia Militar Ambiental vem controlando rigorosamente a entrada de materiais de construção nos núcleos de ocupação irregular, só permitindo a entrada de materiais para reformas necessárias. Os critérios de elegibilidade são os seguintes: (i) estar registrado na pesquisa socioeconômica realizada pela CDHU em 2007; (ii) não possuir outro imóvel residencial registrado; (iii) um atendimento por família, sendo que quando existir mais de uma família em uma mesma casa, cada família terá direito a uma moradia separada; e (iv) no caso de desemprego ou outra situação de impedimento de pagamento do serviço da habitação, será feita concessão onerosa de uso.

- 5.28 Todas as etapas do processo de remoção e reassentamento terão um intenso acompanhamento social, incluindo as ações de reabilitação e apoio social que acompanham o período de pós-ocupação dos novos bairros, como detalha o "Relatório de Impactos Socioeconômicos", anexo 6.
- 5.29 A questão da desestruturação dos comércios, apesar de parecer complicada à princípio por tratar-se de 201 pontos ao longo dos 7 núcleos, não o será devido à precariedade e informalidade da maioria desses estabelecimentos. Poucos contam com estrutura própria para a prática comercial, sendo que as diferentes tipologias das unidades ofertadas, com imóveis duplex, de 3 quartos e com local reservado para uso misto, comportam as atividades desenvolvidas. Além disso, o Programa facilitará a capacitação para melhorar a gestão e a organização dos micro-empresendedores, que pode resultar em melhores oportunidades de compra de produtos e conseqüentemente melhores preços para competir em um mercado mais dividido, tal como descreve o informe "Novos Padrões de Inserção Econômica e Atividades Rentáveis Alternativas para as Comunidades Envolvidas no Programa" (anexo 8).
- 5.30 Por último, vale destacar que todo o espaço público que será construído como componente dos novos bairros (incluindo as ruas, praças, espaços de convívio e equipamentos comunitários) serão doados à Prefeitura de Cubatão pela CDHU juntamente com todo projeto, memorial descritivo, plantas e registros pertinentes.

3 Estratégia Participativa para o Reassentamento

- 5.31 Enquanto que o processo formal de consulta pública do Programa iniciou-se em outubro de 2007, a discussão por parte do Município de Cubatão e sua comunidade sobre os bairros "cota" data de mais longa data. Visto que a resolução do problema habitacional dos núcleos de ocupação irregular da Serra do Mar é uma antiga reivindicação da população, esta fez-se constar o tema da Agenda 21 do Município, que foi construída com a participação dos segmentos locais mais significativos e culminou no Plano Diretor de Cubatão, definido pela Lei Complementar nº 2.512, de 10 de setembro de 1998 e em vigor desde esta data.
- 5.32 O plano de participação comunitária do Programa previu um processo de consulta inicial para aferir a adequação e pertinência do PRRU e mecanismos estruturados que permitem uma interação constante entre o empreendedor e o público alvo. Para tal a elaboração do Plano contou com os resultados de um processo organizado de consultas com os interessados diretos (população residente) e indiretos (organizações governamentais - OGs e não governamentais - ONGs, que atuam ou tem ingerência sobre as áreas de intervenção do Programa). Após essa primeira etapa de consulta, os resultados obtidos foram analisados e utilizados para compor o PRRU. A equipe social realizou reuniões de devolução à população mostrando os resultados da consulta e justificando tecnicamente o aproveitamento e o descarte das sugestões apresentadas. O trabalho social realizado nas áreas de intervenção já totalizou 82 reuniões onde participaram 2.221 moradores e indicados 152 representantes entre lideranças tradicionais e moradores considerados qualificados e representativos, sendo que a CDHU

- promoveu um curso de formação de Agentes Comunitários que reuniu 101 participantes. No momento o gerenciamento social do Programa organiza-se em duas frentes: informação/comunicação e mobilização/organização. A primeira é realizada através do funcionamento dos Escritórios de Apoio Técnico (EATs) instalados nos núcleos, de plantões nas comunidades e visitas domiciliares; e a segunda através da organização e consolidação de Grupos Gestores, que são os canais permanentes de discussão e participação das comunidades.
- 5.33 A título de sugestão e de planificação do PRRU, se propõe alguns mecanismos que já foram testados e aprovados em experiência similares de intervenção, notadamente a aplicação de Mecanismos de Participação Inicial. É para ser aplicado nas fases de preparação e de execução do PRRU, o processo inicial de organização é representado pelas ações a serem implementadas junto à população diretamente envolvida. É uma instância do trabalho técnico voltada exclusivamente à implantação dos PRRU, com os objetivos básicos de: (i) possibilitar o funcionamento de um sistema de comunicação interativo e de fácil acesso às informações por parte da população; (ii) estabelecer um processo permanente de atualização do diagnóstico socioeconômico e familiar; (iii) proporcionar atenção personalizada às famílias; (iv) identificar e dar tratamento a casos especiais; (v) discutir e ajustar propostas e atividades do PRRU; (vi) planificar a execução das atividades e definir cronogramas; e (vii) formular as ações de acompanhamento social. O mecanismo de participação inicial terá duas instâncias de atuação: Grupo Operativo de Reassentamento e Grupo Gestor.
- 5.34 O Grupo Operativo de Reassentamento/Urbanização é estruturado a partir de grupos de vizinhos que ocupam um determinado espaço geográfico no terreno. Essa estrutura, por sua dimensão territorial, procura evitar interferências com as áreas de influência de organizações ou referentes que atuam nas comunidades, e facilitar a programação do reassentamento, uma vez que cada Grupo Operativo é trabalhado em conjunto. A consolidação dos Grupos Operacionais irá facilitar a atuação dos Grupos Gestores que passam a exercer funções mais gerais relacionadas aos planos de intervenção.
- 5.35 Já o Grupo Gestor é a representação formal das comunidades e seus membros são escolhidos livremente. Os Grupos Gestores já estão sendo organizados em cada uma das comunidades envolvida no Programa e reproduz experiências anteriores exitosas da CDHU. A constituição dos Grupos Gestores potencializa e melhora a eficiência dos trabalhos de campo, liberando as equipes para outras atividades. O trabalho social deve reforçar a idéia de que a representação não é um cargo e sim um encargo frente à comunidade. Os estatutos e normas de funcionamento dos Grupos Gestores são trabalhados de forma coletiva com as comunidades, assim como seu processo de organização deve ser bastante interativo para que os participantes possam se apropriar das regras de funcionamento e, sobretudo, respeitá-las.
- 5.36 Está previsto para a fase pós-ocupação os Mecanismo de Consolidação, que tem a conformação de uma Mesa de negociação comunitária. Essa mesa será formada a partir de "representantes" dos Grupos Gestores, das instituições públicas prestadoras de serviços e da Prefeitura Municipal, sob a coordenação da

SH/CDHU. Seu funcionamento garante um canal permanente de articulação entre a população e os organismos de apoio e é fundamental para consolidar o processo de autogestão das comunidades. Os estatutos e regras de funcionamento deverão ser discutidos e formulados com a participação direta dos atores envolvidos. Além dos mecanismos para a participação direta da população envolvida, o PRRU estabelece dois mecanismos previstos nas políticas operativas do BID: Comitê de Acompanhamento e Seguimento e Mecanismo de Resolução de Controvérsias.

4 Outras Medidas de Melhoria da Situação Socioeconômica das Comunidades

- 5.37 Enquanto o PRRU prevê o *modus operandi* relativas ao reassentamento e à requalificação urbana conforme exposto acima, outras atividades são realizadas com o objetivo de aprimorar a situação socioeconômica das comunidades face às mudanças que serão enfrentadas. Contemplam essas atividades diversos programas de capacitação profissional e de educação ambiental.
- 5.38 Já estão em curso ações de capacitação, desenvolvidas com apoio da Secretária do Emprego e das Relações de Trabalho, que tem possibilitado a formação profissional de centenas de moradores das áreas de intervenção. São formações em ofícios identificados como carentes na região por um amplo diagnóstico realizado pela Secretaria em todo o Estado de São Paulo. Outra ação desenvolvida nessa etapa é a de organização dos microempreendedores locais, visando melhor eficiência e rentabilidade nas atividades produtivas realizadas. Um trabalho que tem mostrado retornos satisfatórios é o realizado com as produtoras e vendedoras de doce de coco - "cocadeiras," que trabalham na região e que congrega dezenas de pessoas. O trabalho organizativo procura melhorar as condições de higiene, a compra de insumos, produção e comercialização do produto.
- 5.39 O trabalho realizado com as "cocadeiras" é parte de um conjunto de propostas de projetos piloto voltados à melhoria da sustentabilidade socioeconômica das comunidades envolvidas no Programa. A seleção dos projetos é oriunda do informe "Novos Padrões de Inserção Econômica e Atividades Rentáveis Alternativas para as Comunidades Envolvidas no Programa" (anexo 8), que procurou identificar: (i) atividades rentáveis e ambientalmente sustentáveis; (ii) adequação do capital humano acumulado aos requerimentos solicitados pelo desempenho dessas atividades; e (iii) os fatores culturais e institucionais presentes nas comunidades e no município de Cubatão que poderiam constituir-se em mecanismos de entrave ao desenvolvimento e consolidação das atividades econômicas. A partir desta metodologia foram identificadas duas tipologias de projetos, sendo os voltados à melhoria e apoio à formação da população e os diretamente dirigidos à geração de empregos.
- 5.40 Os projetos de melhoria e apoio à formação da população para realizar atividades rentáveis visam o fomento à criação e manutenção das associações e cooperativas constituídas nas comunidades. Estes projetos compreendem ações voltadas à capacitação profissional, formação para as necessidades de organização associativa, de orientação para a gestão, contabilidade e comercialização da produção, assim como propiciar orientação técnica e gerencial às atividades de auto-emprego, visando o fortalecimento econômico. São dois os projetos pilotos

- dessa categoria, a saber: (i) incubadora de associações e cooperativas comunitárias; e (ii) o grupo de apoio à incorporação de inovações no empreendedorismo.
- 5.41 O segundo tipo de projetos identificados são os dirigidos diretamente à geração de emprego, que ou tem abordagem individual (trainee), realizados sob responsabilidade das indústrias que aderirem ao Projeto, ou condizem à complementação da educação formal, realizados em estabelecimentos de ensino, por profissionais capacitados. A consolidação das associações e cooperativas está ligada à capacidade de construir uma nova cultura organizacional e de gestão, principalmente no tocante à passagem das ações e atividades informais para as formais, e da ação individual para somar à um bem maior, que é a cooperativa. Uma cultura produtiva de valorizar a continuidade e padronização da produção, no sentido de interiorizar formas mais complexas de cálculo econômico e de análise e previsão econômica. Estes projetos englobam as três tipologias descritas:
- i Empreendedorismo associativo através da proposta de organização das seguintes associações: (i) costureiras; (ii) cozinheiras (cozinha industrial); (iii) serviços de limpeza e domésticos; (iv) serviços de acompanhamento de doentes e pessoas idosas; (v) serviços de manutenção predial (pintura, ladrilhagem, marcenaria entre outros); e (vi) serviços de eletricidade e hidráulica;
 - ii Melhoria da empregabilidade: (i) trainee técnico profissional; (ii) complementação escolar integrada à capacitação profissional; (iii) curso pré-técnico comunitário; e o (iv) observatório do emprego feminino;
 - iii Projetos associados a aspectos ambientais, tais como o: (i) centro de memória, cultura e educação ambiental dos bairros "cota"; (ii) cooperativa de educação e prestação de serviços ambientais.
- 5.42 O detalhamento dos projetos, fruto do informe "Programas de Capacitação da População Beneficiária do Programa" (anexo 12), identifica que o bom andamento dos projetos depende muito do trabalho organizativo realizado junto às comunidades e da ação de grupos de apoio e de incubadora. A progressiva capacitação e a ações de sustentabilidade socioeconômica terão um acompanhamento continuado da organização social, atualmente sob responsabilidade da SH/CDHU e, posteriormente, da Prefeitura de Cubatão. A Prefeitura já realiza cursos de capacitação de curta duração, como os oferecidos pela Fábrica da Comunidade e outras instituições, mas em não sendo suficientes para apontar na direção de uma nova cultura produtiva, o Programa vem à ser também um importante ponto de apoio para essa construção Municipal.
- 5.43 Sugeriu-se também como forma de inserção do Programa em outras atividades de capacitação já existentes a criação de grupo de apoio à introdução de inovações em atividades empreendedoras, proposto como um grupo de trabalho inicialmente autônomo, voltado à assessoria e apoio aos processos de consolidação e modernização tecnológica das atividades empreendedoras, que tem como objetivo complementar o trabalho desenvolvido pelas instituições de apoio ao empreendedorismo do município, Banco do Povo e SEBRAE, voltadas

- principalmente ao financiamento da atividade e à capacitação dos empreendedores.
- 5.44 Regendo o compromisso interinstitucional entre a Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Cubatão está o protocolo de cooperação para o Programa firmado ao final de 2007 (GD204009/07). Por ele a Prefeitura Municipal assumirá a responsabilidade pela coordenação e realização dos trabalhos de organização social nas áreas de urbanização e remoção após o período de 48 meses após o reassentamento.
- 5.45 Prevê-se duas atividades de educação ambiental, conscientização e sensibilização, sendo a primeira delas as oficinas técnicas e visitas monitoradas. As oficinas pretendem envolver os moradores que deverão ser removidos da futura área do Jardim Botânico (Bairro Água Fria) com ações de educação ambiental, valorizando-os e estimulando-os a desenvolver novos hábitos e comprometimento frente ao desenvolvimento sustentável. O princípio de ação das Oficinas é que a educação ambiental é uma atividade em torno da qual organizam-se processos educativos que têm como objetivo transformar situações e/ou problemas diagnosticados em realidades desejadas, sendo eficiente quando atua nas esferas cognitiva, afetiva e técnica, respectivamente: (i) campo do conhecimento, informação sobre o tema; (ii) afetiva: a pessoa se sensibiliza para agir em favor do ambiente; e (iii) técnica: não basta o domínio técnico e informação teórica, devem conhecer formas para unir teoria e prática. Estão previstas a realização de 4 oficinas com a duração de 8 horas cada, conforme descreve-se no anexo 13 - "Atividades de sensibilização prévias a construção do Jardim Botânico".
- 5.46 A outra medida de educação ambiental é a voltada para a gestão participativa social através de curso de capacitação e formação de educadores da rede pública e particular para as questões ambientais locais. O curso, preparado em 4 módulos de 4 horas, visa fortalecer e estimular o educador a conhecer o Jardim Botânico como um potencial instrumento "laboratório natural", de educação e de aprendizagem. Apesar de ter o Jardim Botânico como tema principal, o curso desenvolve um completo embasamento e contextualização ambiental do município de Cubatão, culminando com a situação atual. Mais detalhes sobre o conteúdo encontram-se no anexo 14 - "Atividades de interpretação, educação e conscientização durante a operação da construção do Jardim Botânico".

C. Responsabilidades Institucionais pela Gestão Ambiental e Social do Projeto

1 Responsabilidade da UGP

- 5.47 A coordenação geral do Programa está ao cabo da Unidade Gestora, que se estabelecerá abaixo da Secretaria de Estado de Economia e do Planejamento de São Paulo. A coordenação da UGP é liderada pelo assessor especial do Governador do Estado para o Programa. A UGP se responsabilizará pelos cumprimentos dos objetivos estratégicos do Programa e executará as ações necessárias de coordenação interinstitucional, assim como de acompanhamento físico, técnico, institucional e financeiro dos distintos componentes e atividades.

Além disso a UGP será o ponto focal de relacionamento com o BID no processo de implementação do Programa, assim como porta voz oficial ante as autoridades governamentais do Governo do Estado e outras instâncias públicas pertinentes.

2 Responsabilidades das UEPs

- 5.48 **SMA/Fundação Florestal (FF):** a FF é o interveniente executor da SMA. Suas responsabilidades enquadram-se no componente 2 e 3 e incluem: (i) levantamento de informações ambientais pertinentes à qualidade dos recursos naturais, biodiversidade, solo e outras áreas degradadas pelos assentamentos a serem recuperados como parte do Programa e como insumo para a implementação do Jardim Botânico; (ii) execução das ações de desocupação e reassentamento das populações estabelecidas em áreas proteção ambiental dentro do Parque; (iii) realização de estudos de Impacto Ambiental, desenho e implementação das ações de recuperação ambiental e reabilitação das áreas desocupadas; (iv) execução da regularização fundiária das terras de jurisdição protegida dentro do PESM, áreas de amortecimento e adjacentes de interesse ambiental; (v) construção de infraestrutura pública de serviços dirigidos ao estabelecimento do turismo sustentável, incluindo centro de visitantes, trilhas ecológicas, áreas demonstrativas do patrimônio natural e cultural, entre outros; (vi) implantação de programas de capacitação institucional e de gestão do PESM, incluindo capacitações técnicas, administrativas e científicas; (vii) execução dos programas piloto e demonstrativos de matéria florestal e agroflorestal como meios de recuperação de solos degradados e ações de desenvolvimento sustentável; (viii) capacitação comunitária; e (ix) projeto e estabelecimento das Unidades de Proteção Integral no Mosaico da Juréia-Itatins; execução de atividades dirigidas ao estabelecimento de Unidades de Conservação Marinhas.
- 5.49 **SMA/Instituto de Botânica (IB):** a ação do IB encontra-se exclusivamente no componente 2, em específico a implantação do Jardim Botânico (JB) de Cubatão. Suas responsabilidades são: (i) levantamento de informações ambientais pertinentes à qualidade dos recursos naturais, biodiversidade, solo e outras áreas degradadas pelos assentamentos a serem recuperados como parte do Programa e como insumo para a implementação do JB; (ii) levantamento topográfico e delineamento das zonas e limites do JB; (iii) projeto de construção do JB; (iv) implementação dos sistemas de gestão, administração e operação do JB sob os delineamentos existentes no IB; (v) execução de ações de conscientização e capacitação das comunidades locais sobre conservação ambiental e desenvolvimento sustentável; e (vi) administração, controle, monitoramento e acompanhamento das operações do JB.
- 5.50 **SMA/Polícia Militar Ambiental (PMA):** a PMA entra no componente 3 do Programa, sendo suas atribuições: (i) execução de atividades de capacitação ambiental e prevenção primária incluindo cursos, campanhas informativas e de conscientização, exposições e passeios dirigidos às populações locais e nas áreas de influência do Programa; (ii) implementação das atividades de capacitação ambiental, socioambiental e prevenção secundária; (iii) implementação de atividades de fiscalização ambiental e prevenção terciária, incluindo a execução de responsabilidades administrativas, penais e civis; (iv) dotação de equipamento,

instrumentos, sistemas de comunicação e tecnologia de ponta para o monitoramento, acompanhamento e fiscalização ambiental das UCs; (v) renovação, dotação e manutenção de embarcações; (vi) policiamento ambiental do PESH e das UCs; (vii) construção de infraestrutura de sedes e postos de controle e centro de entretenimento; e (viii) fortalecimento dos serviços de inteligência.

- 5.51 **SH/Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU):** a CDHU é o interveniente executor da SH. Suas responsabilidades encontram-se enumeradas no componente 1 do Programa e incluem: (i) a execução das atividades de urbanização e regularização fundiária nas áreas desafetadas do Parque; (ii) aquisição de unidades habitacionais e terrenos a serem habilitados para as construções de infraestrutura habitacional e a respectiva realocação das populações beneficiárias do programa; (iii) execução, administração e fiscalização das obras de infraestrutura civil que são parte do desenvolvimento dos novos bairros fora do PESH, incluindo a administração dos processos licitatórios e acompanhamento das obras; (iv) levantamento de informações socioeconômicas das populações afetadas pelo Programa a servirem de insumo, entre outros, ao desenvolvimento de alternativas habitacionais, a identificação de impactos potenciais, assim como o plano de proteção ambiental do PESH e dos locais afetados pelo reassentamento; (v) execução dos processos administrativos e legais de remoção e reassentamento das populações afetadas; e (vi) o desenho e implementação dos mecanismos de repasse das unidades de financiamento, metodologias de cálculo e condições financeiras aplicáveis de acordo com a política habitacional do Governo do Estado de São Paulo, das políticas institucionais da CDHU e dos delineamentos com BID no âmbito deste Programa.

3 Responsabilidades da Equipe do Projeto do Banco

- 5.52 A equipe do Projeto do Banco incluirá a análise do projeto como parte do plano de preparação e de Avaliação de Médio Prazo, e de maneira rotineira nas visitas de inspeção a cargo da CBR. Nestas ocasiões, a equipe emitirá um informe específico cujos resultados se agregarão como parte do ISDP do Programa. As recomendações que se demandarem durante as visitas de inspeção e EMT serão de aplicação obrigatória para os Organismos Executores, e assim sendo constará do respectivo Contrato de Empréstimo.

D. Custos e Orçamento para as Medidas de Prevenção e Mitigação

- 5.53 A Equipe Social que levará à cabo o Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana será composta inicialmente por 55 técnicos e auxiliares de diferentes qualificações – dentre os quais 36 com nível superior de escolaridade, sendo progressivamente reduzida nos dois últimos anos de atividades. Além dos custos correspondentes à manutenção da equipe, foram consideradas também despesas reembolsáveis relativas às necessidades de locomoção e transporte da equipe, bem como despesas com aluguel e manutenção de escritórios e bases de apoio nas áreas de intervenção. O custo total da Equipe Técnica e das Ações de Sustentabilidade para o período 2009 até 2012 é de US\$ 17.003.889 divididos da seguinte maneira:

- i. Projetos Piloto (ações de sustentabilidade): US\$ 4.096.948
- ii. Trabalho Social: US\$ 12.906.940

VI. RECOMENDAÇÃO

- 6.1 A avaliação dos impactos ambientais e sociais nas situações sem e com o programa esclareceu que a execução do proposto Programa: (i) aumentará a cobertura florestal e restabelecerá corredores úteis para a manutenção da biodiversidade local; (ii) reduzirá o impacto contaminante das descargas de efluentes domésticos nos mananciais de água; (iii) reduzirá o efeito de exclusão social e de precariedade que afeta as populações assentadas nos bairros "cota"; (iv) não incentivará novas ocupações ilegais e conseqüentemente novas ameaças a integridade do Parque e seus serviços ambientais; entre outros efeitos positivos. Dado o grande interesse ambiental do Programa e benefícios gerados ao PESH e às demais UCs envolvidas, dentre estas a recuperação de áreas em situação avançada de degradação ambiental, a Secretaria do Meio Ambiente dispensou o Programa, através do ofício SMA/ADJ nº 193/2008, de licenciamento ambiental através de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).
- 6.2 Quanto aos impactos ambientais gerados pelas obras civis, a equipe técnica de executores tomou todas as medidas necessárias para preveni-los e mitigá-los, sendo que as obras contam e/ou contarão com suas respectivas licenças ambientais de construção e operação. As obras dos 3 novos bairros no Município de Cubatão também passaram pelo procedimento de aprovação padrão pelo Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (GRAPROHAB), constituído pelas Secretarias de Habitação e do Meio Ambiente, pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica, pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano, sendo que cada um destes órgãos condicionou o empreendimento à cumprir com marcos pertinentes -entre estes constando as licenças prévias e de instalação. Os projetos também estão devidamente registrados junto à Prefeitura Municipal de Cubatão, com licenças e alvarás devidamente emitidos.
- 6.3 A análise dos impactos socioeconômicos e culturais, detalhada no informe omônimo (anexo 6), conclui pela recomendação da implantação do Programa. Embora seja alta a porcentagem de remoções, estas representam o mínimo necessário para promover a sustentabilidade do PESH e significando concomitantemente uma substancial melhora na qualidade de vida para os reassentados -através da mudança para os novos bairros, onde deixarão as atuais situações de risco, dano ambiental e informalidade- e para os que permanecerão nos núcleos consolidados -através da dotação da infraestrutura necessária para condições de vida dignas, tal com água, esgoto e vias próprias de acesso. O

- Programa representa uma oportunidade significativa de melhoria nas condições de vida e uma valiosa chance de inserção social para uma população pobre (apenas 4% tem renda superior a 5 salários mínimos, sendo que 60% apresenta rendimentos de 1 a 3 salários mínimos) que habita um município com sérios problemas habitacionais (praticamente 60% da população de Cubatão vive em núcleos habitacionais irregulares).
- 6.4 O Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana (PPRU) foi elaborado seguindo estritamente a política do Banco, e está sendo concluído de maneira que contará com acordos explícitos no momento de aprovação do Programa. A participação comunitária delineada pelo Plano já encontra-se em execução desde o início do Programa, em outubro 2007, quando foram realizadas as reuniões para apresentar o perfil socioeconômico da população e proceder à indicação dos representantes das comunidades. No total foram realizadas 82 reuniões onde participaram 2.221 moradores e indicados 152 representantes entre lideranças tradicionais e moradores considerados qualificados e representativos, sendo que a CDHU promoveu um curso de formação de Agentes Comunitários que reuniu 101 participantes. No momento o gerenciamento social do Programa organiza-se em duas frentes: informação/comunicação e mobilização/organização. A primeira é realizada através do funcionamento dos Escritórios de Apoio Técnico instalados nos núcleos, de plantões nas comunidades e visitas domiciliares; e a segunda através da organização e consolidação de Grupos Gestores, que são os canais permanentes de discussão e participação das comunidades.
- 6.5 O Programa ancora-se, ademais, na decisão judicial da 4ª Vara Cível da Comarca de Cubatão/SP (944/99) de setembro 1999 que, oriunda da ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual, obriga o Estado de São Paulo e a Prefeitura de Cubatão a "extinguir fisicamente todos os bairros ou núcleos de habitação que tenham sido formados no interior do Parque Estadual da Serra do Mar..." A decisão também obriga os réus a fiscalizar e manter protegida da área do PESH de "novas invasões, construções, obras, desmatamento, abates de fauna e flora, caça, disposições irregular de resíduos e esgotos, e qualquer outra atividade que possa por em risco os atributos ecológicos da Unidade de Conservação".
- 6.6 Ao adicionar-se à avaliação acima arrazoada o fato de que: (i) o objetivo do Programa é de natureza ambiental; (ii) as situações das habitações irregulares são de risco, ilegais e sem acessos adequados a equipamentos públicos, água tratada, esgoto e coleta de resíduos; e (iii) de se criarem áreas de recuperação ambiental que encontram-se hoje altamente degradadas; o balanço dos impactos ambientais e sociais se inclina significativamente à favor do Programa. Visto que não se detectam potenciais impactos ambientais negativos e que os impactos sociais causados pelo reassentamento e requalificação urbana estão sendo atendidos e mitigados de acordo com o Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana, além das demais medidas de educação, participação social e readequações socioeconômicas, a equipe propõe que lhe seja dotada a "Categoria B".

VII. APÊNDICE

1 Síntese dos Impactos Ambientais e Sociais Previstos

Componentes e Atividades	Situação Sem Projeto	Situação Com Projeto			
		Impactos Diretos		Impactos Indiretos	
		Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
COMPONENTE 1: INVESTIMENTOS SOCIAIS NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR					
Produto 1: Reassentamento e consolidação da ocupação de 9.160 famílias e projetos de urbanização e reassentamento de 7.200 famílias					
<p>Resultado Direto 1.1 Implementação do Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana para 6.750 famílias em atual situação de ocupação irregular (5.350 no Município de Cubatão e 1.400 nos Municípios de (São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba)</p>	<ul style="list-style-type: none"> A população vive em diversas situações irregulares, entre elas: em áreas de risco geológico-geotécnico; risco tecnológico; e risco ambiental (incluindo áreas do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM); causando danos ambientais) Situação de marginalidade e (bolsões de pobreza): sem água tratada, esgoto e coleta de resíduos; conexões clandestinas de eletricidade (gerando riscos); precariedade em alguns e total ausência em outros serviços públicos; sem segurança fundiária 	<ul style="list-style-type: none"> Reassentamento da população afetada em 3.594 unidades habitacionais (UH) em Cubatão, 1.940 em São Vicente e outras 690 na Baixada Santista e 526 cartas de crédito para auto-realocação Condições dignas: acesso adequado à equipamentos sociais; legalização das ocupações; condições sanitárias adequadas Projetos de organização social e desenvolvimento socioeconômico nos novos assentamentos 	<ul style="list-style-type: none"> Perda dos investimentos nas moradias Ruptura da organização comunitária e de redes de apoio e solidariedade Aumento das despesas com a moradia Mudança de habitat Perda de oportunidades de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> Melhora na capacidade de gestão do PESM Significativa melhora nas condições sociais do Município de Cubatão Mudança na trajetória profissional dos jovens das áreas atingidas Inserção no mercado de trabalho em caráter mais permanente Ampliação da oferta de serviços para essa população 	

Componentes e Atividades	Situação Sem Projeto	Situação Com Projeto			
		Impactos Diretos		Impactos Indiretos	
		Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
<p>Resultado Direto 1.2 Consolidação da ocupação de 2.410 famílias por meio da urbanização, melhoria habitacional e início do processo de regularização fundiária das propriedades</p>	<ul style="list-style-type: none"> A população dos Bairros Cota 200 e 95-100/Pinhal do Miranda vive em situação de marginalidade e (bolsões de pobreza): sem água tratada, esgoto e coleta de resíduos; conexões clandestinas de eletricidade (gerando riscos); precariedade em alguns e total ausência em outros serviços públicos; sem segurança fundiária 	<ul style="list-style-type: none"> Urbanização: vias de acesso adequadas; sinalização; calçadas; impermeabilização; galeria de serviços; iluminação pública Melhoria habitacional: adequações para ligações de água, esgoto e eletricidade Início de regularização fundiária das propriedades Adequação de equipamentos sociais Projetos de organização social e desenvolvimento 		<ul style="list-style-type: none"> As comunidades beneficiárias desenvolvem atividades que não prejudicam o meio ambiente, respeitando os limites do PESM Melhora na capacidade de gestão do PESM Oportunidades de geração de serviços para atendimento à visitantes 	<ul style="list-style-type: none"> (Risco) o precedente de urbanizar uma área que outrora era ilegal pode incentivar invasões em outras UCs com a esperança de um dia serem desafetadas e urbanizadas
<p>Resultado Direto 1.3 Projetos de reassentamento e urbanização para 60% das estimadas 12.000 famílias assentadas no entorno do PESM (setores sul e norte) em preparação para uma futura segunda fase do Programa</p>	<ul style="list-style-type: none"> Estimadas 12.000 habitam o entorno do PESM em diversos setores, pressionando a sustentabilidade e integridade do PESM Pouco conhecimento sobre o nível de pressão exercida por esses habitantes 	<ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico da situação de 7.200 famílias Perspectiva mais concreta de solução dos problemas ambientais e sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Geração de expectativas de realocação ou urbanização nas famílias afetadas pelos projetos 		<ul style="list-style-type: none"> (Risco) de que as zonas estudadas tornem-se atrativas para novas famílias em busca de realocação ou urbanização

Componentes e Atividades	Situação Sem Projeto	Situação Com Projeto			
		Impactos Diretos		Impactos Indiretos	
		Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
COMPONENTE 2: PROTEÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO					
Produto 2: Implantação do Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Mar (PESM)					
<p>Resultado Direto 2.1 Metodologia e procedimentos para a regularização da situação fundiária mediante o desenvolvimento dos projetos piloto (PP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe metodologia para os procedimentos de regularização das situações fundiárias • Pouco conhecimento sobre o nível de pressão exercida 	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia de reassentamento e regularização normatizada • Execução de 2 PPs de reassentamento (núcleos S. Virginia e Cunha) • Execução de 2 PPs de regularização (núcleos Itutinga-Pilões e Picinguaba) 	<ul style="list-style-type: none"> • Os projetos envolvidos, por serem piloto, podem incorrer em erros não previstos 	<ul style="list-style-type: none"> • Precedentes para a aplicação da metodologia para demais situações irregulares 	
<p>Resultado Direto 2.2 Adequação dos limites do PESH em áreas críticas de conflito socioambiental e estudos para inclusão de áreas de interesse da biodiversidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Limites sem definição clara, portanto sujeitos ao mal uso • Importantes áreas para biodiversidade e fora do PESH e, portanto, sem a devida proteção 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do arcabouço técnico-jurídico que possibilitará a inclusão de significativas áreas de proteção ao PESH (estimada entre 10 e 20 mil hectares) • Melhoria na capacidade de manejo do PESH, impedindo ações antrópicas degradantes 		<ul style="list-style-type: none"> • Novas áreas para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e interação com o público • Incentivo à criação de Reservas Particular de Patrimônio Natural 	
<p>Resultado Direto 2.3 Adequação de infraestrutura de gestão, proteção e uso público</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Manejo do PESH está pronto mas faltam estruturas para efetivar sua implementação 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhora na infraestrutura de proteção e uso público; sinalização de acessos; trilhas e rotas; reforço à proteção e fiscalização e 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de novas estruturas implicará em impactos ambientais rotineiros, previsíveis e temporários 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria no uso educativo do PESH, motivado pelos melhores serviços de visitantes e uso público 	

Componentes e Atividades	Situação Sem Projeto	Situação Com Projeto			
		Impactos Diretos		Impactos Indiretos	
		Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade técnica insuficiente para a gestão do patrimônio cultural e a promoção da participação de grupos culturais locais pela proteção do PESM 	<p>sistemas de comunicação</p> <ul style="list-style-type: none"> Melhoria na capacidade de gestão e monitoramento 			
<p>Resultado Direto 2.4 Recuperação das áreas degradadas, liberadas pelos reassentamentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> 200 ha ocupados indevidamente e por usos residenciais e 3.000 ha ocupados por pinos, pastos, eucalipto, banana e outras espécies exóticas e/ou invasoras Perda de biodiversidade e, alteração das redes de drenagem, contaminação das águas e córregos, perda de produtividade do solo, acúmulo de lixo e erosão 	<ul style="list-style-type: none"> Reflorestamento e recuperação ambiental dos 111 ha degradados e dos 30,7 ha perturbados Recuperação da estabilidade do solo e proteção das encostas Restauração e recuperação gradual dos serviços ambientais do PESM e suas funções ecológicas Retirada de lixo e materiais indevidos de dentro do PESM, despoluição de rios e córregos, recriando limpas fontes de água para 70% da Baixada Santista 		<ul style="list-style-type: none"> Retorno da paisagem de outrora Efeito multiplicador de interesse e apoio público à favor da conservação Forte exemplo e incentivo à outras UCs para que tomem ação e revertam seus passivos ambientais 	
<p>Resultado Direto 2.5 Construção e</p>	<ul style="list-style-type: none"> Bairro da Água Fria, inteiramente 	<ul style="list-style-type: none"> Criação do Jardim Botânico de 		<ul style="list-style-type: none"> Diminuição do risco de re-invasão 	

Componentes e Atividades	Situação Sem Projeto	Situação Com Projeto			
		Impactos Diretos		Impactos Indiretos	
		Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
implementação do Jardim Botânico de Cubatão na área liberada pelo bairro de Água Fria	<p>localizado dentro do PESM, com 19,29 ha de áreas perturbadas e 57,09 ha de áreas degradadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Limites do PESM próximos à Cubatão sem demarcação clara, suscetíveis à invasões e mal uso 	<p>Cubatão, com 348 ha de área e 14 km de perímetro</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recuperação ambiental de 76,38 ha • Estabelecimento de 8 coleções de espécies vegetais em exibição • 6 km de trilhas • Criação de 55 postos de trabalho, sendo 30 para membros da comunidade • Implantação de viveiro para auxiliar o reflorestamento do PESM e outras áreas de Mata Atlântica com espécies nativas 		<ul style="list-style-type: none"> • Importante centro de pesquisa e conscientização ecológica • Marco da mudança de paradigma de postura ambiental para o Município de Cubatão -tido em 1979 como o "Vale da Morte" devido aos altos graus de poluição • Consolidação da importância da preservação ambiental para todo o PESM 	
Produto 3: Consolidação do Mosaico Juréia-Itatins					
<p>Resultado Direto 3.1</p> <p>Proposição do estabelecimento do Mosaico de UCs de Juréia-Itatins (95 mil ha) e conclusão do Plano de Manejo do mosaico e suas UCs componentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incongruência entre a atual categoria de conservação (estação ecológica - EE) e os usos e ocupação de terras • Comunidades tradicionais não contempladas, habitando irregularmente a EE • Pouca visibilidade do Mosaico nos meios de 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento do Mosaico, regularizando o uso e ocupação da terra com objetivo de reconhecer e manejar os usos antrópicos e conservar de forma efetiva as áreas intactas • Elaboração do Plano de Manejo do Mosaico 		<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria na visibilidade de longo prazo das UCs e seus sistemas ecológicos 	

Componentes e Atividades	Situação Sem Projeto	Situação Com Projeto			
		Impactos Diretos		Impactos Indiretos	
		Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
	comunicação e em campanhas conservacionistas	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação geral e conselho gestores regulamentados e fortalecidos 			
Resultado Direto 3.2 Metodologia e procedimentos para a regularização da situação fundiária mediante o desenvolvimento dos projetos piloto (PP)	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe metodologia para os procedimentos de regularização das situações fundiárias • Pouco conhecimento sobre o nível de pressão exercida 	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia de reassentamento e regularização normatizada • Execução de 1 PP de reassentamento (Itinguçu) • Execução de 1 PP de regularização 	<ul style="list-style-type: none"> • Os projetos envolvidos, por serem piloto, podem incorrer em erros não previstos 	<ul style="list-style-type: none"> • Precedentes para a aplicação da metodologia para demais situações irregulares 	
Resultado Direto 3.3 Adequação de infraestrutura de gestão, proteção e uso público, melhoria na capacidade de gestão e sistema de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Existem 12 bases de proteção, 1 sede administrativa e sistema de infraestrutura básico, com acessos e sinalizações precários ou inexistentes • Capacidade técnica insuficiente para a gestão do patrimônio cultural e a promoção da participação de grupos culturais locais pela proteção do Mosaico 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhora na infraestrutura de proteção e uso público; estabelecimento de 5 núcleos; sinalização de acessos; trilhas e rotas; reforço à proteção e fiscalização e sistemas de comunicação • Melhoria na capacidade de gestão e monitoramento • Programas de educação ambiental e capacitação socioambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de novas estruturas implicará em impactos ambientais rotineiros, previsíveis e temporários 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria no uso educativo do Mosaico, motivado pelos melhores serviços de visitantes e uso público permitidos pelas UCs de Parque Estadual • Conscientização da sociedade civil mediante sua participação nas atividades de uso público, hospedagem e educação ambiental 	
Resultado Direto 3.4 Sustentabilidade socioeconômica e recuperação das áreas das	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades tradicionais vivendo das UCs sem capacitação de fazê-lo sustentavelmente 	<ul style="list-style-type: none"> • 2 núcleos de desenvolvimento sustentável com Plano de Manejo 	<ul style="list-style-type: none"> • Alterações nas estratégias de sobrevivência das populações 	<ul style="list-style-type: none"> • A médio e longo prazo as mudanças nas estratégias de sobrevivência para práticas 	

Componentes e Atividades	Situação Sem Projeto	Situação Com Projeto			
		Impactos Diretos		Impactos Indiretos	
		Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
comunidades tradicionais localizadas dentro das unidades de desenvolvimento sustentáveis do Mosaico	<ul style="list-style-type: none"> • População local não participa da conservação e constitui ameaças para as UCs através de corte de palmito, tráfico de animais silvestres, desbaste e monocultura de banana 	<ul style="list-style-type: none"> • 200 ha de área com projetos de sustentabilidade implantados 	tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> • sustentáveis garantirá a manutenção de suas culturas, bem como poderá acarretar em melhorias de renda • Pioneirismo na gestão das reservas de desenvolvimento sustentável 	
Produto 4: Consolidação do Mosaico de unidades de Conservação Marinhas					
Resultado Direto 4.1 Fortalecimento do sistema de gestão das UCs Marinhas	<ul style="list-style-type: none"> • APAs recém criadas ainda não contam com sistemas de gestão • Superfícies significativas de ambientes naturais em bom estado de conservação não estão com planos de gestão implementados 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de convênios entre as 19 UCs Marinhas para a composição do Mosaico • Conselhos gestores capacitados para as 3 APAs 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de novas estruturas implicará em impactos ambientais rotineiros, previsíveis e temporários 	<ul style="list-style-type: none"> • APAs novas criarão cultura de conservação marinha, ainda não bem compreendida pelo público em geral 	
Resultado Direto 4.2 Conscientização da sociedade e promoção de práticas sustentáveis de pesca, turismo e esportes náuticos	<ul style="list-style-type: none"> • População local não participa da conservação e constitui ameaças para as UCs através da pesca excessiva, tráfico de espécies de aquário, entre outros 	<ul style="list-style-type: none"> • 8 municípios do litoral estarão informados e conscientizados sobre os objetivos das APAs marinhas • 12 organizações de pescadores estarão capacitados para praticar responsável a atividade 	<ul style="list-style-type: none"> • Alterações nas estratégias de sobrevivência das populações tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> • A médio e longo prazo as mudanças nas estratégias de sobrevivência para práticas sustentáveis garantirá a manutenção de suas culturas, bem como poderá acarretar em melhorias de renda 	

Componentes e Atividades	Situação Sem Projeto	Situação Com Projeto			
		Impactos Diretos		Impactos Indiretos	
		Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
Resultado Direto 4.3 Elaboração e implantação do Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimento científico sobre os recursos naturais e de biodiversidade são limitados 	<ul style="list-style-type: none"> 3 novos planos de Manejo elaborados e implementados, com indicadores de sustentabilidade monitorados 5 parques com infraestrutura básica para ampliar a proteção e apoio ao uso público 	<ul style="list-style-type: none"> Construção de novas estruturas implicará em impactos ambientais rotineiros, previsíveis e temporários 	<ul style="list-style-type: none"> Populações em zonas limítrofes serão melhor orientadas em como comportar-se dentro das UCs Parques de Ilhabela e Ilha Anchieta sofrem menos pressão 	

COMPONENTE 3: FISCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO					
Produto 5: Implementação dos Programas ProParque e ProMar					
Resultado Direto 5.1 Programa de capacitação da Polícia Militar Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Efetivo menor e menos bem preparado, incapaz de assumir efetivo papel na fiscalização de áreas vastas e complexas ambientalmente como as Marinhas 	<ul style="list-style-type: none"> 40 policiais militares devidamente treinados em 3 módulos de educação socioambiental 105 militares capacitados em temas de proteção ambiental 		<ul style="list-style-type: none"> Efetivo mais preparado gerará ganhos de conscientização ambiental por estar apto a educar 	
Resultado Direto 5.2 Equipamento e instalações físicas para melhorar a capacidade de fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> Frota de equipamentos obsoleta e insuficiente 	<ul style="list-style-type: none"> Equipamento adequado em estado e quantidade para fazer frente à fiscalização das vastas áreas de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Construção de novas estruturas implicará em impactos ambientais rotineiros, previsíveis e temporários 	<ul style="list-style-type: none"> Melhora na viabilidade de longo prazo dos sistemas ecológicos das UCs protegidas 	

Componentes e Atividades	Situação Sem Projeto	Situação Com Projeto			
		Impactos Diretos		Impactos Indiretos	
		Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
<p>Resultado Direto 5.3 Desenvolvimento do sistema de monitoramento remoto integrado ao da Secretaria do Meio Ambiente</p>	<ul style="list-style-type: none"> Dados insuficientes para garantir monitoramento efetivo Sistemas de informação não integrados 	<ul style="list-style-type: none"> Banco de dados permitirá criar linha de base para embasar futuras ações, monitoramento e pesquisas 		<ul style="list-style-type: none"> Ganhos de sinergia pela integração dos sistemas de monitoramento entre as UCs 	

VIII. ANEXOS

- 1 **"Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana"**
Nelson Simões, Raul de Carvalho e Paulo Lomar | Agosto de 2009 ([link](#))
- 2 **"Análise dos Aspectos Físicos e Urbanísticos nas Áreas de Reassentamento"**
Maria Maddalena Ré | Janeiro 2009 ([link](#))
- 3 **"Propostas de medidas de recuperação e de reabilitação de áreas degradadas do Jardim Botânico de Cubatão"**
Erico F. Lopes Pereira-Silva | Fevereiro 2009 ([link](#))
- 4 **"Análise da Situação nos Núcleos Seleccionados para o Programa"**
Nelson Simões, Raul de Carvalho e Paulo Lomar | Outubro 2008 ([link](#))
- 5 **"Avaliação ambiental das situações de ocupação do Parque"**
Erico F. Lopes Pereira-Silva | Abril 2009 ([link](#))
- 6 **"Análise de Impactos Socioeconômicos e Culturais"**
Nelson Simões e Raul de Carvalho | Março 2008 ([link](#))
- 7 **"Carta Geográfica Georeferenciada do Jardim Botânico de Cubatão"**
Fulvio Cavalheri Parajara | Dezembro 2008 ([link](#))
- 8 **"Novos Padrões de Inserção Econômica e Atividades Rentáveis Alternativas para as Comunidades Envolvidas no Programa"**
René de Carvalho e Maria Maddalena Ré | Fevereiro 2009 ([link](#))
- 9 **"Conhecimento da comunidade local"**
Maria Denise Bonomo | Novembro 2008 ([link](#))
- 10 **"Indicação de áreas degradadas no limite do Jardim Botânico de Cubatão"**
Erico F. Lopes Pereira-Silva | Novembro 2008 ([link](#))

- 11 "Medidas de recuperação, reabilitação e orçamentos e zoneamento da área do Jardim Botânico de Cubatão"**
Erico F. Lopes Pereira-Silva | Fevereiro 2009 ([link](#))

- 12 "Programas de Capacitação da População Beneficiária do Programa"**
René de Carvalho e Maria Maddalena Ré | Março 2009 ([link](#))

- 13 "Atividades de sensibilização prévias a construção do Jardim Botânico"**
Maria Denise Bonomo | Novembro 2008 ([link](#))

- 14 "Atividades de interpretação, educação e conscientização durante a operação da construção do Jardim Botânico"**
Maria Denise Bonomo | Janeiro 2009 ([link](#))

- 15 "Ofício SMA/ADJ 193/2008, de 18/06/2008"**
([link](#))